

KELLY SINARA ALVES DE CARVALHO

**COMUNICAÇÃO COMO TECNOLOGIA SOCIAL NO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO
DE ALIMENTOS EM TANGARÁ DA SERRA- MT**

**TANGARÁ DA SERRA / MT- BRASIL
MARÇO/2017**

KELLY SINARA ALVES DE CARVALHO

**COMUNICAÇÃO COMO TECNOLOGIA SOCIAL NO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO
DE ALIMENTOS EM TANGARÁ DA SERRA- MT**

Dissertação apresentada à Universidade do Estado de Mato Grosso, como parte das exigências do Programa de Pós Graduação *Strictu- Sensu* em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Raimundo Nonato Cunha de França
Co- Orientador: Prof. Dr. Gilmar Laforga

**TANGARÁ DA SERRA/ MT – BRASIL
MARÇO/2017**

CIP – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

L331c Carvalho, Kelly Sinara Alves de

Comunicação como tecnologia social no Programa de Aquisição de Alimentos em Tangará da Serra-MT./Kelly Sinara Alves de Carvalho. Tangará da Serra/MT, 2017
105f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Mato Grosso. Programa de Pós-Graduação *Strictu-Sensu* em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola, 2017.

Orientador: Prof. Dr. Raimundo Nonato Cunha de França

Co-orientador: Prof. Dr. Gilmar Laforga

1. Políticas públicas. 2. Comunicação rural. 3. Agricultura familiar. 4. Práticas comunicacionais. 5. Cooperativismo. I. França, Raimundo Nonato Cunha de. II. Laforga, Gilmar. III. Título.

CDU: 631.1(817.2)

KELLY SINARA ALVES DE CARVALHO

**COMUNICAÇÃO COMO TECNOLOGIA SOCIAL NO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO
DE ALIMENTOS EM TANGARÁ DA SERRA- MT**

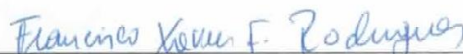
Dissertação apresentada à Universidade do Estado de Mato Grosso, como parte das exigências do Programa de Pós Graduação *Strictu- Sensu* em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola para obtenção do título de Mestre.

APROVADA em 14 de fevereiro de 2017.

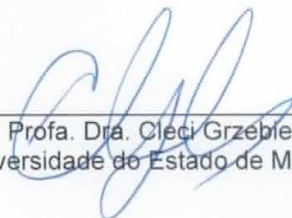
Banca Examinadora



Prof. Dr. Raimundo Nonato Cunha de França
Universidade do Estado de Mato Grosso



Prof. Dr. Francisco Xavier Freire Rodrigues
Universidade Federal de Mato Grosso



Profa. Dra. Cleci Grzebieluckas
Universidade do Estado de Mato Grosso

TANGARÁ DA SERRA/MT - BRASIL

2017

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais Margarida e Alcides, aos meus irmãos Allan e Alex e à minha sobrinha Luisa.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a Deus, porque “*Ebenézer* -até aqui nos ajudou o Senhor” – I Sm 7.12.

Agradeço aos meus familiares que me apoiaram na decisão da continuidade ao conhecimento, aos mestres, os quais acompanharam a minha caminhada, pelos nossos bons relacionamentos e também pelos momentos de tensões.

Aos meus orientadores queridos, Raimundo França com quem pude compartilhar minhas ansiedades e compreender melhor os caminhos da pesquisa. “Quanto mais aprendemos, menos sabemos...”, ao Gilmar Laforga, pela sua paciência e toda a força e confiança que me passou.

Aos professores da UNEMAT com os quais convivi e juntos construímos laços, Marinez Cargnin- Stieler e Elias Antunes dos Santos. A amada Sociedade Auxiliadora Feminina- SAF Jardim Santiago, por todo o carinho e apoio, nas pessoas da Dona Lídia e da Divina, à Igreja Presbiteriana Jardim Santiago, pelo convívio nestes anos em Tangará da Serra.

Aos queridos agricultores familiares com quem tanto aprendi no decorrer desta pesquisa, através de cada entrevista, pela paciência e contribuição à pesquisa, pelo bom humor, pelos presentes e pela acolhida. Às instituições participantes da pesquisa, pelo apoio e colaboração.

À Prefeitura Municipal de Tangará da Serra e ao prefeito Fábio Junqueira, à Secretaria de Agricultura Pecuária e Abastecimento de Tangará da Serra, representada por Ander Santos, pelo apoio logístico à pesquisa, ao Técnico Agnaldo Damacena pelo auxílio ao trabalho de campo e ao professor Neuri Senger do NUPES, pela motivação.

LISTA DE DEFINIÇÕES E SIGLAS

1 - Beneficiários Consumidores – Indivíduos em situação de insegurança alimentar e nutricional e aqueles atendidos pela rede socioassistencial, pelos equipamentos de alimentação e nutrição, pelas demais ações de alimentação e nutrição financiadas pelo Poder Público e, em condições específicas definidas pelo GGPAA, pela rede pública e filantrópica de ensino.

2 - Beneficiários Fornecedores – Público apto a fornecer alimentos ao PAA, quais sejam, os agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas e integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e de demais povos e comunidades tradicionais, que atendam aos requisitos previstos no art. 3.º da Lei N.º 11.326, de 24 de julho de 2006, que possuam DAP física ou estejam incluídos na DAP Jurídica na organização fornecedora, dentro do prazo de validade.

3 - Organizações Fornecedoras – Cooperativas e outras organizações formalmente constituídas como pessoa jurídica de direito privado que detenham a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF-DAP Especial Pessoa Jurídica.

4 - Unidade Recebedora – Organização formalmente constituída, definida nos incisos IV e V da Resolução N.º 62 de 2013 e retificada pela Resolução N.º 69 de 2014 do Grupo Gestor do PAA (GGPAA), contemplada na proposta de participação, que recebe os alimentos e os fornece aos beneficiários consumidores.

5 - Compra Com Doação Simultânea (CDS) – Compra de alimentos diversos e doação simultânea às entidades da rede socioassistencial, aos equipamentos públicos de alimentação e nutrição e, em condições específicas definidas pelo GGPAA, à rede pública e filantrópica de ensino, com o objetivo de atender demandas locais de suplementação alimentar de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

6 - Unidade Executora – Conab e outros órgãos ou entidades da administração pública federal que celebram termo de cooperação com as Unidades Gestoras.

7 - Unidades Gestoras – Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

8 - CMDRS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável.

9 - DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf.

10 - DIPAI – Diretoria de Política Agrícola e Informações.

11 – FAO- Organização das nações Unidas para a Agricultura e Alimentação.

12- GECAF – Gerência de Acompanhamento e Controle das Ações da Agricultura Familiar, da Conab.

13 - GEDES – Gerência de Desenvolvimento e Suporte Estratégico da Conab.

14 - GGPAA – Grupo Gestor do PAA.

15 - MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

16 - MOC – Manual de Operações da Conab.

17 – ONU – Organização das Nações Unidas.

18 - PAA – Programa de Aquisição de Alimentos.

19 - PAANet Proposta – Aplicativo de Internet para cadastramento das Propostas de Participação do PAA.

20 - PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

21 - SIGPAA – Sistema de Gestão do Programa de Aquisição de Alimentos.

22 - SUPAF – Superintendência de Suporte à Agricultura Familiar.

23 - SUREG – Superintendência Regional da Conab.

24 - TC – Termo de Cooperação.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Representação da comunicação e da Extensão Rural como Tecnologias sociais.29

Figura 1: Esquema hierárquico do fluxo de informações na gestão do PAA, seguindo a modalidade CDS operacionalizada pela CONAB, conforme a comunicação pública e integrada.59

Figura 2: Representação da dinâmica entre o fluxo de informações, instrumentos, agentes públicos e atores sociais, na modalidade CDS do PAA em Tangará da Serra.62

Figura 3: Representação do percentual de informações recebidas pelos respondentes “H”, Unidades Recebedoras dos produtos oriundos do PAA pela modalidade CDS em Tangará da Serra.66

Figura 4: Representação das informações inerentes ao contato com a Organização Fornecedora- OF da recepção dos alimentos.66

Figura 1: Esquema da comunicação como uma tecnologia social de conexão e relacionamento entre o poder público e o agricultor familiar no PAA.77

Figura 2: Mapa de Localização do Município de Tangará da Serra- MT.79

Figura 3: Origem dos Agricultores.81

Figura 4: Faixa etária dos Agricultores.81

Figura 5: Renda dos agricultores.82

Figura 6: Participação por Gênero.82

Figura 7: Representação do acesso à comunicação e conteúdo midiático pelos agricultores familiares: 84

Figura 8: Localização dos agricultores familiares de acordo com a posse de suas terras e distância da Organização Fornecedora:88

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Instrumentos utilizados pelo MDS para divulgação do PAA, conforme o respondente A:56

Tabela 1: Profissão dos agricultores, além da Agricultura Familiar83

Tabela 2: Participação e Recepção de informações dos agricultores familiares sobre o PAA.85

Tabela 3: Benefícios e Dificuldades da participação no PAA em Tangará da Serra:92

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Representação da Cronologia e conexão da Comunicação Rural, da Extensão Rural e da Tecnologia Social no Brasil:	31
Quadro 1: Perfil dos respondentes.	53
Quadro 2: Questões realizadas aos gestores das instituições operacionalizadoras do PAA:	53
Quadro 3: Questões realizadas aos gestores das unidades receptoras dos alimentos provenientes do PAA:	54
Quadro 4: Informações sobre o PAA no município de Tangará da Serra por meio de seus gestores:.....	64
Quadro 1: Adaptação das demandas sugeridas da Tecnologia Social ao PAA em Tangará da Serra- MT	93

SUMÁRIO

LISTA DE DEFINIÇÕES E SIGLAS

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE TABELAS

LISTA DE QUADROS

RESUMO

ABSTRACT

INTRODUÇÃO GERAL13

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS22

ARTIGO 1: A comunicação e a extensão rural como tecnologias sociais no Brasil.....24

ARTIGO 2: A comunicação em rede como tecnologia social de gestão no programa de aquisição de alimentos em Tangará da Serra – MT43

ARTIGO 3: A comunicação como tecnologia social no programa de aquisição de alimentos em Tangará da Serra-MT71

CONSIDERAÇÕES FINAIS99

APÊNDICES101

RESUMO

Este trabalho analisa a comunicação como tecnologia no Programa de Aquisição de Alimentos- PAA, no município de Tangará da Serra – Mato Grosso. O estudo foi delineado a partir de quatro objetivos. O objetivo geral faz uma análise da comunicação como uma tecnologia social praticada no Programa de Aquisição de Alimentos em Tangará da Serra- MT. Os objetivos específicos foram: investigar como ocorre a comunicação das informações disseminadas pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), considerando o processo de gestão, seus instrumentos e instituições participantes; descrever a recepção das informações e seus percentuais junto aos agricultores familiares participantes do PAA e identificar a caracterização identitária das comunidades rurais envolvidas no PAA diante do contexto da sociedade em rede. A metodologia da pesquisa foi de natureza qualitativa, através de pesquisa bibliográfica; descritivo-exploratória e trabalho de campo com observação direta. O trabalho de campo baseou-se em entrevistas semiestruturadas com gestores do PAA e instituições envolvidas no estudo e questionários semiestruturados aplicados a 36 Agricultores Familiares beneficiários da política pública. Foram delimitados três artigos para a composição da dissertação, baseados nos objetivos geral e específicos. O primeiro, constitui uma revisão bibliográfica dos temas Comunicação e Extensão Rural como tecnologias sociais no Brasil, e descreve a construção de políticas públicas para o trabalhador rural no Brasil. O segundo artigo compõe um estudo de caso, que investiga a estrutura da comunicação de gestão do PAA, considerando-a no universo da Tecnologia Social e o terceiro artigo, também um estudo de caso, intitulado Comunicação Rural como Tecnologia Social no Programa de Aquisição de Alimentos em Tangará da Serra, trata-se de uma análise qualitativa da recepção das informações em percentuais gerados pela pesquisa de campo com os beneficiários fornecedores da política, para conhecer a qualidade das informações recebidas por este público- alvo, concentrando-se em observar tais resultados no prisma da Tecnologia Social. Dos resultados observados, entendeu-se que há uma comunicação verticalizada, desde a gestão do programa até os beneficiários. A comunicação como tecnologia social ocorre de forma centralizada desde a gestão do Programa. Entre os gargalos encontrados, observou-se desarticulação entre os beneficiários fornecedores e a organização fornecedora; e entre a organização Fornecedora e órgãos públicos municipais. Ausência de conhecimento da Superintendência Regional da Conab sobre andamento do vigente projeto dentro do município; e ausência de conhecimento sobre o funcionamento da política pública entre os beneficiários da mesma, por parte dos entes públicos Federais.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Comunicação Rural, Agricultura Familiar

ABSTRACT

This paper analyzes the communication as a social technology in the Food Acquisition Program - PAA, in the municipality of Tangará da Serra - Mato Grosso. The study was delineated from four objectives. The general objective makes an analysis of communication as a social technology practiced in the Food Acquisition Program in Tangará da Serra – Mato Grosso, Brazil. The specific objectives are: investigate how the information disclosed by the Food Acquisition Program -PAA occurred, considering the management process, its instruments and participating institutions; Describe the reception of the information and its comments on the principles of evaluation of the network society. The methodology of the research was qualitative, through bibliographic research; Descriptive-exploratory and fieldwork with direct observation. Fieldwork was based on semi-structured interviews with PAA managers and a semi-structured questionnaire applied to 36 Family Farmers who benefited from this public policy. Three papers were delimited for the composition of the dissertation, based on the general and specific objective. The first, a bibliographical review of the themes of communication and Rural Extension as Social Technologies in Brazil, and describes a construction of public policies for the rural worker in Brazil. The second article composes a case study, which investigates a structure of PAA management communication, considering it in the universe of social technology. The third article, also a case study, entitled Rural Communication, as Social Technology in the Food Acquisition Program in Tangará da Serra, brings a qualitative approach and does an analysis of the reception of the information in percentages generated by the field research with the beneficiaries of policies, to know the quality of the information received by the target public, concentrating in observing such results in the prism of social technology. From the observed results, it was understood that there is a vertical communication, coming from management to the beneficiaries of the program. Communication as social technology has occurred centrally since a program management. Among the bottlenecks found, there was disarticulation between the beneficiary suppliers and a supplier organization; And between a Provider organization and municipal public agencies. Absence of knowledge of the Regional Superintendence of Conab on the progress of the current project in the municipality; And lack of knowledge about the operation of the public policy among the beneficiaries of the same, by the Federal public entities.

Keywords: Public Policies, Rural Communication, Family Farming

INTRODUÇÃO GERAL

A comunicação enquanto uma tecnologia social constitui um tema de relativa complexidade, pois há correntes de pensamento que tendem a delimitar a Tecnologia Social como uma simples ferramenta produtiva, desenvolvida e compartilhada por determinada comunidade para desenvolvimento desta, somente. No entanto, quando ampliamos a visão àquilo que se convencionou denominar Tecnologia Social, a comunicação surge como Tecnologia, pois cria, recria; inventa, reinventa; modela e remodela, assim como transforma comunidades, sujeitos e a própria sociedade.

A tecnologia, compreendida em sua essência a partir dos componentes de mediação, da interação do homem com a natureza, fez da comunicação sua primeira manifestação. Foi por meio da linguagem que os homens introduziram na ação constante de *comunicare*, ou seja, colocar a linguagem em ação – que se originou, portanto, a compreensão das coisas do mundo, dos homens e da sociedade em si. A comunicação, neste sentido se fez necessária para a humanidade de forma a desenvolver economias e sociedades.

A partir dos conceitos de técnica e tecnologia da fala analisa-se o termo comunicação enquanto ferramenta social que constitui um produto com o qual se constroem identidades e relações de poder. A tecnologia dedica-se ao estudo das técnicas e aos usos diferenciados que se pode fazer delas. Etimologicamente, o vocábulo é formado por dois termos gregos: *téchne* (técnica) e *logos* (conjunto de saberes) (CONCEITO DE, 2016).

Além disso, dialeticamente, técnica e tecnologias são dois termos que sempre podem *vir a ser*, isto é, um pode ser transformado no outro e vice-versa. Portanto, pode-se afirmar que a tecnologia é a técnica de um conjunto de saberes ou a “razão do saber fazer” (RODRIGUES, 2001). McLuhann (1964), descreve as tecnologias da informação a partir dos meios utilizados para que esta seja disseminada na sociedade. Para o autor, a falta de homogeneidade na velocidade do movimento da informação cria diversidades estruturais na organização de uma estrutura social.

McLuhann (1964) em sua abordagem sobre os meios, usa o termo “homogeneidade da velocidade informacional” se referindo ao desenvolvimento social a partir das tecnologias da informação: “Se o novo meio é acessível a todos os pontos da

estrutura ao mesmo tempo, há a possibilidade de ela mudar sem romper-se. Onde há grande discrepância nas velocidades do movimento [...] sérios conflitos podem ocorrer” (MCLUHANN, 1964, p110). O autor analisa o movimento de cidades no percurso da história e suas relações com a comunicação e o poder. Para McLuhann, se a cidade empreende o comércio rural, a mesma estabelece logo de imediato uma relação centro-margem com a área rural em questão; sendo assim a relação entre estes meios implica em trazer do campo os gêneros e as matérias-primas em troca das manufaturas especializadas do artesanato.

É neste sentido que, conforme McLuhann (1964), o natural seria que, se a cidade procura lançar-se no comércio marítimo, insemearia outra cidade-centro, como fizeram os gregos, em lugar de tratar as áreas de além mar como margem especializada ou celeiro de matérias-primas. Tal dependência reflete esta relação intrínseca entre a cidade e o campo.

Precursor de McLuhann, com o mesmo pensamento, Harold Innis, em sua teoria, aborda o “viés da comunicação” (THOMPSON, 2011, p 31) e relata que diferentes meios favorecem diferentes formas de organização do poder político, enfatizando a importância dos meios de comunicação, independente das mensagens que são veiculadas. Tal abordagem, lapidada por McLuhann e discutida por diversos autores coloca em evidência a comunicação como tecnologia fundamental para o processo de organização social.

Para Castells (1997) sobre mudanças nos modelos de tecnologia da informação moderna, como novas técnicas, o que ocorre, é que, o que está mudando, não são especialmente as atividades da humanidade, mas a capacidade de se utilizar, como força produtiva, o ato de se comunicar, que é o que de biológico o homem possui, sua capacidade de processar símbolos, principal tecnologia do ser humano.

Habermas (1993) utiliza a linguagem como elemento no qual torna os sujeitos universalmente competentes para interagirem comunicativamente entre si, e assim, chegam a um entendimento racional. Para Habermas (1993), o conhecimento humano constitui-se pela ação lingüísticocomunicativa, e a linguagem possui função central no processo de ampliação do conhecimento e da própria realidade da vida, como práxis interativa da sociedade. Neste sentido, o autor se baseia na relação sujeito-objeto, e defende a relação entre sujeitos. Daí nasce ideia/conceito da razão comunicativa. Tal

abordagem da razão comunicativa, aproxima-se da concepção de Tecnologia Social, pois amplia o papel da comunicação como instrumento de poder, conservando e/ou transformando determinado contexto.

Martin-Barbero (2006), afirma que, dois processos estão transformando radicalmente o lugar da cultura nas sociedades. Estes compõem a revitalização das identidades e a revolução das tecnicidades.

Segundo o autor, os processos de globalização econômica e informacional estão reavivando as questões de identidades culturais, como étnicas, raciais, locais, regionais em dimensões protagônicas de muitos dos mais ferozes e complexos conflitos internacionais dos últimos anos, e, ao mesmo tempo, estas mesmas identidades, juntamente com as identidades de gênero e de idade estão reconfigurando a força e o sentido dos laços sociais e das infindas possibilidades de convivência, tanto em âmbito nacional, quanto local.

Tal observação, coloca em evidência os usos das tecnologias convencionais da comunicação, mas, mais ainda, as complexidades geradas nos fluxos desta informação utilizada enquanto uma tecnologia da sociedade.

Sobre o termo Tecnologia Social, este é conhecido pela história de um movimento originário da era contemporânea, a partir do qual se deu um processo de discussões realizadas em torno das chamadas Tecnologias Sociais abordadas em diferentes países, inclusive no Brasil. De acordo com Dagnino et.al (2004), tais tecnologias, tiveram como precursor o indiano Mahatma Gandhi, criador da chamada *Tecnologia Apropriada*, que ao desenvolver a *charkha* (espécie de roca de fiar), introduzia entre 1924 e 1927, uma outra alternativa, a fim de popularizar a atividade de confecção de roupas no país, na luta contra o monopólio britânico da indústria têxtil.

Assim, aponta Dagnino et. al. (2004) que a ideia de Mahatma Gandhi foi difundida pelo economista alemão Schumacher, em 1973, através da publicação, na Inglaterra da obra *“small is beautiful”*. O termo *Tecnologia Intermediária*, difundido a priori, compreendia uma tecnologia que, em função de seu baixo custo de capital, pequena escala, simplicidade e respeito à dimensão ambiental, era mais adequada aos países pobres. Segundo ressalta Dagnino et. al. (2004), o movimento que tem em Gandhi um de seus pioneiros, e que após, passa pela proposta da Tecnologia Intermediária de

Schumacher e alcança seu auge com a Tecnologia Apropriada, havia promovido, desde a década de 1970, no Brasil, reflexões e críticas sobre a Tecnologia convencional.

Conforme ressaltam Rodrigues e Barbieri (2008), as Tecnologias Sociais propõem a construção de soluções de modo coletivo pelos que irão se beneficiar delas e que atuam para o fortalecimento da autonomia, ou seja, não são somente usuários de determinadas soluções importadas ou produzidas por equipes especializadas; que é um exemplo de muitas propostas das diferentes correntes da tecnologia apropriada.

Para o Instituto de Tecnologia Social - ITS (2004), uma definição mais sistemática do conceito, seria “um conjunto de técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para a inclusão social e melhoria das condições de vida do ser humano” (ITS, 2004 p.130).

Compreende-se, a comunicação como uma Tecnologia Social também a partir da análise de Bordenave (2002), sobre comunicação e participação. Para o autor, a comunicação produz a participação, cuja democracia promove “a subida da população a níveis cada vez mais elevados de participação decisória, acabando com a divisão de funções entre os que planejam e decidem lá em cima e os que executam e sofrem as consequências cá embaixo”. (BORDENAVE, 2002, p 34). Nesse sentido, conforme relata Bordenave (2002), muitas vezes, esta subida é apenas uma questão de capacitação e de experiência, mas que, na maioria dos casos, esta se deve a muitas lutas contra o “*stablishment*”.

Os conceitos de comunicação popular e comunitária abordados por Peruzzo (2004) e Paiva (2003) analisam o fortalecimento dos povos e comunidades a partir de suas bases culturais. De acordo com Paiva (2003), uma estrutura comunitária é o suporte para estratégias de mercado que visam o acúmulo de capital. Contudo nesse contexto surgem também aquelas estruturas comunitárias com o propósito de resgatar a cidadania a partir de contornos políticos, e é essa última instância, sugere Paiva (2003), que interessa em particular, por representar uma via a ser implementada em países onde os desníveis são mais profundos nos níveis sociais, políticos, culturais, educativos, informativos e econômicos. Assim ressalta a autora que: “tais estruturas comunitárias permitirão o rastreamento de maneiras passíveis a serem utilizadas pelos sujeitos, sendo

eles próprios capazes de produzirem as suas próprias ‘histórias e instituições “ . (PAIVA, 2003, p.119). Essas ‘maneiras passíveis’, como prediz Paiva (2003), é que nos conduzem ao pensamento da Tecnologia Social na Comunicação, como um elemento de transformação da humanidade, a partir das relações entre as comunidades.

Portanto, a humanidade, desde a construção dos diversos tipos de comunicação através dos signos e linguagem conforme ressalta Defleur (1993), a exemplo da rupestre e da invenção da escrita, à criação da prensa, dos satélites e máquinas de última geração que transmitem informações em tempo real, da era digital e de seus instrumentos, tais como o telefone celular e o computador, radicou um processo único de comunicação que tece e é apropriado com vistas à sua transformação, esta, em todas as dimensões possíveis, transformando a comunicação de vez, numa imprescindível tecnologia apropriada por grandes grupos econômicos.

Embora compreenda-se tal fato, as tecnologias, para que sejam usadas em prol do desenvolvimento de um determinado espaço, somente as serão se estiverem ao alcance de todos, ou, forem distribuídas de forma homogênea, democrática, com abrangência total e igualitária, como abordam Callon e Law (1997) por aquilo que podemos chamar de coletivo.

De todas as mudanças tecnológicas que as sociedades tradicionais do mundo subdesenvolvido tem sofrido na última década; mudanças na produção de energia, nos métodos agrícolas, nas técnicas industriais, na natureza dos armamentos, são as mudanças em comunicação que revelaram ser as mais fundamentais e penetrantes em seus efeitos sobre a sociedade humana. (LERNER e SCHRAMM, 1973, p.17).

Ao sugerirem as mudanças em Comunicação como as mais fundamentais, Lerner e Schramm (1973), se referem ao poder da comunicação e às suas transformações tecnológicas. Com isso, entende-se que tais mudanças foram e são essenciais para o desenvolvimento das sociedades, embora ocorram, em certa medida, de maneira desigual.

Ao se discutir a comunicação como uma Tecnologia Social do trabalhador do campo, nas regiões rurais, entende-se que, enquanto a própria Tecnologia Social, a comunicação constitui elemento empoderador da comunidade, manifestando-se no trabalho em campo, quando se discute a comunhão de ideias e o pensar coletivo, como afirma Freire (1970 e 1977b), que utilizou a comunicação como elemento principal para

a Extensão Rural. Concordando com Freire (1970), Mussoi (1985) relata que extensionistas, os quais respeitam e valorizam a cultura do trabalhador do campo, podem problematizar e discutir situações, buscando juntos, soluções alternativas aos problemas evidenciados, o que irá proporcionar soluções técnicas, políticas, econômicas, sociais ou culturais para a sociedade.

Ao se relacionar a comunicação com o universo da economia do Brasil, observa-se seu importante papel no meio rural, no contexto que anuncia McLuhann, do contato entre a cidade e o campo para o desenvolvimento social.

Conforme o último censo agropecuário do IBGE(2006), o Brasil rural possui 5.175.489 estabelecimentos rurais com uma área total maior que 329 milhões de ha (hectares). São cerca de 16,5 milhões de pessoas no campo. O rebanho brasileiro que mais se sobressai é o bovino, com 170 milhões de cabeças de gado, e o leite de vaca é a principal produção animal, que contabiliza mais de 20 bilhões de litros. As estimativas de produção de grãos apontaram para uma safra entre 206,2 e 223,5 milhões de toneladas nestes últimos dois anos, numa área plantada entre 58,1 e 61,0 milhões de hectares (MDA,2015). De toda esta produção as unidades produtivas rurais familiares são as mais expressivas, totalizando 4.367.902 unidades produtivas, o que representa 83, 9% dos estabelecimentos rurais do País (IBGE, 2016).

Observa-se conforme Abramovay(1994) e Buainain (2003), que o meio rural se encontra dividido em duas vertentes contrárias e desiguais. De um lado, o agronegócio, crescente, rentável e lucrativo para os grandes produtores e de outro a agricultura familiar, que tenta sobreviver com sua escassez de incentivo e falta de assistência técnica.

Embora os números apontem para uma produção crescente; ao se analisar a renda de cada trabalhador do campo, nota-se que, as famílias que vivem da agricultura familiar, ainda que mais numerosas, em sua grande maioria, são de baixa renda, e que necessitam portanto, a todo o momento, do apoio técnico para a sua produção de alimentos, que no país é proveniente da chamada Extensão Rural e das demais e recentes Políticas Públicas para o campo, provenientes do Estado de direito.

Compreende-se tal situação observando-se, ao longo dos anos o papel do Estado em priorizar suas ações às demandas mercadológicas, provenientes de uma

política agrícola pautada em modelos de Extensionismo Rural que ao longo de sua história, privilegiaria as grandes unidades produtivas, em favor de um desenvolvimento rural de apoio às classes sociais dominantes. Um dos problemas enfrentados pelos trabalhadores rurais, da agricultura familiar, foi realmente a permanência destes no campo, pois muitos deles deixaram suas moradias, trocando-as por uma vida com maiores dificuldades nos chamados centros urbanos.

Em grande parte do país, com o advento da expansão do agronegócio, muitas famílias que não alcançaram as políticas públicas e buscam sobreviver pela agricultura familiar se veem desassistidas e reféns do processo de desruralização, que consiste na saída das populações das áreas tipicamente rurais para as urbanas sem, entretanto, serem incorporadas ao modo de vida próprio do urbano, habitando bairros precários e sem possibilidades de obtenção de ocupações tipicamente urbanas (ABRAMOVAY E SACHS, 2015).

O estado de Mato Grosso demonstra esta situação, pois se posiciona no topo das estatísticas como o estado maior produtor de grãos do País (IBGE, 2015) e é conhecido por sua extensão territorial, sendo visto como um espaço propício a muitas transformações, sob a égide do capitalismo.

Neste contexto, pode-se refletir a agricultura familiar e tecnologias aplicadas, no intuito da obtenção de resultados que solucionem pontualmente seus problemas. Se por um lado não há como repensar a produção do capital no Brasil, excluindo-se o modelo agrícola atual, que visa o mercado externo e que em todos os tempos se sobressai, sobretudo, às custas do desmatamento dos biomas e altos investimentos em implementos agrícolas, por outro ângulo, é possível se imaginar que existem os agricultores familiares, os quais lutam por seu direito de plantar, colher e comercializar seus produtos no mercado local e regional.

Analizando tais problemas sociais, pelo prisma da comunicação, compreende-se a necessidade da mesma para uma intervenção social, a fim de se compreender tal demanda e se condicioná-la a outras percepções.

Peruzzo(2004), aponta que a democracia no poder de comunicar seria uma condição essencial para a ampliação da cidadania do trabalhador do campo, pois a comunicação é sobretudo um caminho para o exercício da cidadania em sua dimensão cultural, que, segundo a autora, se entrelaça nas lutas pela democratização das outras dimensões da cidadania, como a econômica e a política.

Diante disso, este trabalho buscou analisar uma política pública criada no ano de 2003, que atua no contexto da Agricultura Familiar, no Brasil e em Mato Grosso, no sentido do fortalecimento do trabalhador rural: O Programa de Aquisição de Alimentos-PAA. O objeto de estudo é o município de Tangará da Serra, que participa do PAA desde o ano de 2005, comercializa parte da produção rural para o programa e beneficia atualmente a 123 agricultores familiares (CONAB,2015), através da Compra com Doação Simultânea-CDS, operacionalizada pela Companhia Nacional de Abastecimento-CONAB. Os produtos são distribuídos à escolas estaduais e municipais, hospitais e entidades filantrópicas diversas do município.

Observou-se a política pública e seus desdobramentos na área da comunicação, com ênfase na transmissão do diálogo e processos de informações e comunicacionais enquanto tecnologias sociais preponderantes no desenvolvimento da Política Pública PAA. O estudo foi delineado a partir de quatro objetivos, sendo o primordial deles o objetivo geral, o qual buscou analisar de forma crítica a comunicação como uma tecnologia social praticada no Programa de Aquisição de Alimentos- PAA. Os outros três objetivos específicos foram: investigar como ocorre a comunicação das informações disseminadas pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) considerando o processo de gestão, seus instrumentos e instituições participantes; descrever a recepção das informações e seus percentuais junto aos agricultores familiares participantes do PAA e identificar a caracterização identitária das comunidades rurais envolvidas no PAA.

A metodologia da pesquisa realizada foi de natureza qualitativa, que consistiu na observação da realidade a partir de um leque mais amplo de possibilidades quanto aos olhares dos sujeitos pesquisados, sem, no entanto cair em relativismos absolutos, mas demonstrando que a produção do conhecimento científico faz-se de forma aberta, o que exige, muitas das vezes, a interseção de várias abordagens. (GOLDENBERG, 1997; RICHARDSON, 2012). Utilizou-se da pesquisa bibliográfica e descritivo-exploratória pela insuficiência da temática abordada e trabalho de campo, em virtude da necessidade de entrevistas com os atores envolvidos na pesquisa. Após análise e aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa- CEP da Universidade do Estado de Mato Grosso, a pesquisa foi considerada aprovada pelo CEP/CONEP, que gerou o número 54 943816.3.0000.5166.

O trabalho de campo baseou-se em entrevistas semiestruturadas com gestores do PAA, das instâncias Federal, Estadual e Municipal, juntamente com as instituições envolvidas no estudo, as quais são chamadas Unidades Receptoras dos produtos oriundos da Agricultura Familiar. Em seguida foram aplicados questionários semiestruturados a 36 agricultores familiares beneficiários fornecedores dos produtos da Agricultura Familiar da política pública PAA.

Foram delimitados três artigos para a composição da dissertação, baseados nos objetivos geral e específicos. O primeiro, introdutório, trata-se de uma revisão de Literatura sobre os temas Comunicação e Extensão Rural como Tecnologias Sociais no Brasil, a fim de descrever a entrada das políticas públicas para o trabalhador rural no país. O segundo artigo investiga a estrutura da comunicação de gestão do PAA, analisando-a pelo olhar da Tecnologia Social; e o terceiro e último artigo trata-se de um estudo de caso, o qual compõe uma descrição-exploratória de natureza qualitativa da recepção das informações em percentuais gerados pela pesquisa de campo com os beneficiários fornecedores da política pública, para conhecer as informações recebidas por este público-alvo, concentrando-se em observá-las no contexto da tecnologia social.

As tecnologias sociais possuem características comuns, entre as quais pode-se elencar: atendem a demandas da sociedade, resultam em interações sociais, envolvem atores públicos e privados, promovem o desenvolvimento e a sustentabilidade socioeconômica e ambiental, fortalecem e estimulam a organização com participação social e política, proporcionando a inclusão social por meio da geração de trabalho e renda. Assim como as políticas públicas, as tecnologias sociais pressupõem a participação efetiva da comunidade no seu processo de construção e/ou apropriação (COSTA, 2013). A comunicação se constitui assim, como elo deste contato para a disseminação das ideias produzidas no e para o campo, sendo as tais replicadas através das políticas públicas e seus sujeitos protagonistas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Vicente Eudes Lemos. A mobilidade sulista e a expansão da fronteira agrícola brasileira. **AGRÁRIA**, São Paulo, Nº 2, 2005.

ABRAMOVAY, Ricardo. SACHS, Ignacy. Nouvelles configurations villes-campagnes. Paris: UNESCO, **Gestion de Transformations Sociales (MOST)**, Série Politiques Sociales n. 7. Disponível em: <www.unesco.org/most/pp7.htm> Acesso em 04.07.2015

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e capitalismo no campo. **A questão agrária hoje**, v. 2, p. 94-104, 1994.

BORDENAVE, Juan E. Diaz. **O que é Participação**. São Paulo; Brasiliense; 84 p. 2002.

BUAINAIN, Antônio Márcio et al. Agricultura familiar e o novo mundo rural. **Sociologias**, 2003.

CALLON, Michel; LAW, John. L'irruption des non-humains dans les sciences humaines: quelques leçons tirées de la sociologie des sciences et des techniques. In: **Les limites de la rationalité. Tome 2**. La Découverte, 1997. p. 99-118.

CASTELLS, Manuel. **La era de la información: economía, sociedad y cultura**. v. 1, Madri: Alianza, 1997, 119p.

CONCEITO. DE, Conceito **de Técnica**. Disponível em: <<http://conceito.de/tecnica>> . Acesso em: 11/11/2016.

DAGNINO, Renato; BRANDÃO, Flávio; NOVAES, Henrique. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. In: DAGNINO, Renato (Org.). **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

DEFLEUR, Melvin. **Teorias da comunicação de massa**. Zahar, 1993.

DUARTE, J; BARROS, A. (Organizadores). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2 ed. 5 reimpr. São Paulo: Atlas, 2011.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: Como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 8ª. Edição, Record; Rio de Janeiro, São Paulo, 2004.

IBGE. **Cereais, Leguminosas e oleaginosas: Participação na produção- Unidades de Federação**. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Producao_Agricola/Levantamento_Sistematico_da_Producao_Agricola_\[mensal\]/Comentarios/lspa_201406comentarios.pdf](http://ftp.ibge.gov.br/Producao_Agricola/Levantamento_Sistematico_da_Producao_Agricola_[mensal]/Comentarios/lspa_201406comentarios.pdf)> Acesso em: 13/07/2015. Acesso em: 13/07/2015.

ITS (Instituto de Tecnologia Social). **Reflexões sobre a construção do conceito de tecnologia social**. In: DE PAULO, A. et al. Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1970.

_____ **Ação cultural para a liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977a.

_____ **Extensão ou Comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977b.

HABERMAS, Jürgen. **Moral consciousness and communicative action**. MIT press, 1990.

LERNER, D., SCHRAMM, W. **Comunicação e mudança nos países em desenvolvimento**. São Paulo: Melhoramentos, 1973.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Tecnicidades, Identidades, Alteridades: Mudanças e opacidades da comunicação no novo século: In: **Sociedade midiaticizada**. Organizador: MORAES, Dênis; Mauad, 2006. 246p.

MCLUHANN, Marshall. **Os Meios de Comunicação como Extensões do Homem**. Tradução Décio Pignatari. São Paulo: Cultrix, 1964.

MUSSOI, Eros Marion. **Extensão rural: uma contribuição ao seu repensar**. Brasília: Embrater, 1985.

PAIVA, Raquel. **O Espírito Comum: Comunidade, Mídia e Globalismo**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

PERUZZO, Cicilia MK. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. **Oliveira. Maria José da C.(Org.). Comunicação pública. Campinas: Alínea**, p. 49-79, 2004.

RICHARDSON, Jarry Roberto (Org.). **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. 3ª Edição, Atlas, São Paulo, 2012.

RODRIGUES, Anna Maria Moog. Por uma filosofia da tecnologia. **Educação tecnológica: desafios e perspectivas**. São Paulo, SP: Cortez, p. 75-129, 2001.

RODRIGUES, Ivete. BARBIERI, José Carlos. A emergência da tecnologia social: revisitando o movimento da tecnologia apropriada como estratégia de desenvolvimento sustentável. **RAP**; Rio de Janeiro v 42 Ed. 6:1069-94 p, nov./dez. 2008

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: Uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45

THOMPSON, John B. **A Mídia e a Modernidade**. 12ª. Ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

**A COMUNICAÇÃO E A EXTENSÃO RURAL COMO TECNOLOGIAS SOCIAIS NO
BRASIL**
**COMMUNICATION AND RURAL EXTENSION AS SOCIAL TECHNOLOGIES IN
BRAZIL**

[Revista de Políticas Públicas – UFMA]

RESUMO

Este trabalho analisou a relação entre a Comunicação Rural, a Extensão Rural e a Tecnologia Social em seus conceitos, como elementos de mudança e transformação do trabalhador do campo. A pesquisa faz uma abordagem de tipo qualitativa, a partir de uma revisão bibliográfica, que compreendeu o período entre o fim do século XIX e o início do século XX e os dias atuais. Conclui-se que a comunicação no campo teve seu marco inicial como produto de comercialização, e que com a entrada da política de Extensão Rural no Brasil, mesmo que falha e carregada de ideologias, esta trouxe uma aproximação ao trabalhador do campo. Embora isso tenha ocorrido, os modelos aplicados no Brasil na segunda década do século passado, até certo ponto, contribuíram para a exclusão social no meio rural. Na análise da comunicação enquanto uma Tecnologia Social, concluiu-se que a luta social dos trabalhadores rurais e a comunicação no campo a qual deu origem à formulação e execução de políticas públicas para o meio rural constituíram tecnologias sociais utilizadas para o fortalecimento da Agricultura Familiar, essenciais para a autonomia e melhora da condição de vida e trabalho do cidadão camponês.

Palavras – Chave: Tecnologia, Comunicação Rural, Ciências Agrárias

ABSTRACT

This work aimed to understand the relationship between Rural Communication, Rural Extension and Social Technology in their concepts, as elements of change and transformation of the field worker. The research takes a qualitative approach, based on a bibliographical review, which comprised the period between the end of nineteenth century and beginnings of the twentieth century to the present day. It is concluded that the communication in the field had its initial mark as a product of commercialization, and that with the entry of the policy of Rural Extension in Brazil, even flawed and loaded with ideologies, this brought an approach to the field worker. Although this occurred, the models applied in Brazil in the second decade of the last century, to some extent, contributed to social exclusion in rural areas. In the analysis of communication as a Social Technology, it was concluded that the social struggle of rural workers and the communication in the field which gave rise to the formulation and execution of public policies for rural areas constituted social technologies used to strengthen Family Agriculture, essential for the autonomy and improvement of the living and working conditions of the peasant citizen.

Key - Words: Technology, Rural Communication, Agricultural Sciences

INTRODUÇÃO

A abordagem da comunicação nas comunidades rurais brasileiras remete a uma discussão atrelada à questão do próprio sistema produtivo. Conforme Thompson (2011), observa-se estudos dos processos de comunicação, a partir de uma variedade de instituições comunicacionais que se despontaram no ocidente a partir das trocas comerciais ocorridas no período do mercantilismo europeu do século XV.

Navios carregados de matérias-primas se entrelaçavam entre si do oriente ao ocidente, formando as rotas comerciais, as quais configuravam uma comunicação que participava diferentes nuances culturais. No contexto, podia-se notar, muitas *falas*, estas formavam diferentes identidades, por meio das relações de poder.

Explica Thompson (2011) que, tais informações, transitáveis poderiam ser, a partir daquele momento, compradas e vendidas no mercado, ficando disponíveis e dispersas no tempo e espaço até os dias de hoje, com os recentes desenvolvimentos tecnológicos de produção, e seus processos de armazenamento, circulação de informações e conteúdos simbólicos, os quais constituem aspectos centrais da vida social.

Esta comunicação a qual passou por diferentes transformações tecnológicas, encontrou-se ao longo dos séculos influenciada pelas relações sociais que se dão a partir do movimento iniciado com a revolução industrial, que deu origem à interesses voltados à produção do capital. De acordo com Marcondes Filho (2002) isso ocorre desde a Europa até a América e perpassa pela imprensa sensacionalista, mercadológica, mídia de massa e folhetim, na maioria das vezes, privilegiando às chamadas elites sociais dos meios urbanos, as quais possuíam mais fácil acesso à leitura. Levy(2010), explora a cibercultura, originária das novas tecnologias da comunicação, do movimento da era pós-moderna, com o advento da internet, enquanto Kunsch (2007), ressalta que na atualidade as tecnologias comunicacionais tendem a se reinventarem a cada dia a partir dos novos produtos oriundos da revolução digital, presente no mercado global das relações públicas comunicacionais.

O objetivo deste trabalho implica em compreender a relação entre a Comunicação Rural e a Extensão Rural como Tecnologias Sociais, a partir de seus conceitos, enquanto elementos de mudança e transformação do trabalhador do campo.

A COMUNICAÇÃO RURAL NO BRASIL

Da abordagem sobre a comunicação no campo pouco se detalha a literatura, pois durante longos anos somente se podia noticiar um fato por meio da mídia impressa. No Brasil, tem-se as primeiras informações sobre notícias jornalísticas conforme Chaparro (1998), por meio de Hipólito da Costa, pioneiro no jornalismo do país. Cita o autor que Hipólito até esteve nos Estados Unidos para um Estudo sobre Agricultura, mas o *Correio Brasiliense*, primeiro jornal impresso brasileiro, editado em Londres em 1808, prestou-se a informar somente, em suas 100 páginas, assuntos voltados aos interesses políticos da então Colônia, os quais eram comércio e artes, literatura e ciências, miscelânea (se tratava das novidades do mês), correspondência e política.

No início do século XX, com a chegada do rádio e do cinema no país, a comunicação enquanto tecnologia convencional amplia seus horizontes e se torna importante difusora de informações para grandes públicos: as chamadas massas. Conforme Eco (2011), a cultura de massas se tratava de fenômenos comunicacionais, desde aqueles que traziam diversão, ou conteúdos informativos, eram construídos e reproduzidos, sendo os mesmos dialeticamente conexos.

A imprensa tem nos valores jornalísticos dominantes daquele período, entre outras, seções e editorias com a utilização de rubricas políticas ou literárias, compondo esporte, cinema, rádio, teatro, feminina, turismo e infantil, e se volta à divulgação de anúncios publicitários e dos fatos urbanos noticiados nas grandes metrópoles, se fortalecendo a partir de modelos desenvolvidos pelas potências econômicas da Europa e da América do Norte, compondo a indústria cultural (ADORNO e HORKHEIMER 1946); (COHN, 1977).

A difusão de informações voltadas à Agricultura no Brasil, conforme descreve Bordenave(1983), deu início no ano de 1899, partindo da lei nº 676, criada para reorganizar o Serviço Agrônômico do Estado (SAE), atribuindo à Secretaria de Agricultura a “direção e distribuição de publicações oficiais sobre Agricultura em geral”, bem como “a publicação de uma revista sob o título de Boletim da Agricultura”.

A partir de 1938, como sinaliza o autor, o governo brasileiro criou, através do então Ministério da Agricultura, o Serviço de Publicidade Agrícola, incluso no SIA (Serviço de Informação Agrícola). Este produzia um noticiário o qual era distribuído diariamente

para a imprensa e ao rádio. Assim, eram realizados programas transmitidos por emissoras oficiais e comerciais.

Mais tarde, a partir da década de 1950, se produziu e não produziu no Rio de Janeiro, cerca de 350 filmes sobre o setor agrícola, os quais foram exibidos em circuitos nacionais. Ao final daquela década, o Ministério da Agricultura dá lugar a “uma nova maneira de produzir informação agrícola”, reduzindo a difusão direta de informação pelos meios de comunicação de massas. Conforme sinaliza Bordenave (1983), isto ocorreu por causa do estabelecimento no país, da cooperação técnica norte-americana nos campos da agricultura, saúde, educação e etc. No contexto, tal ação governamental foi denominada Ponto Quatro.

Tal fato estabelece uma relação direta com o conceito de Extensão Rural, que tem sido tema de muitos debates no Brasil. Conforme ressalta Costa (2001), a política de Extensão Rural surge oficialmente no ano de 1948, através de um acordo com agências de desenvolvimento norte-americanas que buscavam modificar a estrutura de produção do país. O motivo era claro: pretendia-se aumentar o consumo de artefatos industriais, disseminar novas tecnologias no campo e sugerir uma penetração do capitalismo em países subdesenvolvidos.

De acordo com Costa (2001) e Sachs (1986), o programa explorava regiões, que ainda não tinham adotado modelos de crescimento econômico com base no aumento do uso de insumos industrializados. Maunder (1973), aponta que embora tenha sido disseminado outro contexto histórico sobre o termo educacional “extensão”, o mesmo foi primordialmente cunhado a partir de estudos na Universidade de Cambridge, na Inglaterra a fim de descrever uma inovação educacional em particular, para aquelas pessoas que ali viviam e trabalhavam. Após este período, comenta o autor que aí então, foi que se formou o Movimento Americano de Extensão, na Universidade de Chicago, em 1892. Ao se referir ao termo Extensão Agrícola, aponta o autor que este foi desenvolvido bem depois dos programas educacionais de extensão, dos quais, conforme aborda Fonseca (1985), tal expressão foi posteriormente traduzida do inglês, para vários outros idiomas, denominada Extensão Agrícola, dentro da área de “Agronomia Social Aplicada”. No contexto, o termo traduzia “todos os meios e medidas para elevar o nível de vida rural”.

Discussões sobre a Extensão Rural se acenderam no Brasil, por causa da associação do termo “Extensão” com o produtivismo. Foi então que, o educador Freire (1977b) desenvolveu um estudo linguístico sobre o que significaria Extensão, em sua obra *Comunicação ou Extensão?* (FREIRE, 1977b). Tal análise propôs uma densa reflexão sobre, principalmente a exclusão social no campo, em alusão ao termo “extensão”, no ato de se comunicar.

Conforme estudos de Freire (1977b) há vários conceitos semânticos aos quais poderiam ser abordados o termo “extensão”. Contudo, o autor utiliza-se deste para trazer uma sugestão, isto é; inculcar o conhecimento e a autonomia no trabalhador do campo, a partir da ação de um agente (Agrônomo), que exerceria assim o seu papel profissional de estender as suas técnicas do trabalho no campo de forma a educar o trabalhador que, por sua vez, poderia “distribuir” o conhecimento adquirido. Neste sentido, Extensão para Freire (1979) conduzia ao sinônimo de um processo educativo, comunicativo e dialógico, que trazia então o significado de educar, educando-se.

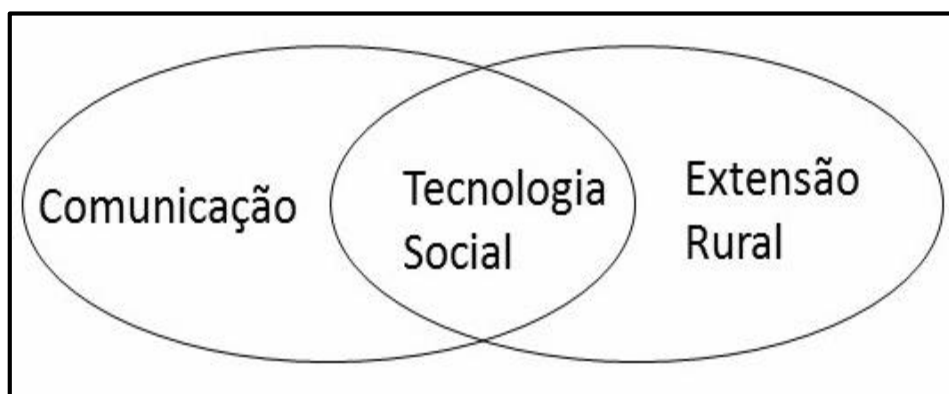
AS TECNOLOGIAS SOCIAIS

As primeiras reflexões sobre as Tecnologias Sociais no país surgem a partir da década de 1970, conforme aponta Dagnino (2004). De acordo com o autor, tal conceito foi elaborado na segunda década do século XX, na Índia, por Mahatma Gandhi, que cria uma espécie de “roca de fiar” como alternativa no combate à hegemonia britânica na indústria têxtil do país. Esta foi então denominada “Tecnologia Apropriada”. No decorrer do século se destacou também o alemão Schumacher (1973), o qual desenvolveu em seus estudos o conceito da “Tecnologia Intermediária”, especialmente adaptada ao contexto dos países pobres.

Os estudos sobre as Tecnologias Sociais no Brasil ganharam mais espaço, a partir de pesquisas com instituições, como o Instituto de Tecnologia Social- ITS (2004) e a Fundação Banco do Brasil, conforme ressaltam Pena e Melo (2004), sendo tal conceito reconhecido como processo, método ou instrumento capaz de solucionar algum tipo de problema social e que atenda aos quesitos de simplicidade, baixo custo, fácil reaplicabilidade e impacto social comprovado.

Reconhece-se tal possibilidade através da Extensão Rural; especialmente aquela refletida por Freire (1970; 1977a; 1977b) a qual é compreendida como um germe daquilo que temos refletido por Comunicação como uma Tecnologia Social capaz de identificar problemas e sugerir soluções para o trabalhador rural e suas organizações, de maneira dialógica. Para Freire (1977b), a Extensão Rural deve ser entendida e replicada de maneira pedagógica, em que o trabalhador do campo e receptor das informações possa processá-las e desenvolver ele próprio as soluções para os problemas cotidianos, o que se traduz assim uma Tecnologia Social, a qual irá empoderar o sujeito a fim de que ele próprio seja autônomo em suas atividades produtivas. A **Figura 1** sugere uma abordagem da Comunicação e da Extensão Rural como tecnologias sociais as quais se encontram constantemente conectadas e assim devem permanecer, para que o trabalhador do campo efetivamente receba, processe e passe adiante as informações inerentes ao seu universo social, sua vida no campo.

Figura 1: Representação da comunicação e da Extensão Rural como Tecnologias sociais.



Elaboração: Autora, 2016

Realizou-se para este trabalho, o método de pesquisa qualitativo, conforme abordagem de Goldenberg (1997), Marconi & Lakatos (2009), Severino (2000) e Minayo (2014), que busca compreender o fenômeno estudado a partir de um grupo, organização e contexto social, de modo que os estudiosos que abraçam este tipo metodológico dialogam entre si. Há um modo único de pesquisa como defende o modelo positivista, dado que as ciências sociais têm características que lhes são bem particulares. No caso deste trabalho, optou-se por uma abordagem a partir de uma revisão bibliográfica,

realizada por levantamentos e sistematizações teóricas analisadas e publicadas por meios escritos e sítios eletrônicos, sendo estes, livros, jornais e artigos científicos. Para a análise, sugeriu-se a abordagem de três eixos estruturantes, quais sejam: *Comunicação Rural*, *Extensão Rural* e *Tecnologia Social* estudados no Brasil, a partir do início do século XX aos dias atuais, tendo como recorte autores que desenvolveram importantes análises sobre tais eixos, entre os quais, Juan Bordenave, Paulo Freire e Renato Dagnino et. al.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Optou-se por se referenciar a pesquisa observando-a a partir de uma cronologia histórica das abordagens da Comunicação Rural no Brasil que começa entre o fim do século XIX e o início do século XX. A sua mais expressiva relação com a política Pública de Extensão Rural, foi observada a partir da segunda metade do século XX. A discussão sobre Tecnologia Social se fez presente com maior ênfase no período que encerra a segunda metade deste século e sua conexão com a Extensão Rural se deu por meio dos processos de comunicação dialógica, bem como ocorre o inverso com a Comunicação que se utiliza das políticas públicas e seu trabalho no Campo para se configurar uma Tecnologia Social.

O **quadro 1** demonstra a cronologia da Comunicação Rural no Brasil, da Extensão Rural e estudos da Tecnologia Social, em seus caminhos a partir de ideologias que se entrecruzam; por meio da abordagem dos autores e diálogos em comum.

Quadro 1: Representação da Cronologia e conexão da Comunicação Rural, da Extensão Rural e da Tecnologia Social no Brasil:

Comunicação Rural	Extensão Rural	Tecnologia Social
1899 – Revista Boletim da Agricultura	1945 – Política de extensão Agrícola “familiar e Assistencialista” (Costa, 2001)	1920 – Índia – Mahatma Ghandi
1938 – SIA- Serviço de Publicidade Agrícola/ Rádio Rural/ Cinema/ Ponto Quatro (1950)	1965 – Pacotes Tecnológicos; Modelo difusionista de Extensionismo Rural – vindo dos Estados Unidos	1970- Diálogo /Autonomia do trabalhador do campo Freire (1970; 1977a)
1960- Comunicação ou Extensão. Freire (1977b).	1974- Reivenção da Extensão Rural. EMBRATER	1980- Participação decisória-Bordenave(1983)
1980- Comunicação Participativa (Bordenave, 1983); 1980 -Ausência de estudos sobre comunicação Rural-funcionalismo-difusionismo e inovações de ideias Kunsch (1986)	1980- Cidadania do trabalhador do campo - Sauer(2008); Grzymbovsky(1994); MST	2000- Instituto de Tecnologia Social; Fundação Banco do Brasil;
1990-Comunicação no campo é tratada como periférica e descontínua.(Melo, 1993)	1990 – Fortalecimento das políticas Públicas a partir das lutas sociais Grzybowski(1994); Muller (2007); Montenegro Gómez (2002).	2001- Técnicas ou metodologias transformadoras”. Bava (2003); Dagnino(2004); ITS(2004)
2003- comunicação Comunitária; Paiva (2003); 2004- Comunicação Popular. Peruzzo(2004)- A comunicação, muito mais que meios, se torna uma questão de mediações.(Barbero, 2009).	2000- As políticas públicas PRONAF;PNATER; PAA se configuram frutos das lutas sociais advindas da comunicação como Tecnologia Social que preconiza o diálogo.	2010 –Metodologias reaplicáveis e disseminadas em redes, para autogestão (Olivieri, 2016)

Elaboração: Autora, 2016

Compreende-se, conforme demonstra o **quadro 1** que, no período inicial da comunicação rural no Brasil, havia um fluxo de informações que se apropriou dos veículos de massa implantados no país justamente na primeira metade do século XX, que, aliado à tecnologia convencional, amplia seus horizontes de informações para grandes públicos: as chamadas massas. Neste período, esta passa a ser utilizada para a divulgação de

produtos e serviços voltados às demandas da indústria e do comércio, direcionados ao setor urbano.

Na perspectiva da teoria crítica da Indústria Cultural elaborada por Adorno e Horkheimer (1946), a comunicação, a partir deste período, além de veículo, se torna produtora de cultura atrelada à difusão de ideologias de interesse de quem a produz.

Apreende-se à ideia da criação de uma revista exclusiva de Agricultura, da difusão das notícias via rádio e da apropriação do cinema, como uma estratégia de informar a este público alvo o que se havia necessidade de divulgar, e que, de certa forma teria amplo alcance publicitário, nos moldes do mercado nacional e internacional. Mas que se configurava algo que, atrelado ao então modelo político produtivista, trazia em si uma conotação voltada ao contexto do capitalismo, que confere enriquecimento das classes dominantes e a exclusão social.

Na década de 1960, nota-se uma certa lacuna da comunicação no campo, neste caso, compreendida a partir de seu contexto social, já existente, embora não tenha sido direcionada a públicos com diferentes demandas, como exemplifica Bordenave (1983) ao mencioná-la como algo distante do próprio conceito de Comunicação Rural. Esta, conforme apresentada pelo autor, consiste em um conjunto de fluxos de informação, de diálogo e de influência recíproca existentes entre os componentes do setor rural e entre eles e os demais setores da nação afetados pelo funcionamento da agricultura, ou interessados no melhoramento da vida rural.

Assim corrobora Bordenave(1983), que os canais desta comunicação rural estão abarcados a inúmeras possibilidades, tais como, através dos instrumentos formais ou informais e dos fluxos verticais e horizontais, unilaterais e multilaterais de informação. São eles as reuniões, as quais os agricultores eventualmente participam, feiras, visitas mútuas, festas, velórios e exposições, como também e necessariamente, os meios de comunicação de massas e também, conforme a análise do autor, trazendo para os dias de hoje, os atuais, como os jornais, rádios, TVs, revistas, cartazes, cinema, audiovisuais, telefone e internet, acessados pelos agricultores.

Pôde-se observar que naquele período da década de 1960, o Estado pauta, entre outros interesses, o desenvolvimento do setor rural a partir do lançamento dos *pacotes*

tecnológicos, acessíveis aos grandes proprietários de terras. Daí é implementado o modelo difusionista da política de Extensão Rural:

Suas orientações filosófica e operacional se tornam mais flexíveis e a difusão de tecnologia, atrelada ao crédito rural orientado, vai ocupando espaços cada vez maiores, abrindo caminho para o segundo momento desta trajetória evolutiva, chamado difusionismo produtivista. O seu começo pode ser identificado claramente no exato momento em que o número de contratos de crédito rural orientado supera pela primeira vez, em 1963, as operações com o crédito rural supervisionado, realizadas pelo Sistema Brasileiro de Extensão Rural. (RODRIGUES, 1997 p.123).

Conforme ressalta Bordenave (1983), O objetivo fundamental da informação agrícola e da informação rural passava até então à difusão de inovações tecnológicas que incrementassem a produção e a produtividade da agricultura. Portanto, é que foi criada, juntamente com o SIA (Serviço de Informação Agrícola), a ABCAR (Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural), a qual, posteriormente, foi substituída pela EMBRATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural). Inicialmente, o SIA se fazia distante do Agricultor, nos serviços de informação, pois este era estritamente vinculado à divulgação de notícias via mídia de massa e ligada aos serviços voltados à divulgação dos chamados pacotes tecnológicos oferecidos aos grandes produtores rurais. Além disso, conforme Nicolau (2015), as Informações divulgadas pelo SIA iam além dos produtores, através dos chamados Clubes Agrícolas, até as escolas, que repassavam o novo modelo produtivo para crianças e jovens, através do discurso desenvolvimentista.

Conforme Peixoto(2008), a partir da implantação da EMBRATER, em 1974, que nos estados trabalhava com as EMATER'es (Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural), um novo modelo de trabalho, que teoricamente dava-se a partir do contato com famílias que viviam no campo; mais aproximado às modalidades de diálogo participativo foi estabelecido, no entanto o propósito era sempre a implantação do modelo modernizante de consumo:

“A modernização da agropecuária foi caracterizada pelo consumo de insumos e equipamentos industrializados. A mecanização intensiva liberou mão-de-obra rural para a indústria e construção civil. As políticas de pesquisa agropecuária, crédito rural e Ater foram voltadas para o fortalecimento desse modelo, e as estruturas político-econômicas favoreceram a produção em grande escala de matéria prima agropecuária, destinada à exportação ou à industrialização”. (PEIXOTO, 2008 p.24)

Em contraponto a este idealismo, academicamente, um novo conceito de comunicação no campo, o qual deu origem, de acordo com Bordenave(1983), à então chamada “Comunicação Rural”, era desenvolvido. Maunder (1973) define-a como Extensão Agrícola, remetendo a um serviço ou sistema que assiste o produtor rural, através de conhecimentos educacionais de aperfeiçoar métodos e técnicas agrícolas, aumentar a produtividade e a renda, melhorar os níveis de vida e elevar os padrões sociais e educacionais da vida rural.

Assim, necessário foi entender o papel da extensão rural, por meio de seus termos, para que esta pudesse ser disseminada no viés de uma comunicação participativa, democrática e “dialógica” como afirma Freire (1977b), que utiliza a comunicação como elemento principal para a Extensão Rural, em que extensionistas, respeitando a cultura do trabalhador do campo e também no seu grupo, problematizam a situação com injustiças e contradições, ao buscarem soluções alternativas aos problemas e que podem ser técnicas, políticas, econômicas, sociais ou culturais.

No período de redemocratização do País, especialmente a partir do final dos anos 1970 e, em particular na década de 1980, conforme aponta Albuquerque et. al. (2011) a avaliação dos resultados da Extensão Rural brasileira demonstrou que sua ação, embora teoricamente trouxesse estratégias para o crescimento do trabalho no campo, contribuiu para a exclusão social e a concentração de renda.

Neste sentido, discussões foram firmadas no que diz respeito ao estabelecimento de processos de natureza dialógico-participativa como condição emancipadora na difusão/construção do conhecimento:

[...] o que a rigor se postula é que a comunicação [...] deva transformar-se num verdadeiro processo de interação social ou diálogo tanto em nível individual e de grande público. Um processo pelo qual produtores e técnicos desenvolvam suas características e suas vocações criadoras e transformadoras da natureza, e do mundo físico e social no qual se encontram. (FRIEDERICH, 1988 p. 46).

Conforme CARVALHO (2001), as Universidades já começavam a discutir, desde o princípio da década de 1960, a implantação de disciplinas voltadas à Comunicação Rural, no intuito de estabelecer em grande medida uma discussão mais aprofundada da Extensão Rural e deste tipo de atividade. Com isso, a Comunicação Rural consolidou-se no Brasil como apêndice da Extensão Rural, restrita ao seu corpo técnico.

A Comunicação Rural como acessório da Extensão Rural era operacionalizada como resposta ao momento da difusão e noção de sua prioridade pelo extensionista, sem no entanto, a preocupação jornalística do retorno comunicacional. O que era lógico, havia a sua formação profissional falando mais alto, a princípio ele era um técnico repassando tecnologia e não um jornalista preocupado com feedback. (CARVALHO, 2001, p 23).

Silveira (1993), relata que o movimento do repensar extensionista, que discutiu conceitos atinentes à Teoria do estado, particularmente esforços modernizantes e sua intervenção na Sociedade e às teorias de Comunicação Rural, determinou os limites de sua própria ação; pois conforme aponta a autora, justamente a característica essencial do diálogo seria a consciência que um falante teria da existência do outro e não somente uma troca de interjeições comunicativas.

Embora ao longo das décadas seguintes e com o desenvolvimento das tecnologias rurais, muito se tem discutido sobre a comunicação voltada ao homem do campo, Melo (1993) ressalta que a utilização desta comunicação em âmbito rural ainda é vista, no Brasil, como periférica e descontínua; sendo muito mais complexa do que se pensa: “Trata-se de um desafio a ser enfrentado pela comunidade universitária da comunicação social, na medida em que o Brasil permanece com um perfil econômico marcado pela produção agropecuária, fonte significativa da sua pauta de exportações”. (MELO, 1993, p 78).

Este desafio no Brasil tem se demonstrado complexo, pois as desigualdades sociais, a baixa utilização das tecnologias para cultivo familiar de precisão e a concentração da pobreza no campo (SPOSITO e WHITAKER, 2006), tendem a não permitir o avanço da própria agricultura familiar. Uma vez que a comunicação no campo está de fato intrínseca à extensão rural, observa-se a grande lacuna da falta de conhecimento ou difusão desta, no trabalho de campo.

Infelizmente, no decorrer dos últimos anos a ‘Agricultura’ [grifo nosso] não mereceu por parte das escolas de comunicação social a devida atenção, no que se refere ao ensino enquanto a melhor definição das linhas de pesquisa, ficando muito impregnada do extensionismo, do funcionalismo e do difusionismo de inovações, sob forte influência dos paradigmas importados e distanciados, portanto, da realidade brasileira. (KUNSCH, 1986 p. 6).

Kunsch(1986) reflete justamente sobre esta difusão das tecnologias para o produtivismo como não sendo uma opção que retrataria a Comunicação Rural. Neste sentido, conforme a autora, há necessidade de uma nova abordagem da Comunicação

Rural brasileira, sem esquecer a cultura camponesa e, tampouco, ignorar a existência da alta tecnologia no campo, haja vista que são poucos os trabalhos, mesmo em áreas do conhecimento como a Comunicação, que tenham se dedicado à estudos mais aprofundados sobre a Extensão Rural. Em geral, esta agenda da Comunicação Rural tem sido pauta muito mais de áreas como Sociologia Rural que propriamente da Comunicação.

Neste sentido, entendemos a Comunicação como uma das tecnologias sociais a qual, abordada por diferentes autores é compreendida aos instrumentos produtivos, e não somente à técnica de quem a produz.

No caso da Comunicação Rural, tal tecnologia se faz presente por meio da fala, do diálogo, do folclore, dos contos e do trânsito das diversas informações inerentes ao contexto do trabalhador no campo, no que diz respeito ao fortalecimento das relações do próprio cidadão rural.

A partir da ideia abordada pelo Instituto de Tecnologia Social, o termo se refere a: “técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas na interação com a população, que representam soluções para a inclusão social” (BAVA, 2003).

A comunicação e a Extensão Rural como Tecnologias Sociais, encontram neste campo, um espaço de discussão e solução de seus problemas, pois a própria Extensão Rural, constituiu uma Política do Governo que, em seus primórdios se mostrou oculta aos trabalhadores rurais das minorias (SODRÉ, 2005), mas que, ao longo dos anos se posicionou de maneira a assumir seu papel junto à população, de forma que, no decorrer dos anos pôde-se notar a evolução da mesma a partir dos movimentos de lutas sociais os quais contribuíram para o avanço das políticas públicas para o meio rural, com o reassentamento das famílias do campo através da reforma agrária.

Esta condição foi estabelecida em diversas regiões do Brasil e gradativamente se consolidou através de lutas firmadas principalmente pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, conforme aponta Grzybowski(1994) e Montenegro Gómez (2002). Assim, ao longo das décadas de 1990 e 2000, o Brasil pôde contemplar o estabelecimento de outras políticas voltadas ao meio rural, tais como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar- PRONAF e o Programa de

Aquisição de Alimentos – PAA, (MULLER 2007; FAO 2016), que surgiram como fonte de renda e redução da pobreza dos trabalhadores do Campo.

Assim, também conforme aponta Caporal (2008), o extensionismo rural pôde se expandir através da Política Nacional de Assistência Rural- PNATER, lançada no ano de 2003, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. Esta prevalece até os dias de hoje, com maior alcance no setor agrícola familiar. Partindo desta abrangência, a comunicação tem seu papel fundamental como tecnologia social para o trabalhador do campo através do extensionismo rural, o qual consegue avançar, ainda que incipiente.

Reconhece-se tal condição através do diálogo e aplicabilidade das tecnologias comunicacionais utilizadas no meio urbano e trazidas para o campo, como as da comunicação popular e comunitária, conforme apontam Peruzzo (2004) e Paiva (2003). Considera-se que, através destes modelos comunicacionais, muito pode ser realizado no campo, com o olhar na autonomia do sujeito trabalhador rural, a partir de metodologias pedagógicas baseadas no diálogo e participação, enquanto tecnologias sociais empoderadoras do agricultor familiar.

CONCLUSÃO

Conclui-se diante de tal discussão que a comunicação no campo desde a sua implantação no Brasil dos fins do século XIX e início do século XX, pelo governo, se prestou a um produto de comercialização, mas que ao longo das últimas décadas deste século, com a entrada da política de Extensão Rural no Brasil, mesmo que falha, e carregada de ideologias voltadas à produção do capital, ações foram tomadas para uma aproximação ao trabalhador do campo.

Observou-se ainda que, entre as décadas de 1960 e 1990, houve expressivo interesse no combate às ideologias que pregassem a difusão das informações técnicas agrícolas, desprovida da humanização do trabalhador rural. Embora tal discussão tenha sido firmada, notou-se academicamente, ausência de interesse em estudos sobre a Comunicação Rural e seu desenvolvimento no Brasil do Século XX.

Concluiu-se, então, que a comunicação é o elemento base para o sucesso das Políticas Públicas, e que o pensar coletivo, a disseminação de ideias cooperativistas e a formulação e execução de políticas públicas a partir do diálogo e sensibilização do

trabalhador rural, constituem tecnologias sociais utilizadas para, principalmente a obtenção destas políticas de fortalecimento da Agricultura Familiar, as quais reconhece-se como essenciais para a autonomia e melhor condição de vida e trabalho do cidadão camponês.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós Graduação em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola da Universidade do Estado de Mato Grosso- UNEMAT. À CAPES, pela bolsa de mestrado concedida à autora. Ao Co- orientador Gilmar Laforga pelo zelo no ensino da temática de Extensão Rural e pela oportunidade do contato com a área da docência, na ministração da disciplina “Comunicação e Extensão Rural”, como estagiária docente no curso de Agronomia da Universidade do Estado de Mato Grosso- UNEMAT. Ao Grupo de Pesquisa: Cultura, Política e Sociedade – UNEMAT/CNPq pelo o acervo e espaço de leitura e diálogos com outros pesquisadores.

LITERATURA CITADA

ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. **Dialectic of enlightenment**. Verso, 1997.

ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. **The culture industry: Enlightenment as mass deception**. 1946.

ALBUQUERQUE, Andréa. M.G. ROMÃO, Simone. R.L. ALBUQUERQUE, Augusto. A. Comunicação e tecnologia Social: Caminhos para o desenvolvimento com protagonismo comunitário. In: **Anais do I Circuito de debates acadêmicos**; IPEA; Alagoas, 2011.

BORDENAVE, Juan E.D. **O que é Comunicação Rural**. São Paulo; Brasiliense; 103 p. 1983.

BAVA, Silvio Caccia. Tecnologia social e desenvolvimento local. **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: FBB, p. 103-16, 2004.

BAVA, Sílvia Caccia. **A produção da agenda social mundial: uma discussão sobre contextos e conceitos**. In: Mitos e realidades sobre inclusão social, participação cidadã e desenvolvimento local. PGU-AL, 2003. Disponível em: <<http://polis.org.br/publicacoes/a-prod/ucao-da-agenda-social-mundial-uma-discussao-sobre-contextos-e-conceitos/>> Acesso em: 01/08/2015.

CAPORAL, Francisco Roberto. A redescoberta da Assistência Técnica e Extensão Rural e a implementação da Pnater: nova âncora para a viabilização de acesso a políticas de fortalecimento da Agricultura Familiar. **Brasília: MDA**, 2008.

CARVALHO, Geraldo Bueno de. **Jornalismo Rural na Comunicação Social do Vale do Paraíba, Estado de São Paulo**. 2001, 80 f. Tese. Magister Scientiae. Programa de Pós Graduação em Extensão Rural. Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais

CAMARGO, A. Aspácia. A Questão Agrária: Crise de Poder e Reformas de Base. In. **O Brasil Republicano 3. Sociedade e Política (1930 – 1964)**. 3. Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2004.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Sotaques D'aquem e D'além mar**. Santarem. Portugal. Jortejo, 1998.

COHN, Gabriel. **Comunicação e indústria cultural**. Companhia Editora Nacional, 1977.

COSTA, Adriane Lobo. Extensão Rural e meio ambiente. **Revista Eletrônica Mestrado Educação Ambiental. Rio Grande**, v. 7, p. 01-25, 2001.

DEFLEUR, Melvin. **Teorias da comunicação de massa**. Zahar, 1993.

DAGNINO, Renato; BRANDAO, Flávio Cruvinel; NOVAES, Henrique Tahan. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil**, p. 65-81, 2004.

ECO, Umberto. **Apocalípticos e integrados**. DEBOLS! LLO, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1970.

_____ **Ação cultural para a liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977a.

_____ **Extensão ou Comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977b.

FONSECA, Maria Teresa Lousa da. **A Extensão Rural no Brasil**; Um Projeto Educativo para o Capital. São Paulo: Loyola, 1985

FRIEDRICH, Odilo.A. **Comunicação Rural: Proposição crítica de uma nova concepção**. 2 ed. Brasília, Embrapa, 1988.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**. Editora Record, 2002.

GRZYBOWSKI, C. **Movimentos populares rurais no Brasil: desafios e perspectivas**. In: A questão agrária hoje. STÉDILE, J. P. (org). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994, p. 285-297.

ITS (Instituto de Tecnologia Social). **Reflexões sobre a construção do conceito de tecnologia social.** In: DE PAULO, A. et al. Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

KUNSCH, Margarida Kröhling. Comunicación organizacional en la era digital: contextos, recursos y posibilidades. **Signo y Pensamiento**, v. 26, n. 51, p. 38-51, 2007.

_____. **Comunicação e educação: caminhos cruzados.** São Paulo: Loyola, 1986.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** Editora 34, 2010.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 312 p.

MARCONDES FILHO, Ciro. **A Saga dos Cães Perdidos.** 2ª. ed. São Paulo: Hacker editores, 2002.

MAUNDER, Addison, H. **Agricultural extension: A Reference Manual.** Roma: FAO, 1973.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 14. Ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MELO, J.M. **O espaço da comunicação rural nas escolas de comunicação social.** In: BRAGA, G.M., KUNSCH, M.M.K. Comunicação rural discurso e prática. Viçosa: UFV, 1993.

MONTENEGRO GÓMEZ, Jorge. **Políticas públicas de desenvolvimento rural e o projeto de reforma agrária do MST no Noroeste do Paraná: uma contribuição ao entendimento do conflito capital x trabalho, da gestão territorial do Estado e do controle social do capital.** 2002. 230 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) / Univ. Estadual de Maringá, Maringá, 2002.

MULLER, Ana Luiza. **A Construção das Políticas Públicas para a Agricultura familiar no Brasil: O caso do Programa de Aquisição de Alimentos.** 128 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) Faculdade de Ciências Econômicas- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

NICOLAU, Nathália dos Santos. **A Educação construída nos Clubes Agrícolas: O Papel da Professora no Ensino de Crianças e Jovens do Meio Rural. (1945 – 1960).** In: XXVIII Simpósio Nacional de História. 27 a 31 de Julho de 2015, Florianópolis. SC. Disponível em:
http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1439865340_ARQUIVO_trabalhoAnpuh2015.pdf. Acesso em: 09/01/2017

OLIVIERI, Renata. Entrevista. **Tecnologias Sociais possibilitam modelos alternativos de desenvolvimento**. Disponível em: <http://www.mobilizadores.org.br/entrevistas/tecnologias-sociais-possibilitam-modelos-alternativos-de-desenvolvimento/>. Acesso em: 10.11.2016

PAIVA, Raquel. **O Espírito Comum: Comunidade, Mídia e Globalismo**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

PARANÁ, Estado do Paraná. Disponível em: http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/coea/pncpr/O_que_sao_PoliticPubllicas.pdf.

PENA, J. de O.; MELLO, Clailton José. Tecnologia social: a experiência da Fundação Banco do Brasil na disseminação e reaplicação de soluções sociais efetivas. **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Fundação Banco do Brasil, Rio de Janeiro; p. 83-87, 2004.

PEIXOTO, Marcus. **Extensão rural no Brasil: uma abordagem histórica da legislação**. Brasília, 2008. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-48-extensao-rural-no-brasil-uma-abordagem-historica-da-legislacao>. Acesso em: 09/03/2017

PERUZZO, Cicília M.K. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. 3.ed. São Paulo: Vozes. 2004. 342p.

RODRIGUES, Cyro Mascarenhas. Conceito de Seletividade de Políticas Públicas e sua aplicação no contexto da política de Extensão Rural no Brasil. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.14, n.1, p.113-154, 1997.

RÜDIGER, Francisco. **Introdução à teoria da comunicação**. São Paulo: Edicon, 1998.

SAUER, Sérgio. **Agricultura familiar versus agronegócio: A dinâmica sociopolítica do campo brasileiro**. Embrapa Informação Tecnológica, Brasília-DF, 2008, 73p.

SACHS, Ignacy. **Espaços, Tempos e Estratégias do Desenvolvimento**. São Paulo: Vértice, 1986. Trad. Eneida Araújo

SCROFERNEKER, Cleusa M. A. Trajetórias teórico-conceituais da Comunicação Organizacional **FAMECOS**; n. 31 dez/ 2006; p 47-53; Porto Alegre.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2000.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon. **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. Editora Expressão Popular, 2006.

SILVEIRA, Ada Cristina Machado. THE RETHINK OF THE RURAL EXTENSION: The Freire's dialogic and the modern technocracy in Brazilian agriculture. **Ciência Rural**, v. 23, n. 1, p. 87-94, 1993.

SODRÉ, Muniz. Por um conceito de minoria. **Comunicação e cultura das minorias. São Paulo: Paulus**, p. 11-14, 2005.

THOMPSON, John B. **A Mídia e a Modernidade**. 12^a. Ed. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

A COMUNICAÇÃO EM REDE COMO TECNOLOGIA SOCIAL DE GESTÃO NO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS EM TANGARÁ DA SERRA – MT

THE COMMUNICATION NETWORK AS A SOCIAL TECHNOLOGY OF MANAGEMENT IN THE FOOD ACQUISITION PROGRAM IN TANGARÁ DA SERRA, MATO GROSSO- BRAZIL

RESUMO:

Uma comunicação participativa se faz fundamental na criação e desenvolvimento de uma Política Pública. Este trabalho teve como objetivo analisar a comunicação como uma Tecnologia Social, no Programa de Aquisição de Alimentos em Tangará da Serra, Mato Grosso. Em uma perspectiva do diálogo, analisou-se a comunicação a partir principalmente dos conceitos de Comunicação Pública, Comunicação Integrada, Comunicação em Rede, Tecnologia Social e da teoria da Ação Comunicativa. O método de pesquisa foi qualitativo, não probabilístico a partir de um estudo de caso. Entrevistou-se 6 instituições gestoras do PAA das instâncias Federal, Estadual e Municipal, além de 50% dos gestores das Unidades Receptoras dos alimentos provenientes da Agricultura Familiar. Dentre os principais resultados, observou-se uma comunicação verticalizada, entre todas as instâncias e burocratizada, no que tange às relações entre as instituições. Observou-se dentre as principais demandas, ausência de comunicação dialógica e acompanhamento das esferas estaduais e municipais, junto à Organização Fornecedora, além de centralização das informações na própria Organização Fornecedora. Entende-se nesse sentido que a necessidade de uma mais efetiva comunicação junto aos representantes de cada instituição envolvida até os beneficiários do PAA em Tangará da Serra se faz premente para o bom desenvolvimento da Política Pública no município.

Palavras – Chave: Políticas Públicas; Práticas comunicacionais; Agricultura Familiar

ABSTRACT:

Participatory communication is fundamental in the creation and development of a Public Policy. This work aimed to analyze communication as a Social Technology in the Food Acquisition Program in Tangará da Serra, Mato Grosso. From a dialogic perspective, communication was analyzed mainly from the concepts of Public Communication, Integrated Communication, Network Communication, Social Technology and Communicative Action theory. The research method was qualitative, not probabilistic from a case study. We interviewed 6 PAA managing institutions from the Federal, State and Municipal levels, as well as 50% of the managers of the Receiving Units whose receipt the food from Family Agriculture. Among the main results, there was a vertical communication, among all bodies and bureaucratized, regarding relations between institutions. Among the main demands was the absence of dialogical communication and monitoring of the state and municipal spheres, together with the Supplying Organization, as well as centralization of information in the Supplying Organization itself. It is understood in this sense that the need for more effective communication with the Representatives of each institution involved to the beneficiaries of the PAA in Tangará da Serra is pressing for the good development of Public Policy in the municipality.

Keywords: Public Policies; Communication practices; Family Farming

INTRODUÇÃO

A sociedade, “organismo social” onde se relacionam milhares de pessoas, a todo momento precisa se comunicar. A comunicação toma parte do cotidiano do ser humano desde que este assume lugar na sociedade, ou seja, ao ser formado, ainda antes de nascer. A comunicação entre um novo ser humano em formação, através do contato com sua progenitora irá desencadear o desenvolvimento do feto até o seu nascimento. Neste contexto, o homem é formado e inserido na sociedade onde irá se conectar e, posteriormente se relacionar com este meio, social. Assim, conforme analisa Scroferneker (2006, p.47), a comunicação, em seu conceito primordial, pode ser entendida como meio, função, processo de interação ou fonte de dominação desta sociedade. “A comunicação constitui valorativamente um tema de importância consensual, cujo conteúdo, no entanto, está longe de ter sido esclarecido, quando se passa a sua definição teórica” (RUDIGER, 1998, p. 9).

Ao falar sobre o “interacionismo simbólico”, Blumer (1986), coloca em evidência a natureza simbólica da vida social a partir de três ideias primordiais para a interação do indivíduo. A primeira delas está na ação dos seres humanos em relação às coisas e com base nas significações que elas trazem. A segunda, parte da interação entre os próprios atores sociais entre si. E a terceira, perpassa pelas significações que são utilizadas e modificadas pela interpretação que o indivíduo faz na relação com as coisas que ele encontra.

Blumer (1986), em sua análise sociológica da sociedade cria o termo “ação conjunta”, o qual se trata de uma articulação de linhas de ação realizada por uma “organização social a partir de diferentes atos de conduta dos seus diversos participantes” (BLUMER, 1986, p17). Pensar a comunicação neste sentido, nos leva a entender que, a mesma enquanto uma tecnologia social, consiste em ferramenta essencial para a interação do ser humano com outros indivíduos e coisas, constituindo o elo de ligação, de conexão da sociedade, que busca constantemente evolução econômica e social, no que diz respeito à resolução de problemas relacionados ao trabalho, às necessidades básicas da humanidade e discussões voltadas à cultura e organização de um povo, etc.

A maioria dos esquemas sociológicos acredita que a sociedade humana existe em uma determinada ordem que, conforme ressalta Blumer (1986), no interacionismo simbólico, adere a um conjunto de regras constituídas por normas, valores, e sanções que especificam cada pessoa ou grupo social e como eles agem em suas diferentes situações.

Saint-Simon (1817), em sua interpretação social a partir da metáfora do ser vivo, organiza a sociedade a partir da teoria da “fisiologia social”, a qual constitui a ciência da reorganização social, que administra a passagem do “governo dos homens” à “administração das coisas”. Racionalista e um dos pais do socialismo, Saint – Simon, afirma que a sociedade nasce como um sistema orgânico, produzido por um tecer de redes, e assim também como “um sistema industrial”, criado como e pela indústria.

Spencer (1871) contribui para o avanço nos estudos em comunicação como sistema orgânico ao estudar a “fisiologia social”, por uma ótica voltada à uma interpretação positivista da sociedade, na qual para o autor, a divisão fisiológica do trabalho e o progresso do organismo caminham juntos, lado a lado. Isso significa que a sociedade industrial encarna a “sociedade orgânica”, do igual ao diferente, do simples ao complexo, constituindo assim uma sociedade- organismo sempre mais coerente e integrada, com suas funções sucessivamente mais definidas e suas partes cada vez mais interdependentes. Neste sistema, conforme o autor, a comunicação é o componente que conduz estes dois aparelhos orgânicos, que distribuirá e regulará esta sociedade. Conforme Mattelart (2011, p.17), tal processo comunicacional, dentro desta teoria, funciona à imagem do sistema vascular, sendo o primeiro (estradas, canais e ferrovias) o qual assegura o encaminhamento da substância nutritiva. E o segundo seria equivalente à função do sistema nervoso, o que faria possível a gestão das relações complexas entre um centro dominante e sua periferia.

Neste sentido, o papel das informações, como a imprensa, as petições, as pesquisas e o conjunto dos meios de comunicação é o de “propagar sua influência”, como o correio, o telégrafo e as agências noticiosas. Neste sentido, os informes conduzem às descargas nervosas que comunicam um movimento de um habitante de uma cidade ao de outra, e a comunicação passa a importante conector social e condutor de informações.

Castells (2003), em seu estudo mais recente sobre a sociedade e a tecnologia da informação, relata, principalmente que, na era da informação, grupos e processos dominantes, estão cada vez mais organizados em torno das redes. Para o autor, as redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades globais, transformando resultados de processos produtivos de cultura e poder. A lógica das redes, conforme afirma o autor, gera uma determinação social em nível mais alto que a dos interesses sociais específicos expressos por meio das redes; nisto “o poder dos fluxos é mais importante do que os fluxos de poder” CASTELLS (2003, p. 565).

Esta comunicação retratada por Castells e propagada com mais intensidade nos meios urbanos pode ser refletida na contrapartida das interações sociais também com as minorias (PAIVA, 2003). Compreende-se nesse sentido a força da comunicação em rede, sendo esta utilizada para diferentes fins, mas com o objetivo de ampliar o seu alcance, no que diz respeito aos receptores destas mensagens.

Habermas(1993) cria a teoria da ação comunicativa como um modelo da racionalidade. O autor utiliza a linguagem como elemento que torna os sujeitos universalmente competentes para interagirem comunicativamente entre si, e assim, chegarem a um entendimento racional. Para Habermas, o conhecimento humano constitui-se pela ação lingüísticocomunicativa, e a linguagem possui função central no processo de ampliação do conhecimento e da própria realidade da vida, como práxis interativa da sociedade. Para além do conceito de razão, o autor se baseia na relação sujeito-objeto, defendendo a relação entre sujeitos. Daí surge a ideia da razão comunicativa. São pessoas com o mesmo poder em debate sobre os assuntos e questões de natureza política e prática, e não das técnicas de apenas uma área do conhecimento em si.

É possível se pensar tais conceitos para uma simples análise: A comunicação em rede pode ser aplicada a partir de uma interação entre os sujeitos para o alcance de todos os contextos econômicos sociais, a fim de organização de um estado econômico, ou desnivelamento social, isto, através da formulação e aplicação das políticas públicas.

Em abordagem ao conceito de “redes de ação” por tecnologias sociais, Dagnino et.al. (2004), estudam os grupos sociais como uma rede que funciona por meio da articulação de diversos atores das esferas governamentais, empresariais, das

universidades, institutos de pesquisa e organizações da sociedade civil, como os movimentos sociais, cujo objetivo em comum consiste na solução de problemas sociais, a partir da implementação de mecanismos de difusão e aperfeiçoamento de tecnologias já desenvolvidas ou através da busca de novas soluções para demandas ainda não atendidas.

A partir do prisma da Tecnologia Social, como exercício da autonomia pelo discurso, através do diálogo, observa-se o contexto da comunicação como expressão de um ideal que conduz a um processo de mudança de pensamento e paradigmas. A perspectiva da Tecnologia Social aponta Dagnino (2004), foi idealizada por Gandhi (1924), contra a hegemonia britânica na indústria têxtil da Índia, e esta demonstrou que, o fortalecimento das camadas sociais populares e periféricas se deu por meio da comunicação, do diálogo das ideias ali propostas.

Ao se pensar, na atualidade em uma comunicação de gestão, é neste sentido que esta, pode ser analisada na perspectiva da transformação social. Aplicada aos mais altos setores empresariais atuais, uma comunicação de gestão em rede, poderia aperfeiçoar ações, atingindo objetivos satisfatórios, por exemplo, em âmbito das políticas públicas. Já neste caso, pode-se afirmar que tal comunicação, pode decorrer por meio de “*pressões sociais*”, às quais impulsionarão o próprio gestor na tomada de decisões. Isso porque a participação decisória por meio da Tecnologia Social da fala propõe uma condição aos interlocutores destes grupos, que seria a democratização das informações.

A Tecnologia Social, enquanto um produto dos próprios processos interativos da sociedade, constitui objeto de mudança social. Compreende-se assim a comunicação como uma tecnologia social que pode ser replicada para o desenvolvimento e inclusão, como ferramenta de combate às disfunções sociais.

Para Dagnino (2004), a Tecnologia Social deve ser adaptada ao reduzido tamanho físico e financeiro; não-discriminatória; liberada da diferenciação – disfuncional, anacrônica e prejudicial nos ambientes auto gestionários – entre patrão e empregado; orientada para um mercado interno de massa; libertadora do potencial e da criatividade do produtor direto. Resumindo, deve ser capaz de viabilizar economicamente os empreendimentos auto gestionários (DAGNINO, 2004 p. 8).

O autor aborda diretamente a comunicação nos empreendimentos autogestionários, numa perspectiva do diálogo. Assim também pode-se refletir no trabalho de uma instituição pública, que regida por normas e leis, pode se utilizar da Tecnologia Social da fala, do diálogo e da língua para alcançar seus objetivos enquanto empreendimentos públicos. Pode-se afirmar que, uma instituição criada a partir do avanço das políticas públicas no Brasil, tem em si o “*know – How*” necessário para se aplicar uma comunicação autogestionária, que atinja os fins devidos e coletivos, no contato com a sociedade civil, seu principal foco.

A Comunicação de Gestão em uma instituição Pública

O modelo de Comunicação realizado em uma instituição pública perpassa pela Comunicação chamada pública, que, de acordo com Duarte (2007), diz respeito aos fluxos de informação e padrões de relacionamento envolvendo os gestores e a ação do Estado e a sociedade; sendo o Estado, compreendido como o conjunto das instituições ligadas ao Executivo, Legislativo e Judiciário, que inclui empresas públicas, institutos, agências reguladoras e área militar. Conforme ressalta o autor, as instituições pertencem ao Estado, e a gestão administrativa e política do aparato do Estado é uma responsabilidade do governo. “Este é apenas o gestor transitório daquele. Os agentes são a elite política e todos os integrantes das instituições públicas, representantes eleitos, agentes públicos nomeados e funcionários de carreira” (DUARTE, 2007 p. 48).

Na Comunicação pública, como na integrada e organizacional, há um planejamento e um contato entre as partes envolvidas no processo comunicacional da empresa, o que corresponde à gestão do fluxo das informações internas. No caso da comunicação pública, esta, voltada às instituições públicas do Estado e Governo, tem em seu público alvo a sociedade civil que, por direito deve receber as informações sobre as ações institucionais e demandas sociais existentes no país. Este corresponde ao coletivo dos cidadãos que pagam impostos e que nasceram no país, ou migraram de outro Estado ou Nação.

A Comunicação Pública ocorre no espaço formado pelos fluxos de informação e de interação entre agentes públicos e atores sociais (governo, Estado e sociedade civil – inclusive partidos, empresas, terceiro setor e cada cidadão individualmente) em temas de interesse público. Ela trata de compartilhamento, negociações, conflitos e acordos na busca do atendimento de interesses referentes a temas de relevância coletiva. A Comunicação Pública ocupa-se da viabilização do direito social coletivo e individual ao diálogo, à informação e expressão. Assim, fazer comunicação pública é assumir a perspectiva cidadã na comunicação envolvendo temas de interesse coletivo. (DUARTE, 2007, p.48).

Conforme o autor, são temas de interesse da população que devem ser transmitidos com a maior clareza, sendo adaptados às diversas culturas e linguagens. Compreende-se então que esta comunicação também atravessasse fronteiras, atingindo proporções continentais, ao passo que é de extremo interesse que um país saiba das informações sobre políticas de outros, que muitas vezes servem de exemplo, ou são até utilizadas para a consolidação de hegemonias de poder. Ocorre que, sobretudo a comunicação pública é criada para satisfazer as necessidades dos cidadãos.

Este artigo tem como foco principal o estudo da comunicação no Programa de Aquisição de Alimentos - (PAA), no município matogrossense de Tangará Serra. O PAA, constitui um instrumento de política pública criado no ano de 2003, instituído a partir do artigo 19 da lei nº 10.696, no período do primeiro mandato do governo do então presidente do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva.

O PAA se deu em prosseguimento da política Pública do Programa de Fortalecimento para a Agricultura Familiar (PRONAF) estabelecido desde 1996 e devido à posterior articulação das políticas públicas atreladas ao Programa Fome Zero.

O PAA possui um Grupo Gestor, formado por integrantes dos seis Ministérios participantes, os quais são o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome- MDS (Financiador e executor do Programa), Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA (Unidade Gestora e executora), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento- MAPA (Unidade executora do Programa), Ministério da Fazenda- MF; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão- MPOG; e Ministério da Educação- MEC. As diretrizes e tomadas de decisão do PAA estão a cargo do GGPAA, órgão colegiado de caráter deliberativo, vinculado ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que tem como objetivos orientar e acompanhar a implementação do PAA (BRASIL, 2012).

O Programa possui entre os seus operadores a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), empresa pública, conectada ao MAPA, praticante da maior parte das ações estruturantes e de comunicação para o desenvolvimento do programa nos municípios. Em âmbito municipal, as Instituições que operacionalizam o PAA e contatam a CONAB são Cooperativas ou Associações Comunitárias, e ou grupos organizados pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR), responsáveis pela discussão entre a sociedade civil e o Estado das políticas públicas, para o meio rural, entre elas o PAA (AVILA, et.al. 2013, p. 100).

O Programa de Aquisição de Alimentos, conforme a lei 10.696, desde a sua criação possui as seguintes finalidades:

- I-** Incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento de alimentos e industrialização e à geração de renda;
- II-** Incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar;
- III-** promover acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, das pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável;
- IV-** promover abastecimento alimentar, que compreende as compras governamentais de alimentos, incluída a alimentação escolar;
- V-** constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares;
- VI-** apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar; e
- VII-** fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização.

Para tal, há uma organização, enquanto comunicação de gestão, logística e comercialização planejada pelo GGPA e executada por três grandes grupos:

O MDS, que através do termo de adesão tem como executor o estado ou o município em alguns locais do país; O PAA Leite, exclusivo para a região nordeste, cujos executores são os Governos estaduais; e a Companhia Nacional de Abastecimento-CONAB, a qual operacionaliza de 55 a 60% dos recursos do Programa, através das

modalidades: Compra com Doação Simultânea; Compra Direta; Apoio à Formação de Estoques; Compra Institucional e Aquisição de Sementes (CONAB, 2016).

A pesquisa se concentrou em observar todo o processo comunicacional desde a saída das informações referentes ao programa, realizada pelo GGPA (Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos) e Coordenada pelos Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Ministério do Desenvolvimento Agrário, até chegar aos gestores municipais da política em Tangará da Serra, e às Unidades Receptoras do Programa, sendo observada a modalidade de Compra com Doação Simultânea – CDS, a qual realiza a compra de produtos oriundos da Agricultura Familiar com dispensa de licitação para os agricultores, e doa estes produtos para instituições filantrópicas e outras ligadas ao Estado, como as escolas estaduais e municipais.

Atualmente o PAA em Tangará da Serra possui um projeto no valor aproximado de 756 mil reais, sendo desenvolvido desde 2014 pela Cooperativa dos Produtores da Agricultura Familiar de Tangará da Serra e Região – COOPERVIDA. Os projetos podem ser enviados anualmente, conforme chamada pública aberta às Cooperativas e associações comunitárias, entre outros grupos que obtiverem um número de agricultores que produzam regularmente e se encaixem no perfil de Agricultores Familiares através do preenchimento da DAP (Declaração de Aptidão Familiar). Em Tangará da Serra a DAP pode ser preenchida através da EMPAER e da COOPERVIDA.

O Objetivo deste trabalho é analisar a gestão da comunicação como uma Tecnologia Social e sua dinâmica, no Programa de Aquisição de Alimentos em Tangará da Serra.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os sujeitos desta pesquisa são compostos por gestores públicos Municipais, Estaduais e Federais que, de alguma forma contribuem para o processo de comunicação do Programa de Aquisição de Alimentos no Município de Tangará da Serra. Optou-se por se realizar uma análise crítica do processo comunicacional institucional e logístico; compondo uma pesquisa de natureza qualitativa, baseada em um estudo de caso, tendo em vista ser este um tema complexo e com alta demanda de estudos. Conforme aponta Yin (2010), o estudo de caso, é um método de pesquisa utilizado nas mais diversas

situações em que contribuem com fenômenos individuais, em grupo, organizacionais, sociais e relacionados a estes; o qual permite que os investigadores compreendam características holísticas e significativas da vida real.

Partiu-se primeiramente de uma análise bibliográfica, com pesquisa em registros documentais *on line*, em bases de dados Google Scholar e indexados; e também sites como o do IBGE, entre outros, além de impressos das bibliotecas das Universidades Estácio de Sá, Campus João Uchôa - Rio de Janeiro e Universidade do Estado de Mato Grosso, campus de Tangará da Serra – MT. As técnicas para coleta dos dados de campo, foram as de entrevistas semiestruturadas, com auxílio de um formulário contendo perguntas abertas.

A aplicação da técnica de entrevista semiestruturada facilita a obtenção de dados mais precisos e reduz a incidência de perguntas sem respostas, facilitando a conversação informal e permitindo, assim, explorar ao máximo cada resposta até esgotar a questão. (DUARTE; BARROS, 2011). Assim, para Santos (2012), o formulário com questões abertas permite que o informante dê respostas com liberdade e maior teor de detalhes, fornecendo mais profundidade sobre a realidade do estudo.

A escolha dos entrevistados se deu através de uma análise do fluxograma organizacional do PAA, obtido através da CONAB, por se julgar relevante a participação da gestão nos processos de comunicação das empresas, no que tange à elaboração e organização do trabalho e divulgação das informações do Programa, além de haver ausência de um departamento ou responsável somente por comunicação em algumas das instituições pesquisadas. Portanto a característica da amostragem é não-probabilística, por meio de pesquisa qualitativa. Após análise e aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa - CEP da Universidade do Estado de Mato Grosso, a pesquisa foi considerada aprovada pelo CEP/CONEP, que gerou o número 54 943816.3.0000.5166.

As entrevistas foram conduzidas por um roteiro contendo 10 questões, aplicado para 06 (seis) instituições participantes do Programa de Aquisição de Alimentos, tendo elas sido apresentadas diretamente para os grupos gestores de cada instituição e por vezes, diretamente ao responsável por cada setor ligado ao processo de comunicação do PAA das instituições. Realizou-se ainda entrevista contendo 05 (cinco) perguntas à 30, dos 60 gestores das Unidades Receptoras dos alimentos provenientes do PAA em

Tangará da Serra. Discutiu-se, conforme análise da comunicação pública e integrada, e nos conceitos de rede social, as abordagens propostas da Tecnologia Social e os dados coletados e apresentados por meio das entrevistas, e da formulação de tabelas e gráficos. Para garantir que a identidade dos entrevistados não fosse revelada, foi feita a opção de identificar os respondentes com letras (A, B, C, D, E, F, G e H).

Quadro 1: Perfil dos respondentes:

Identificação	Cargo dos respondentes	Instituição/ Local da Entrevista
A	Gestão do PAA –Nacional GGPA	MDS- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/ Brasília
B	Gestão do PAA – Nacional GGPA	MAPA/CONAB-Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento/Companhia Nacional de Abastecimento/Brasília
C	Gestão de Comunicação Institucional do PAA- Nacional- Assessoria de Comunicação e GECAF – Gerência de acompanhamento e controle das ações da Agricultura Familiar	CONAB-Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento/Companhia Nacional de Abastecimento/Brasília
D	Gestores do PAA no Estado de Mato Grosso	CONAB- Companhia Nacional de Abastecimento/ Mato Grosso- Cuiabá
E	Gestores do PAA em Tangará da Serra	SEAPA- Secretaria Municipal de Agricultura Pecuária e Abastecimento de Tangará da Serra
F	Gestores do PAA em Tangará da Serra	COOPERVIDA- Cooperativa dos Produtores da Agricultura Familiar de Tangará da Serra e Região
G	Gestão Estadual de Extensão Rural em Tangará da Serra	EMPAER-Empresa Matogrossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural S/A / Tangará da Serra
H	Gestores das Unidades Receptoras beneficiadas pelo PAA	Secretarias Municipal e Estadual de Educação em Tangará da Serra

Fonte: Dados da Pesquisa, 2016

Quadro 2: Questões realizadas aos gestores das instituições operacionalizadoras do PAA:

1. Na sua opinião, como funciona a comunicação no Programa de Aquisição de Alimentos em termos de sua criação (comunicação de gestão e institucional) e eficiência (logística e funcional)?
2. De que forma o senhor (a) percebeu o PAA e o desenvolvimento da comunicação dele até os dias de hoje?
3. Em sua opinião quais pontos a comunicação no PAA precisa ser melhorada?
4. De que forma é gerida a comunicação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) por meio da sua instituição? Como se dá a sua participação neste processo?
5. Quais são os instrumentos utilizados pela sua instituição para a divulgação das informações recebidas para o desenvolvimento do PAA?
6. Existe algum canal de <i>Feedback</i> (retorno) das informações recebidas dos agricultores e dos consumidores beneficiados desta política?
7. Como é realizada a comunicação interna entre os participantes da gestão do PAA, na sua instituição? Como funciona a gestão da informação da política conforme as normativas?
8. Existe algum tipo de comunicação informal entre o senhor e outros gestores do PAA? Como ela funciona?
9. Há alguma análise de efetividade e qualidade destas informações e de como elas chegam aos Agricultores Familiares e aos consumidores beneficiados pela política. Se efetivamente elas chegam, como é realizada?
10. Qual o papel que a sua instituição tem ou poderia ter na articulação da comunicação das políticas em torno da Agricultura Familiar? Universidades, Sindicatos, Secretarias Municipais, conselho estadual.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2016

Quadro 3: Questões realizadas aos gestores das unidades receptoras dos alimentos provenientes do PAA:

1. O senhor(ora) conhece como funciona o Programa de Aquisição de Alimentos? Já recebeu algum tipo de informação sobre o PAA? Se sim, por meio de quem, ou de quais meios de comunicação?
2. Em que estado de conservação o senhor(ora) recebe os produtos oriundos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)?
3. Se recebe em mau estado de conservação, qual a sua reação?
4. O senhor(ora) tem ou já teve algum contato com os Agricultores que entregam os produtos na sua instituição? Como é este contato?
5. O senhor(ora) tem ou já teve algum contato com a cooperativa responsável pelo PAA em Tangará da Serra? Como é este contato?

Fonte: Dados da Pesquisa, 2016

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa realizada com as instituições participantes do Programa de Aquisição de Alimentos observaram inicialmente que as informações geridas pela política pública PAA ocorrem a partir da legislação e tem seus atores primordiais centrados no GGPA, de forma verticalizada. As decisões tomadas pelo grupo dão origem às informações que serão replicadas e transmitidas via publicidade, internamente ou ainda através de encontros com o público alvo do Programa.

A pesquisa teve acesso à informações sobre a comunicação interna do Programa, a partir da fala dos interlocutores componentes do GGPA, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS e do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento-MAPA. Conforme o Grupo, as ações ocorrem por meio de reuniões formais prévias do próprio grupo GGPA junto à gestores de cada um dos três grandes grupos executores do Programa.

A Assessoria de Comunicação do Programa de Aquisição de Alimentos encontra-se descentralizada, contendo pelo menos um assessor dos ministérios, ligado aos três grandes grupos executores, com a responsabilidade de divulgação de notas, notícias e releases referentes à comunicação publicitária do programa, que conecta o público-alvo às notícias referentes aos assuntos de pautas realizadas a partir de reuniões com membros do GGPA. O Grupo, através de reuniões internas, decide o que será repassado às assessorias de Imprensa dos Ministérios participantes, coordenador e executores, para que seja divulgado, por meio de publicização impressa, radiofônica, televisiva ou via web.

O papel das Assessorias de Imprensa está em organizar as ações inerentes à comunicação de Assessoria, como a realização de clippings, pesquisas, redações de matérias, tomadas fotográficas, além da divulgação dos produtos e compartilhamento das informações do PAA em âmbito nacional e mídia aberta.

As Superintendências Regionais (SUREGS), da CONAB, as quais possuem uma Assessoria de Comunicação, estão nos estados de São Paulo e Paraná. O MDS, o MDA e o MAPA, a partir da CONAB, desenvolvem e difundem informações publicitárias com maior frequência. Sobre a disseminação das informações em âmbito do diálogo, como uma Tecnologia Social no Programa, O GGPAA, através de resolução ministerial nº 49, de 25 de setembro de 2012, instituiu um comitê consultivo, para fins de assessoramento e acompanhamento das atividades do Programa de Aquisição de Alimentos. Este comitê é constituído por representantes governamentais, tais como:

Da Secretaria Nacional de Assistência Social- SNAS, da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar- SESAN, pertencentes ao MDS; do Ministério do Meio Ambiente; do Ministério da Pesca e Aquicultura; da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; da Fundação Nacional do Índio e membros do GGPAA, sendo um de cada órgão. Também participam do comitê consultivo, membros da sociedade civil, os quais constituem os representantes das entidades convidadas ao comitê, que são: O Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional; a Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar; a Via Campesina; a União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária; o Movimento dos pequenos Agricultores; o Movimento das Mulheres Camponesas; o Conselho Nacional das Populações Extrativistas; a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombolas; a Coordenação das Organizações indígenas da Amazônia Brasileira; a Rede Nacional de Colegiados Territoriais; a Articulação Nacional de Agroecologia e a Articulação no Semiárido brasileiro. Representantes do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Conselho Nacional de Assistência Social e Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, também participam do Comitê Consultivo. (CONAB, 2015 p. 368).

Tais representantes são indicados pelos órgãos, entidades e instituições participantes do Comitê e nomeados pelo MDS, para prestação de serviço não remunerada.

Além de assessorar as atividades do PAA, o Comitê Consultivo foi criado com a finalidade de articulação com as atividades do GGPAA, para manter um canal de diálogo com os movimentos sociais e organizações da sociedade civil sobre a implementação do PAA; para construir grupos especializados em temas para detalhamentos e subsídios às decisões do GGPAA e sugerir aprimoramentos na execução do programa ao GGPAA, por meio de encontros semestrais ou convocação para reuniões ordinárias ou extraordinárias realizadas pela SESAN, a qual exerce o papel de coordenadora do Comitê Consultivo. (CONAB, 2015, p.368).

Ao serem perguntados sobre como funciona a comunicação no Programa de Aquisição de Alimentos em termos de sua criação (comunicação de gestão e institucional) e eficiência (logística e funcional), a gestão do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome –MDS, respondeu:

Quanto à comunicação de gestão/institucional, os gestores do PAA se comunicam diretamente por mensagem eletrônica e telefone, além da comunicação oficial (via ofício). Sempre que necessário, a comunicação se estabelece em reuniões bilaterais, entre os órgãos gestores, ou conjunta, com todo o Grupo Gestor do PAA, composto por representantes de seis ministérios (MDS, CONAB/MAPA, FNDE/MEC, MPOG, MF, MDA). Internamente, cada um desses órgãos mantém a comunicação rotineira com suas equipes técnicas, para o bom andamento do Programa. O Comitê Consultivo também é uma ferramenta de comunicação que impacta no processo de gestão do PAA. Este Comitê é composto por órgãos de governo e representações da sociedade civil organizada. Consiste em um canal de diálogo sobre temas relacionados à execução do PAA. O Comitê é coordenado pela SESAN/MDS, responsável por viabilizar as reuniões. (Respondente A, 2016)

Ao serem questionados sobre evolução da comunicação no PAA até os dias de hoje, respondeu o MDS:

Com a evolução das ferramentas de comunicação, o PAA vem utilizando as diversas formas de contato com seus partícipes. A exemplo, podemos citar os informes digitais que são encaminhados para todo o banco de e-mails das unidades executoras do PAA via Termo de Adesão, bem como a divulgação, via e-mail, de Chamadas Públicas da modalidade Compra Institucional para uma rede de contatos de cooperativas e associações da agricultura familiar. Utilizamos ainda, materiais informativos impressos, como folders e cartilhas, utilizadas para divulgação/informação do Programa em eventos, reuniões, oficinas e etc. Acompanhando o desenvolvimento da comunicação, o PAA também promove sua comunicação via portal do MDS na internet e em redes sociais como o Facebook. (Respondente A, 2016).

Tabela 1: Instrumentos utilizados pelo MDS para divulgação do PAA, conforme o respondente A:

Instrumentos utilizados pelo MDS para divulgação do Programa de Aquisição de Alimentos
Informes digitais para todo o banco de contatos das unidades executoras do Programa;
Divulgação via e-mail para banco de contatos de organizações da agricultura familiar;
Material impresso (folders e cartilhas);
Portal do MDS;
Boletins digitais da Rede Alimentar;
Redes sociais;
E-mail institucional (paa@mds.gov.br)
Central de Relacionamento (0800-707 2003);
Ouvidoria do MDS;
PAADData - Trata-se de um sistema integrado de informações, disponível no site do MDS, para acesso público, que consolida informações detalhadas da execução do PAA;
SISDiligências - Sistema integrado de comunicação direta entre o MDS e órgãos de controle;
Com frequência, os gestores do Programa são convidados a participarem de entrevistas (rádio/TV/jornal/outras mídias) para prestar informações/esclarecimentos sobre a execução do Programa.

Fonte: Respondente(A), 2016.

Os principais objetivos da comunicação integrada, segundo Pimenta (apud TERCIOTTI, 2010) são: criar e divulgar a imagem institucional da empresa; adequar os trabalhadores a um mercado cada vez mais complexo, instável e competitivo; atender às demandas dos consumidores (fale conosco, SACs, 0800, etc.); defender os interesses da empresa junto aos governos federal, estadual, municipal e seus representantes (lobbies); encaminhar questões relacionadas a sindicatos, órgãos de classe e à preservação do meio ambiente. Esta comunicação, conforme o autor, se encontra mais voltada ao ambiente privado e empresarial, mas pode-se considerar a mesma fundamental, para a boa captação de informações da empresa pública; contudo deve-se observar que, no caso do PAA, o diálogo em reuniões pontuais entre gestão, sociedade civil e beneficiários, asseguraria o andamento da política de forma mais democrática. Bordenave (1993), discute a participação em ambientes empresariais e ressalta que esta deve promover a subida dos subordinados a níveis cada vez mais elevados de participação decisória, acabando com a divisão de funções entre os que planejam e decidem lá em cima, e os que executam e sofrem as consequências das decisões cá embaixo, observando-se a escala hierárquica.

Sobre o processo de gestão da comunicação, respondeu o MAPA:

A Conab tem representações em todos os estados, com equipes que trabalham no PAA. Existe um comando central, que é na matriz, onde fica a Diretoria de Política Agrícola e Informações- DIPAI, que conduz o Programa, existe a Superintendência de Apoio à Agricultura Familiar- SUPAF, que faz a gestão central dos recursos e das normas do Programa. As normas são baseadas nos procedimentos internos da Conab, que por sua vez são baseados no marco legal do Programa, que é constituído por leis, decretos e resoluções do Grupo gestor que alimentam o que vai para a norma da CONAB, que é chamado MOC - Manual de Operações da Conab. (Respondente B, 2016).

Conforme relatou o respondente (B), as informações são produzidas como consta no decreto nº 7.775, o qual dita as responsabilidades do Grupo Gestor. Entre elas está o estabelecimento de mecanismos para ampliar a participação no PAA de beneficiários fornecedores em situação de extrema pobreza, jovens e mulheres. A comunicação interna que dá origem à operacionalização da modalidade de Compra Com Doação Simultânea, realizada em Tangará da Serra, é de responsabilidade da CONAB, conforme orientações estabelecidas pelo GGPA, relatadas pelo respondente (B), registradas no MOC (Manual de Operações da CONAB).

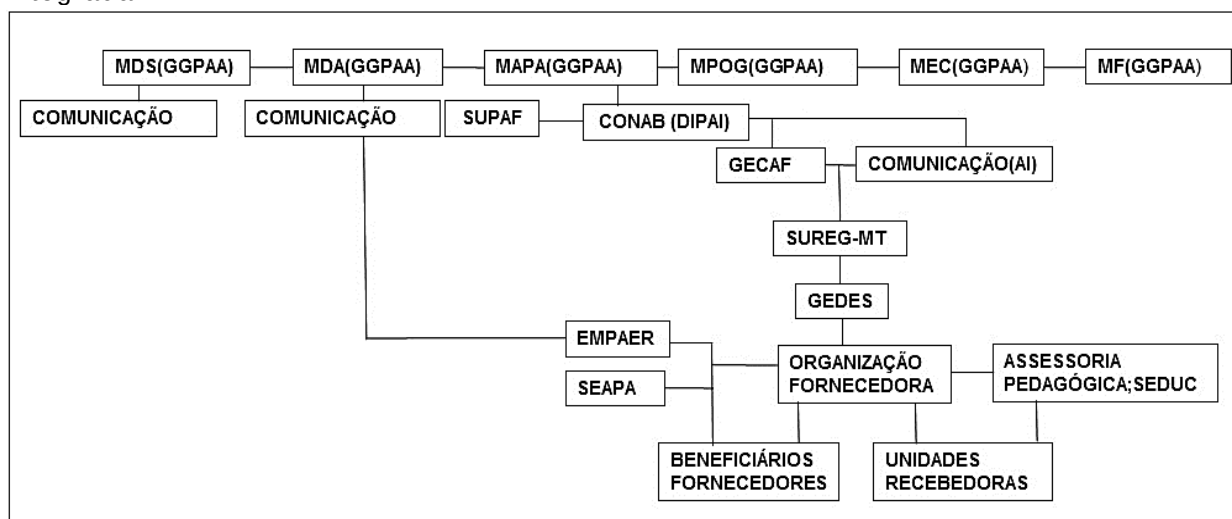
Kunsch (2003), em sua abordagem sobre a Comunicação Intergrada, relata que a mesma constitui uma visão holística das várias modalidades da comunicação que é produzida nas organizações. Esta pode ser entendida como a junção da Comunicação Institucional, da Comunicação Interna, da Comunicação Administrativa e da Comunicação Mercadológica, formando assim uma sinergia, um *mix* da comunicação.

Segundo Kunsch, nos dias de hoje as organizações precisam trabalhar sob uma filosofia dessa Comunicação Integrada face às grandes complexidades, às grandes demandas que, não seriam possíveis serem cumpridas apenas por uma só modalidade, porque precisam de várias formas de comunicação.

A comunicação Integrada conforme a autora, precisa ser entendida aqui como uma orientação, uma filosofia para conduzir as várias formas de se fazer comunicação. Direciona assim por exemplo, o trabalho de um público interno, a partir da Comunicação Interna; com os públicos de interesse, os chamados “*steakholders*”, trabalha a Comunicação Institucional, e voltando-se mais para o consumidor, trabalha a Comunicação Mercadológica.

Como Tecnologia Social, a comunicação Integrada pode e deve alcançar todos os setores da instituição, até mesmo os beneficiários. Para Bueno (2010) a Comunicação Integrada consiste no “conjunto articulado de esforços, ações, estratégias e produtos de comunicação, planejados e desenvolvidos por uma empresa ou entidade, com o objetivo de agregar valor à sua marca ou de consolidar a sua imagem junto a públicos específicos ou à sociedade como um todo” (BUENO, 2010).

Figura 1: Esquema hierárquico do fluxo de informações na gestão do PAA, seguindo a modalidade CDS operacionalizada pela CONAB, conforme a comunicação pública e integrada:



Elaborada por: Autora, 2016

Assim, como demonstra a figura 1, o contato inicial parte do GGPAA que sugere o fluxo de comunicação a partir das diretrizes do Programa. Conforme relatado pelo GGPAA, as informações sobre o desenvolvimento das ações do PAA são transmitidas aos agentes públicos responsáveis por cada demanda semanalmente. Sendo assim, são os profissionais da Assessoria de Comunicação, (Assessoria de Imprensa- (AI) que auxiliam na produção do conteúdo informativo e publicitário que é veiculado pela imprensa:

A Assessoria de Imprensa da CONAB possui um *mailing list* nacional e outro local. Divulgamos por site, em formato impresso através dos folders e cartilhas produzidos e entregues nos eventos que participamos; na Empresa Brasil Comunicação, e Rádio Nacional da Amazônia, entre outras. Há um tempo atrás não existia acompanhamento das informações via *clipping*. Hoje, há uma empresa terceirizada que realiza este tipo de trabalho. Produzimos uma matéria por semana, em média. (Respondente C, 2016).

Esta comunicação, observa a Diretoria de Política Agrícola e Informações da CONAB (DIPAI), que se trata de uma informação que será replicada externamente, a qual atende à população em geral. Ao serem questionados em quais pontos a comunicação precisa ser melhorada, respondeu o MDS:

Tendo em vista que o PAA é um programa bastante amplo, com diversas formas de execução/modalidades e com múltiplos partícipes (agricultores, cooperativas/associações, unidades gestoras, unidades executoras, entidades receptoras de alimentos), ainda existe um vasto campo a ser explorado para melhorar a comunicação, de forma que possa atingir toda essa rede. Hoje, a

comunicação é mais fortemente estabelecida entre os gestores e unidades executoras do Programa. (Respondente A, 2016).

De acordo com a gestão de comunicação da CONAB, um ponto importante seria um maior contato das assessorias, para a divulgação das informações inerentes ao programa, sendo assim:

Falta uma integração das comunicações de cada órgão público. Os órgãos públicos de certa forma tem dificuldade de se comunicar e entrelaçar políticas conjuntas, isso é um desafio. Há ausência de comunicação. (Respondente C, 2016).

Conforme a Superintendência Regional da CONAB em Mato Grosso, a SUREG-MT, há lugar para uma assessoria de comunicação nas superintendências regionais, mas as informações são limitadas, por outros motivos:

Nós divulgamos na imprensa, quando somos chamados. Mas não custeamos qualquer tipo de informação publicitária sobre o programa. Há tempos atrás entregamos o folder que já está antigo. Ficamos limitados ao que está nos planos de trabalho, que não tem verba para divulgação. Temos trabalhado com o orçamento restrito. Como é um acordo de cooperação com o MDS, o maior volume de operações que temos aqui no estado é a Compra com Doação Simultânea- CDS, então fazemos um levantamento da demanda e pegamos o que gastamos e o que mais achamos que vamos gastar. Entregamos este levantamento ao MDS que nos repassa os valores. O ano de 2015, foi o primeiro que não conseguimos pagar todos os projetos, as propostas novas que chegaram a nós. Temos mais um entrave. Nós não temos mercado para uma grande divulgação do Programa. (Respondente D, 2016).

Sobre a estrutura do PAA e a importância no fluxo das informações e a organização fornecedora, a SUREG- MT respondeu:

Hoje temos o limite de 8000 reais por agricultor. Até tem municípios que a organização fornecedora se viu em uma obrigação de não elevar a cota dos agricultores, para o máximo, para não ter que diminuir o número de agricultores participantes, na tentativa até de incluir novos, caso existam; na maioria das vezes existem. O Programa é mais estruturante para que o agricultor entenda o que é mercado, qualidade de produto, e escala de produção. Seria a base para que ele possa tentar se inserir no mercado comercial. Mas gostaríamos muito que houvesse um rótulo com embalagem dos produtos para as unidades receptoras. Não há. Foi uma sugestão que existiu, mas que não teve continuidade. (Respondente D, 2016)

Especialmente na modalidade Compra com Doação Simultânea – CDS, as articulações de mobilização e fomento à participação ao Programa se dão diretamente com as lideranças do público alvo do Programa para que sejam esclarecidos aspectos de operacionalização do PAA e de ações de incentivo à participação:

Algo importante é que, se o programa é pedagógico, quanto mais unidades cooperativas e associações conhecerem a forma como ele trabalha, melhor pulverizadas serão as informações sobre ele. Quando a organização tem um projeto mais amplo, ela pode acabar se perdendo na administração. Dificulta um pouco a parte dos controles, comunidades que ficam mais distantes, a parte de logística. Mas se o município tem planos de algo além do PAA e se planeja concentrar o projeto apenas em uma organização fornecedora para ampliar a produção, já se torna um objetivo estratégico. Temos aqui na SUREG de Mato Grosso, uma equipe de nove pessoas trabalhando para o PAA. Ela é composta por profissionais de informática, que vão dar oficinas para as organizações fornecedoras sobre o uso do PAA net, técnicos de campo e gestores. Para nós a entrada do PAA net foi muito importante para o controle das propostas e das entregas. Entendemos que houve uma oportunidade para as organizações conhecerem mais sobre informática, porque muitos presidentes das organizações não sabiam nem manusear um computador e agora conseguem tranquilamente realizar o trabalho administrativo do PAA em seu município. (Respondente D, 2016).

Com relação ao acesso ao PAA net, e à Página da CONAB na internet, respondeu a GECAF: “Está sendo trabalhada uma proposta mais interativa para o site da CONAB. Este é um dos pontos a serem melhorados, no programa, que é a acessibilidade ao site da CONAB. O PAA net é fácil, é auto explicativo, mas o caminho para se chegar a ele é que é mais complicado”. Também sobre o termo de cooperação respondeu:

A Conab possui o termo de cooperação com o MDS, em que são repassados recursos operacionais. Por ele temos acesso à operacionalização da comunicação logística e informatizada. Além das SUREGS, existem as UAs, que são as Unidades Armazenadoras, que estão no interior dos estados. Existe esta capilaridade e a mão de obra que é especializada em abastecimento, para quem está no campo. As caminhonetes que adquirimos para capacitação no campo, diárias, material de áudio visual e suporte às videoconferências realizadas com as SUREGS, para capacitação e divulgação do Programa. Este repasse para operacionalizar computadores e carros, é realizado desde 2012. (Respondente C, 2016).

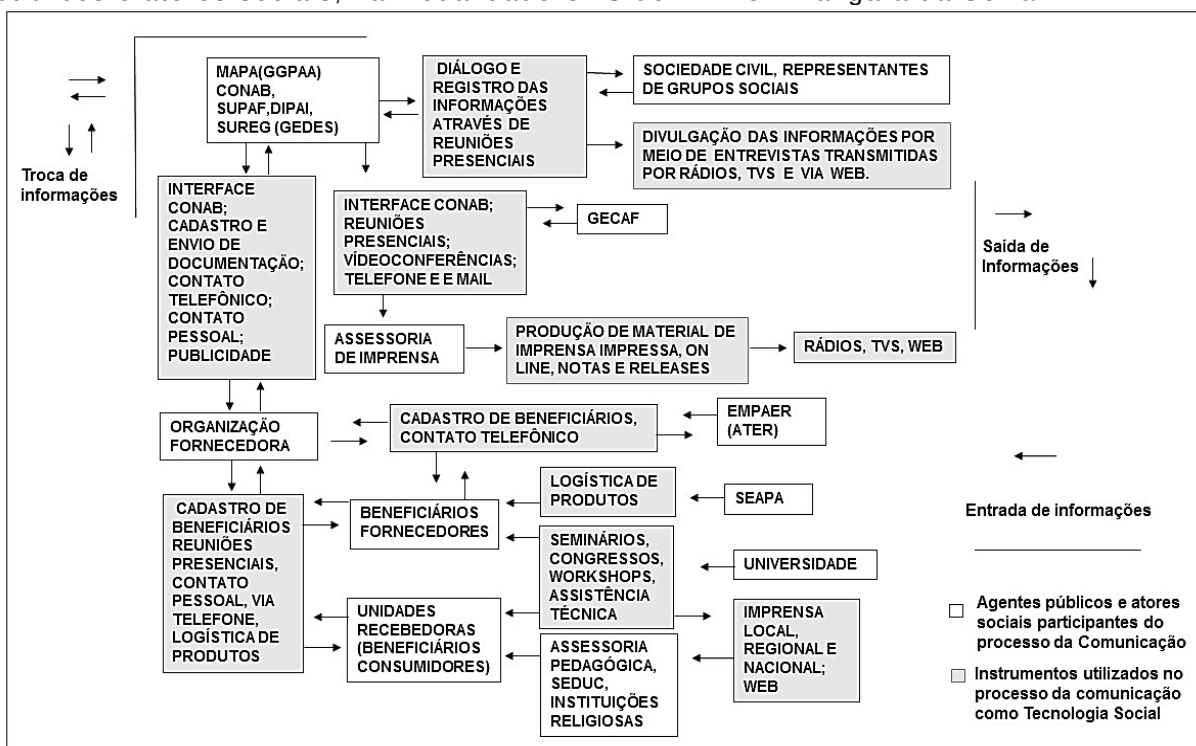
Sobre algumas dificuldades em comunicação, respondeu a GECAF e a gestão em comunicação do PAA na CONAB:

Para o operacional, também sentimos falta de fotografias nas matérias do Programa. A equipe é reduzida. Antes fazíamos um banco de dados, com fotos. Ele não existe mais. Não temos um polo de comunicação fora de Brasília. Temos um profissional de comunicação em São Paulo e outro no Paraná. Com relação ao nosso contato com as SUREGS, muitas vezes o nosso contato é desconectado devido à alta demanda de trabalho que temos. A comunicação na Conab é nova, seus processos e a primeira norma de comunicação da Conab foi criada no ano passado. Às vezes acontece de não recebermos informações sobre projetos, para eventuais matérias, quando solicitamos, por falta de interpretação sobre o que perguntamos. (Respondente C, 2016).

Com relação ao *feedback* sobre o Programa, respondeu a Assessoria de Imprensa e a GECAF, da CONAB:

Possuímos dados técnicos sobre acessos ao site da CONAB de maneira geral. Entendemos que a SUREG absorve estas informações junto às organizações fornecedoras. Em 2014 criamos o manual de fiscalização do PAA. Mas um dos problemas graves que nós percebemos com o PAA é a falta de informação que existe quando falamos dos agricultores familiares. Um exemplo eram as organizações fornecedoras que entregavam produtos com o mesmo preço, mas diferentes daqueles que estavam cadastrados nos projetos, mas não comunicavam isso à Conab. Isso correspondia a uma irregularidade no projeto. Então o fiscal ia até a unidade produtiva e perguntava ao agricultor se ele havia entregado o produto X, mas ele respondia Y. Com isso descobrimos através da fiscalização que os maiores problemas aconteciam por falta de conhecimento. Por isso, entendemos que as informações não vem de forma espontânea. De fato precisamos procurar por elas. Então conseguimos entender e resolver algumas dificuldades que existiam, com relação às organizações fornecedoras. Nós aqui não temos informações diretas sobre os projetos no interior dos estados, mas sabemos que o fiscal ligado à SUREG trata de visitar as organizações e agricultores, beneficiários fornecedores, com relação a isso. Relativo aos trabalhos que publicamos, estes possuem os telefones de contato, para que o público possa nos telefonar. (Respondente C, 2016).

Figura 2: Representação da dinâmica entre o fluxo de informações, instrumentos, agentes públicos e atores sociais, na modalidade CDS do PAA em Tangará da Serra.



Elaborada por: Autora, 2016

A Figura 2, demonstra o relacionamento das informações e instrumentos utilizados entre os agentes públicos, servidores Federais e do Estado, os quais desenvolvem e repassam as informações inerentes ao PAA. Observa-se que há uma constante troca de informações, contudo o processo se encontra bastante burocratizado, face aos trâmites administrativos da comunicação. Embora isso ocorra, observou-se que a partir de 2012, com a instituição do Comitê Consultivo, representantes da sociedade civil e de grupos sociais puderam tomar parte neste diálogo da gestão do programa com a sociedade.

Observou-se que o contato entre as organizações gestoras do PAA existe, conforme apresentado na **Figura 2**, contudo, devido ao intenso fluxo de trabalho, notou-se ausência de comunicação entre as instituições gestoras do programa. Da parte das Assessorias de comunicação notou-se ausência de contato com os beneficiários da política pública, no que diz respeito ao conhecimento e controle das informações que chegam à ponta, no caso da gestão aqui estudada, às unidades receptoras dos produtos.

Da ação da política no estado notou-se alguma desarticulação e ou desconhecimento no andamento da política no município de Tangará da Serra, no que tange ao andamento do projeto e sua gestão no município. Observou-se ainda a atuação da Universidade do Estado de Mato Grosso, por meio de pesquisas, palestras e Workshops, voltados aos beneficiários e gestores do PAA, esta no entanto com baixa participação dos beneficiários fornecedores. Foi observada ainda, frequente difusão de informações sobre o PAA no município, realizada pela imprensa local.

A pesquisa ouviu, além dos gestores administrativos da CONAB, também os responsáveis pela gestão da Política Pública PAA no município de Tangará da Serra, os quais se relacionam entre si. São eles os gestores da Secretaria de Agricultura Pecuária e Abastecimento de Tangará da Serra (SEAPA –Respondente E), da Empresa Matogrossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural S/A (EMPAER – Respondente G) e da Organização Fornecedora do PAA em Tangará da Serra, a cooperativa COOPERVIDA- Respondente F).

Quanto às informações do PAA e relacionamento entre os entes gestores no município, obteve-se as seguintes respostas:

Quadro 4: Informações sobre o PAA no município de Tangará da Serra por meio de seus gestores:

	Respondente E	Respondente F	Respondente G
Sobre a comunicação no PAA:	Eu deveria chegar até os produtores. Material didático existe e funciona; mas não há informação pela Empaer; falta assistência técnica.	No papel não existe; procuramos as informações no site do MDA; Não recebemos nenhum material impresso.	A cooperativa é quem centraliza tudo; terceirizaram o serviço para uma empresa, contatam os produtores, são sindicalizados e emitem a DAP. A comunicação institucional é falha.
Sobre o desenvolvimento do PAA até os dias de hoje:	O produtor é acomodado. Ele não participa. A cooperativa, o edital, era tudo diferente. Mas o diálogo é feito com os produtores. Avançou muito na logística.	Cresceu em termos de produtores e melhorou bastante, mas dobrou nas dificuldades. Elas existem por causa das irregularidades dos próprios projetos. Não se consegue mais trabalhar com projeto grande.	Pela ampliação de valores, vem aumentando gradativamente; a distribuição melhorou. As organizações fornecedoras recebem mais.
Sobre quais pontos do PAA precisam ser melhorados:	Escala de produção; Sazonalidade; Preços de alguns produtos; Produção de produtos que não são de Tangará.	É a questão dos preços. Antes era melhor. Hoje o tomate deveria estar 3,50 reais, mas está só 2,40.	Ampliação da verba para adquirir mais produtos; Hoje temos 750 mil, poderia ser 1 milhão, porque aí poderíamos suprir as necessidades da merenda escolar pelo PAA no município.
Sobre como é gerido o PAA por meio de sua instituição:	No início tudo era feito pela Secretaria, mas hoje somos fiscais de contrato.	É o quinto projeto. Sempre um é mais difícil que o outro. A logística é a mesma. Fazemos reuniões entre nós e os produtores, quando há necessidade. Aqui, nas agrovilas e na comunidades. Em média fazemos três reuniões por ano.	Nós participamos na divulgação das informações;
Sobre os instrumentos utilizados para divulgação das informações:	Damos entrevistas à imprensa e nos informamos pelos sites; penso que mobilização cabe à Coopervida.	Reuniões presenciais e por telefone; Rádio Pioneira; Rádio Tangará.	Recebemos informações via internet e rádio local.
Sobre algum canal de feedback das informações recebidas pelos agricultores:	Eles não tem sentimento coletivo. Conhecemos a realidade de tangará da Serra pelas visões de cooperativismo.	Os produtores vem direto aqui. Eles vem demais porque estão atrasados os pagamentos; por causa da dificuldade do sistema que foi implantado.	Os agricultores tem livre acesso à EMPAER. Neste último projeto, quando fomos à campo ouvimos eles reclamarem muito, principalmente que entregam os produtos e não recebem.
Sobre como é realizada a comunicação interna entre os gestores do PAA no município:	Cada um possui sua demanda. Funciona por meio de reuniões presenciais e por telefone. Há um calendário e tudo é amarrado. Temos também o termo de cooperação técnica.	É com a SEAPA. É feito um documento ou vamos pessoalmente. Toda semana reunimos o técnico da cooperativa, eu e a secretária para resolvermos os problemas.	Aqui conhecemos o Programa, mas não participamos do planejamento das ações. Realizamos as visitas aos agricultores que participam do PAA; fazemos o cadastro deles e damos orientações técnicas com relação à produção.
Sobre se há algum tipo de comunicação informal entre a sua gestão e outros e outros gestores do PAA, como se dá:	Nos comunicamos por e-mail e tudo é realizado através do termo de cooperação, sempre que necessário. Normalmente fazemos em torno de 4 reuniões por ano com pautas pontuais.	Hoje o contato é entre nós e a SEAPA; Por telefone nos comunicamos com a CONAB através da Marli e da Gisele, que são quem resolve as nossas dificuldades.	Temos quando acontece o projeto. Somos avisados disso. Quando vão cadastrar os agricultores, nós verificamos quem quer entrar no Programa. Muitos deles emitem a DAP conosco e vão se cadastrar na cooperativa.
Sobre a qualidade de efetividade das informações e de como elas chegam aos agricultores e	Estas informações são tabuladas. Sabemos quem são os produtores interessados. Há um histórico do PAA no município; também há reuniões pontuais com a	Quando se trata de dinheiro realizamos as reuniões e passamos as informações necessárias. Não vou dizer que é o melhor, mas é o que temos e o que funciona. Tem gente que finge que	Acho que os beneficiários não são bem informados e nem os gestores tem esta percepção.

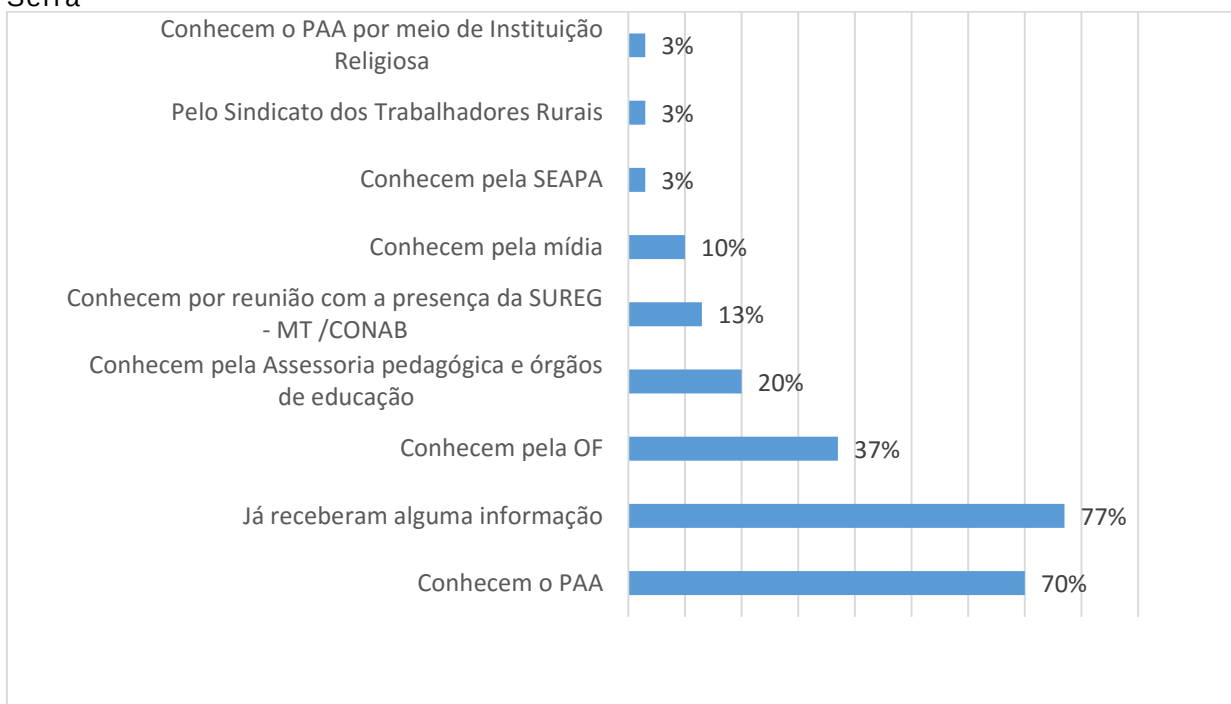
Unidades Recebedoras:	comunidade. O cooperativismo é uma necessidade na organização fornecedora, porém não é uma realidade. O individualismo impera.	entende. Aqui em Mato Grosso o cooperativismo é difícil, o que tem mais é individualismo.	
----------------------------------	---	--	--

Fonte: Dados da Pesquisa, 2016

A **tabela 2**, demonstra através das respostas de Gestão do PAA no Município desarticulação e ausência de comunicação entre os entes gestores da política no município. Constatou-se aparentemente, centralização das informações pela organização fornecedora. Embora esta seja a administradora do projeto no município, as instituições que trabalham diretamente com o agricultor familiar beneficiário da política como a EMPAER e a Secretaria Municipal de Agricultura são entidades que, conforme a legislação, se dedicam à dar suporte às Organizações Fornecedoras neste processo de desenvolvimento do PAA no município. Atualmente a SEAPA, através do Termo de Cooperação, auxilia na logística de parte dos produtos, com um caminhão que se dirige às unidades produtivas e transporta os alimentos até a Organização Fornecedor.

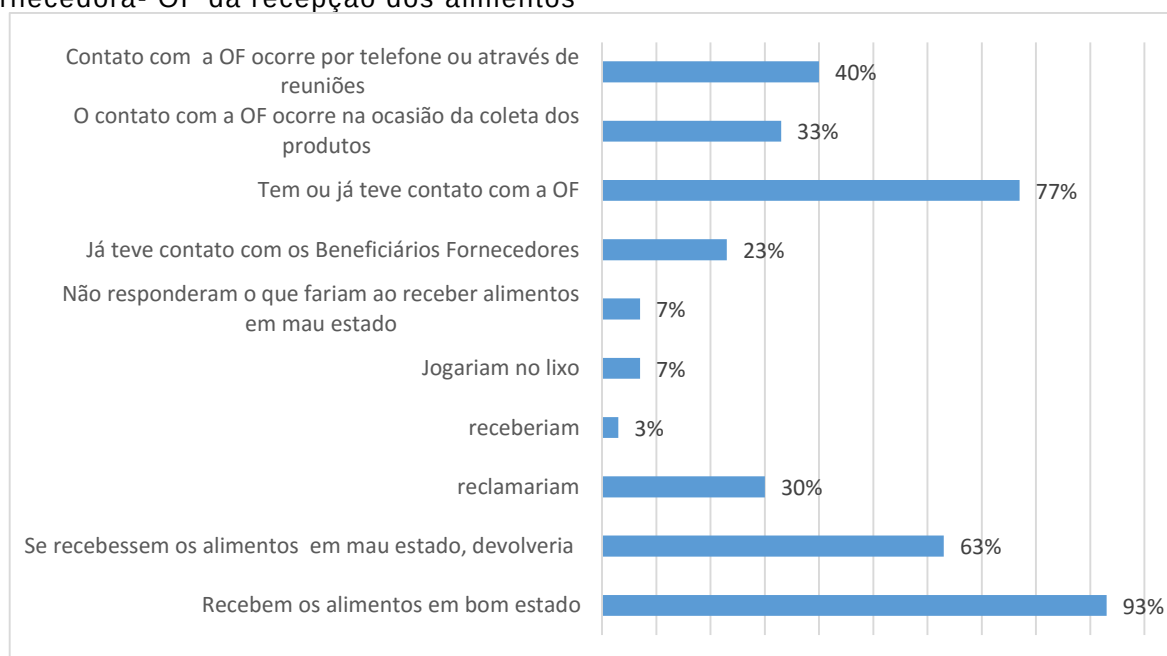
Dos resultados apresentados, notou-se ainda ausência de articulação, ou mesmo fiscalização do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural-CMDR do município. Conforme aponta Ávila (2013), o CMDR, é um dos articuladores das organizações Fornecedoras no município, ou seja, o CMDR tem voz e vez para articular e designar Associações; Cooperativas ou grupos da sociedade civil na produção de projetos viáveis ao PAA. Compreende-se assim que a não participação do CMDR junto ao PAA no município tende a dificultar o desenvolvimento da política em âmbito local. Sobre isto, observou-se ainda a necessidade de redução e ou descentralização da política no município para projetos menos custosos, pois conforme relatado pela SUREG-MT, “quanto mais unidades cooperativas e associações conhecerem a forma como o PAA trabalha, melhor pulverizadas serão as informações sobre ele. Além disso projetos menores são menos burocráticos e mais fáceis de se administrar” (Respondente D, 2016).

Figura 3: Representação do percentual de informações recebidas pelos respondentes “H”, Unidades Receptoras dos produtos oriundos do PAA pela modalidade CDS em Tangará da Serra



Fonte: Dados da Pesquisa, 2016

Figura 4: Representação das informações inerentes ao contato com a Organização Fornecedora- OF da recepção dos alimentos



Fonte: Dados da Pesquisa, 2016

As **Figuras 3 e 4** apresentam o percentual de informações recebidas pelos gestores de 30, das 60 Unidades Receptoras participantes do PAA em Tangará da Serra. Pode-se observar que a maioria das instituições declaram já ter recebido alguma informação sobre o PAA, sendo a Organização Fornecedora- OF, a maior referência de informações inerentes ao programa no município. O Gráfico 2 aponta em seu maior percentual que em geral os alimentos são recebidos em bom estado e que mais da metade dos gestores responderam que, ao receberem alimentos em mau estado, devolveriam. Nesse sentido, entende-se que de certo modo as Unidades Receptoras possuem bom conhecimento sobre as práticas referentes à recepção dos alimentos. Embora isso ocorra, compreende-se a necessidade de constante orientação, pois entende-se que 10% das Instituições ainda não conhecem a política de recepção dos alimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste contexto compreende-se que a comunicação em rede como uma Tecnologia Social, se faz fundamental em todo o processo comunicacional do PAA em Tangará da Serra, desde a Gestão, no momento da formulação da política pública até a ponta, a realização dos projetos e conexão com os beneficiários da política. A pesquisa aponta para alguns gargalos que necessitam ser observados, para que uma comunicação efetiva ocorra, tanto em âmbito da comunicação organizacional, ainda em uma visão da própria rede em si, quanto no contato com as assessorias as quais contribuem para o bom andamento da política pública.

As principais dificuldades encontradas foram ausência de comunicação entre as assessorias de comunicação; baixo contato com as Organizações Fornecedoras; pouco conhecimento das gestões federal e estadual sobre informações do desenvolvimento dos projetos em âmbito municipal; acesso à interface CONAB – PAANet complicado à Organização Fornecedora e desarticulação entre os entes gestores municipais. No entanto observou-se articulação da Comunicação Institucional, verticalizada, constante e efetiva, sobretudo com muitos profissionais das áreas de Ciências Agrárias, Ambientais e Administração.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós Graduação em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola da Universidade do Estado de Mato Grosso- UNEMAT. À CAPES, pela bolsa de mestrado concedida à autora. À Secretaria de Agricultura Pecuária e Abastecimento- SEAPA de Tangará da Serra pelo apoio logístico à pesquisa. Aos técnicos Agnaldo Soares Damacena e Neuri Senger pelas horas dedicadas de acompanhamento ao trabalho de campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ÁVILA, Mário Lúcio. CALDAS, Eduardo Lima. ÁVILA, Sílvia Regina. Coordenação e efeitos sinérgicos em Políticas Públicas no Brasil: O caso do Programa de Aquisição de Alimentos e do Programa Nacional de Alimentação Escolar. In: **PAA: 10 anos de Aquisição de Alimentos**. Brasília, DF: MDS; 2014; 280 p.
- BRASIL. Decreto nº 7.775, de 4 de Julho de 2012. Regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e dá outras providências. Das instâncias de coordenação do Programa de Aquisição de Alimentos. Do Grupo Gestor do PAA. Brasília, DF. 4 de julho de 2012; Capítulo V, seção I.
- BLUMER, Herbert. **Symbolic interactionism: Perspective and method**. Univ. of California Press, 1986.
- BUENO, Wilson da Costa. Comunicação e gestão empresarial: cenários contemporâneos. in: **Communicare**. São Paulo: Faculdade Cásper Líbero / Editora Paulus, 1º semestre de 2002.
- BORDENAVE, Juan E, Díaz. **O que é participação**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994
- CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede, vol. 1. **São Paulo: Paz e Terra**, 2003.
- CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Agricultura Familiar. O Fortalecimento da Agricultura Familiar: programa Fome Zero**. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1125>. Acesso em: 27/07/2016.
- _____. Companhia Nacional de Abastecimento. **Programa de Aquisição de Alimentos- PAA Legislação Básica**. Gráfica da Conab; Brasília; 2015; 429p.
- DAGNINO, Renato. **A Tecnologia Social e seus Desafios**. In: Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.
- DAGNINO, Renato; BRANDAO, Flávio Cruvinel; NOVAES, Henrique Tahan. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, p. 15-64, 2004.
- DUARTE, Jorge. Comunicação pública. **São Paulo: Atlas**, p. 47-58, 2007.
- HABERMAS, Jürgen. **Moral consciousness and communicative action**. MIT press, 1990.
- KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Planejamento de relações públicas na comunicação integrada**. Summus editorial, 2003.
- MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. **História das teorias da comunicação**. Edições Loyola, 2011.
- TAVARES, Maurício. **Comunicação empresarial e planos de comunicação: integrando teoria e prática**. Atlas, 2010.

TERCIOTTI, Sandra Helena. **Comunicação empresarial na prática**. 2. ed. - São Paulo: Saraiva, 2010d.- São Paulo: Atlas, 2010.

SCROFERNEKER, Cleusa M. A. Trajetórias teórico-conceituais da Comunicação Organizacional **FAMECOS**; n. 31 dez/ 2006; p 47-53; Porto Alegre.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Tradução Ana Thorell; revisão técnica Claudio Damacena. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

A COMUNICAÇÃO COMO TECNOLOGIA SOCIAL NO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS EM TANGARÁ DA SERRA-MT

THE COMMUNICATION AS A SOCIAL TECHNOLOGY IN THE FOOD ACQUISITION PROGRAM IN TANGARÁ DA SERRA- MT

RESUMO

Este artigo traz uma discussão sobre a comunicação como Tecnologia Social praticada no Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, em Tangará da Serra, estado de Mato Grosso, Brasil. O método de pesquisa realizado foi de natureza qualitativa, através de estudo de caso. Realizou-se um trabalho de campo, com caminhada, observação direta e aplicação de questionários semiestruturados com perguntas abertas e fechadas a 36 Beneficiários Fornecedores do PAA, divididos em três grupos, intitulados do Crédito Fundiário, da Reforma Agrária e Tradicionais. Foram analisadas questões sócio-culturais e de organização dos grupos, além das informações recebidas em torno do PAA. Dentre os principais resultados encontrados, observou-se desarticulação entre os grupos e a Organização Fornecedora e centralização de informações na própria Organização. Entre as necessidades urgentes, está o fomento ao cooperativismo e associativismo, descentralização das informações inerentes aos projetos realizados, participação e acompanhamento dos gestores das esferas Federal e Estadual do Programa, bem como articulação das informações através da comunicação em rede junto aos entes municipais, Empresa Matogrossense de Extensão Rural e Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural no que tange ao andamento dos projetos e principalmente à humanização e socialização das informações aos agricultores, Beneficiários Fornecedores do município, cadastrados no PAA.

Palavras-Chave: Comunicação Rural; Políticas-Públicas; Cooperativismo

ABSTRACT

This article presents a discussion about communication as Social Technology practiced in the Food Acquisition Program - PAA, in Tanagra da Serra, state of Mato Grosso, Brazil. The research method was qualitative, through a case study. A field work was carried out with walking, direct observation and application of semi-structured questionnaires with open and closed questions to 36 Beneficiaries Suppliers of the PAA, divided into three groups, entitled Land Credit, Agrarian Reform and Traditional. Socio-cultural and organizational questions of the groups were analyzed, besides the information received about the PAA. Among the main results found, there was disarticulation between the groups and the Provider Organization and centralization of information in the Organization itself. Among the urgent needs is the promotion of cooperativism and association, decentralization of the information inherent in the projects carried out, participation and follow-up of the managers of the Federal and State Spheres of the Program, as well as articulation of information through network communication with municipal entities, Company Matogrossense Rural Extension and Municipal Council of Rural Development with regard to the progress of the projects and mainly to the humanization and socialization of information to farmers, Beneficiaries Suppliers of the municipality, registered in the PAA.

Keywords: Rural Communication; Public policy; Cooperativism.

INTRODUÇÃO

Uma discussão estabelecida nos últimos tempos no campo dos estudos rurais tem sido o do conceito de Tecnologia Social. Por diferentes abordagens, têm-se entendido a mesma, a partir do prisma de que a Tecnologia, se reduz ao produto de uma técnica e não à própria técnica em si. Neste sentido, um dos conceitos de Tecnologia Social a que se refere este trabalho, significa a interação do conhecimento acadêmico e do conhecimento popular, bem como da construção de estratégias comunicativas para atender à demandas de problemas pontuais na sociedade, bem como à resolução destas.

A definição do Instituto de Tecnologia Social - ITS (2004), conforme Barbieri et al. (2008 p. 1075), aponta os elementos fundamentais para a caracterização dessa concepção. Assim, a partir de mapeamento realizado pelo ITS, as ideias sobre a tecnologia social foram agrupadas em três categorias definidas por princípios, parâmetros e implicações. Nos princípios ressalta-se a importância da aprendizagem e da participação que caminham juntos, pois o processo de transformação social implica na compreensão da realidade de maneira sistêmica e no respeito às identidades locais (ITS, 2004).

Às implicações do conceito, destacam-se os aspectos da realidade de ênfase da Tecnologia Social, e foram organizadas em três grandes eixos: o primeiro se refere à relação entre a Ciência, tecnologia e a sociedade; o segundo, à direção que se confere à produção de conhecimento, e o último, a um modo de fazer específico de intervenção sobre a realidade, que está ligado tanto aos parâmetros que caracterizam o processo de intervenção quanto aos resultados esperados (ITS, 2004).

Observa-se a necessidade do diálogo, como uma tecnologia social de ação e conexão. Tiburi (2015), propõe o diálogo como método de resistência política fundamental às ações humanas sociais e da mídia, observando fatores contraditórios ao desenvolvimento social, como políticas de apoio à disseminação do ódio, do fanatismo ideológico e atuais tendências fascistas. Segundo a autora, o diálogo nesse sentido, é metodológico e traz uma resposta ao “cotidiano autoritário brasileiro” (TIBURI, 2015).

A construção de uma sociedade marcada pelo produtivismo, pela indústria cultural (ADORNO e HORKHEIMER, 1946), pela intolerância e indiferença às minorias (LESSER, 2001; SODRÉ, 2005; YOUNG, 2006) demanda ações, não somente

constitucionais, mas atitudes construídas a partir da metodologia dialógica, a qual carrega em si a proposta do empoderamento do sujeito, enquanto comunidade (PAIVA, 2003). O cidadão, nesse contexto constitui ator principal, face às grandes complexidades modernas inseridas na convivência cotidiana, e do despejo de ideologias fundamentadas nesta cultura “comunicativa” que visa uma única via, um único modo de viver.

Na abordagem sobre o trabalho no campo, considerando o capital cultural (BOURDIEU e MICELI, 1974) e a representação social (MOSCHOVICI, 1981), as comunidades tradicionais, povos indígenas e comunidades rurais trazem em si um legado que responde à questionamentos, bem como o do desenvolvimento rural, através de seu peculiar modo de produção: a agricultura familiar. Vista como periférica e menor, a agricultura familiar no Brasil, possui papel fundamental na mesa do consumidor urbano. (HOFFMAN, 2008; GUILHOTO et. al, 2011). “A agricultura familiar é responsável por garantir boa parte da segurança alimentar do País” (IBGE, 2009, p. 20).

Ler o rural corresponde assim a analisar, em função de um determinado objetivo ou perspectiva, estes povoados, onde, de um local a outro, predominam atividades econômicas e sociais diversas, prevalecem vertentes culturais e relações sociais diferenciadas e a propriedade fundiária ocupa lugares distintos na vida social e política (BAPTISTA, 2001, p.56).

O crescimento urbano experimentado pelo Brasil, conforme Abramovay (1999), constitui a demanda ideal para a agricultura familiar, para que esta não seja vista como um trabalho humano extra, mas sim como essencial na produção de alimentos: “Quanto maior for o dinamismo e a diversificação das cidades impulsionados pela interiorização do processo de crescimento econômico, mais significativas serão também as chances para que a população rural preencha um conjunto variado de funções para a sociedade e por aí deixe de ser encarada como um “reservatório de mão-de-obra sobrando”. O desenvolvimento brasileiro, pela diversificação de seu sistema urbano, vai exigir uma nova dinâmica territorial, onde o papel das unidades familiares pode ser decisivo” (ABRAMOVAY, 1999).

É a partir desta perspectiva e contextos que o diálogo, bem como a própria comunicação no campo se faz presente como uma tecnologia social que se encontra direcionada à solução dos problemas enfrentados pelas diferentes ruralidades, para o fortalecimento da Agricultura Familiar.

A Comunicação Rural, conforme Friedrich (1988), possui um objetivo em si. Ela incrementa os conhecimentos técnicos científicos, econômicos e sócio-culturais dos agricultores familiares e produtores rurais, no sentido de promover o desenvolvimento rural, a partir da redistribuição de renda e participação política e social, conforme sugerido pela FAO e pela ONU, através de modificações na estrutura e no comportamento do trabalhador do campo.

Assim, diferente da Comunicação de Massa, a qual constitui grande volume de informações disseminado a diversos grupos sociais ao mesmo tempo, a Comunicação Rural se presta a valorizar e compreender o trabalho no campo, dentro das perspectivas da humanização do agricultor. Aponta Friedrich(1988), que os extensionistas e comunicadores deverão analisar, com espírito crítico, e fazer um exame de consciência para entender se a sua comunicação não tem pecado pelo autoritarismo e pelo paternalismo, muito exercidos por profissionais, no trabalho em campo, inferiorizando o agricultor e sua cultura de sobrevivência:

Os produtores devem conhecer as interações que se ocultam atrás dos problemas cotidianos que observam, como condição para poderem visualizar e encontrar a solução ou um conjunto de soluções e ações práticas e concretas. Caso contrário, a comunicação rural também se situará inevitavelmente, na periferia dos problemas e proporá alternativas artificiais e até mesmo falsas. Pode, até mesmo, transformar-se em dominação ou invasão cultural dos técnicos e das instituições sobre o meio rural (FRIEDRICH,1988. p. 43).

A construção de políticas públicas no campo configuraram um marco para a agricultura familiar no Brasil, no que diz respeito à inclusão social de diversos grupos esquecidos pelo estado, tais como as mulheres do campo (MDA, 2013). Iniciativas como o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar- PRONAF, abriu possibilidades de cultivo para além da sobrevivência, para cidadãos camponeses, homens e mulheres, e também famílias inteiras consideradas em estado de insegurança alimentar (MATTEI, 2005; CUSTÓDIO,2011). De acordo com Sauer (2008), na agricultura familiar, o debate em torno das políticas públicas tem se firmado por meio de constantes lutas dos trabalhadores rurais os quais buscam no e do Estado apoio por meio da pressão dos movimentos sociais para a obtenção de recursos financeiros que subsidiem seu trabalho no campo.

Os movimentos populares rurais, ao constituir os trabalhadores rurais em reais sujeitos políticos coletivos, com poder de contestação do poder e domínio exercido pelas velhas forças agrárias, minam por dentro um dos pilares do autoritarismo no Brasil (GRZYBOWSKI, 1994. p 293).

Esta mudança de rumo no enfoque das políticas públicas para o rural conforme afirma Muller(2007), inicia-se com as ações de intervenção da estrutura fundiária e reassentamento de agricultores, até a extensão dos direitos previdenciários (aposentadorias rurais) e à agricultura familiar, através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar- PRONAF, em 1996. Após este, outros programas foram desenvolvidos, no bojo das políticas públicas para o rural, entre eles, está o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA.

No contexto do Programa de Aquisição de Alimentos, a Comunicação constitui uma Tecnologia Social, utilizada como ferramenta para entendimento da Política Pública e sua execução, no que diz respeito ao seu alcance no âmbito do cidadão camponês.

O Programa de Aquisição de Alimentos em Tangará da Serra

O Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, constitui um instrumento de política pública criado a partir do Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, no âmbito do Programa Fome Zero (Macro Programa desenvolvido no âmbito dos governos do Presidente Luís Inácio Lula da Silva). Esta Lei foi alterada pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011 e regulamentada por diversos decretos, estando em vigência atualmente o Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012. O papel estratégico do programa é no combate à pobreza, e o PAA constitui uma das ações que compõem o Plano Brasil Sem Miséria (BSM), no eixo Inclusão Produtiva Rural. Possui as finalidades de promover acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. É destinado à pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional devido a terem sofrido alguma catástrofe coletiva e àquelas atendidas pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino (BRASIL, 2015).

Os alimentos produzidos a partir da Agricultura familiar são comercializados pelo Programa, sem a necessidade de licitação. O PAA, por sua vez contribui também para que haja um estoque público de alimentos, tanto dos agricultores, quanto das

organizações que participam da política pública. Conforme o Ministério do desenvolvimento Agrário (MDA), o programa PAA constitui uma política que promove o abastecimento alimentar, a partir de compras governamentais de alimentos, e isso implica em circuitos locais e regionais de comércio, através das redes associadas, que são as cooperativas e associações intermediárias do processo.

O PAA, traz em seu conteúdo, a valorização da biodiversidade e Agroecologia, incentivando a produção de orgânicos e estimulando uma alimentação saudável. Os recursos destinados ao PAA, são provenientes do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e contempla as modalidades de Compra com Doação Simultânea; Compra Direta; apoio à Formação de Estoques; incentivo à Produção de Leite; Compra Institucional e Aquisição de Sementes. A execução das atividades compete aos Estados e Municípios que, através de parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e pela Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, são o contato entre as instituições filantrópicas e Educacionais e as associações e cooperativas que atendem aos agricultores familiares, os quais são beneficiados pelo Programa.

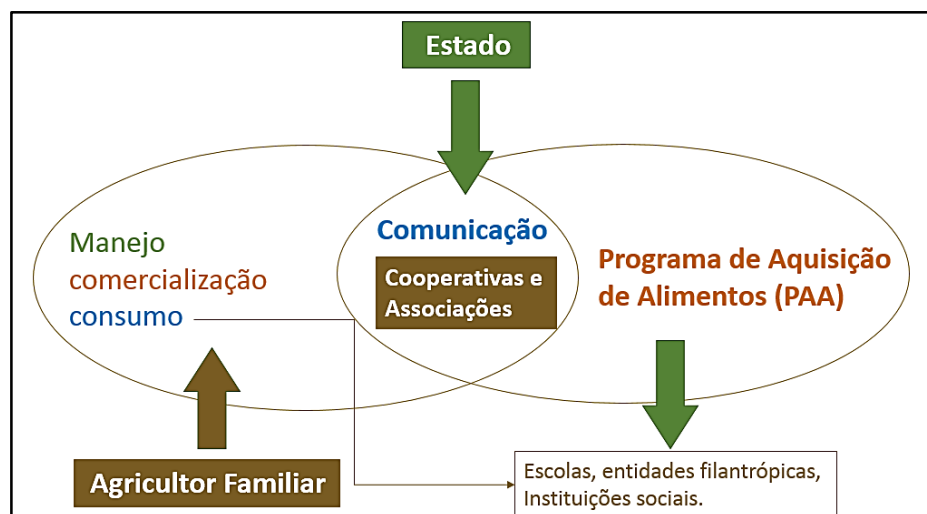
Os participantes do PAA podem ser agricultores familiares, silvicultores, agricultores familiares extrativistas, pescadores artesanais, indígenas, agricultores assentados e membros de comunidades remanescentes de quilombos. Para participar do programa é necessário que o agricultor familiar se enquadre nos critérios do Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar (PRONAF), a partir da apresentação da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP). Esta foi criada também em 2003, pelo MDA, para identificar os agricultores que teriam acesso aos créditos de investimento e custeio no âmbito do PRONAF. A DAP é fornecida à família agricultora. Assim, o PAA paga pelos produtos fornecidos, preços de referência, estabelecidos regionalmente, até um limite que é determinado e entregue a cada “unidade produtiva familiar”.

O município de Tangará da Serra participa do Programa de Aquisição de Alimentos- PAA, na modalidade Compra com Doação Simultânea- CDS. São 123 agricultores familiares participantes do Projeto realizado no ano de 2014 pela Cooperativa dos Produtores da Agricultura Familiar de Tangará da Serra e Região – COOPERVIDA.

O projeto vigente foi concedido em 2014 à Cooperativa por meio de chamada pública, com o valor aproximado de 756 mil reais, provenientes do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome- MDS e repassados pela operadora Companhia Nacional de Abastecimento-CONAB. (CONAB, 2016). Os produtos são entregues em 60 instituições, que variam entre escolas municipais, estaduais, hospital, asilo e entidades filantrópicas de apoio a dependentes químicos, crianças e adolescentes em situação de insegurança alimentar e nutricional (VALENTE, 2002).

Nessa perspectiva, a política pública oferece uma conexão, conforme demonstra a **Figura 1**, entre os agricultores, associações, instituições participantes, cooperativas e o próprio Estado, que vão se relacionar, trocando informações, na busca de realizar um processo cíclico que envolve a comunicação e seus instrumentos, sendo os tais devidamente utilizados, para que haja eficiência em todo o processo. Assim, a comunicação constitui tecnologia social preponderante no que diz respeito aos aspectos culturais, éticos e de gestão da própria política pública PAA.

Figura 1: Esquema da comunicação como uma tecnologia social de conexão e relacionamento entre o poder público e o agricultor familiar no PAA.



Fonte: Autora, 2016

Chama-se a atenção para os moldes em que a comunicação é idealizada e difundida, no intuito de gerir pessoas e obter resultados que vão ao encontro de suas demandas. Entre outros, é neste sentido que a comunicação se torna imprescindível para uma organização social (KUNSCH, 2003, p. 330). Reconhece-se que a base do

Programa PAA, é constituída pela legislação, através da resolução nº 49, de 25 de Setembro de 2012, a partir de diálogos e reuniões entre seu Grupo Gestor, constituído pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Ministério Coordenador do Programa), e sua articulação com os Ministérios do Desenvolvimento Agrário, da Agricultura Pecuária e Abastecimento, do Planejamento Orçamento e Gestão, da Fazenda e da Educação, junto às lideranças de grupos de trabalhadores do campo, movimentos sociais, cooperativas e associações, público alvo da política pública PAA. Este é o ponto inicial. O ponto final será o fortalecimento deste laço no próprio meio rural, uma responsabilidade social do cidadão do campo, mas também, papel fundamental de controle da própria gestão da política pública.

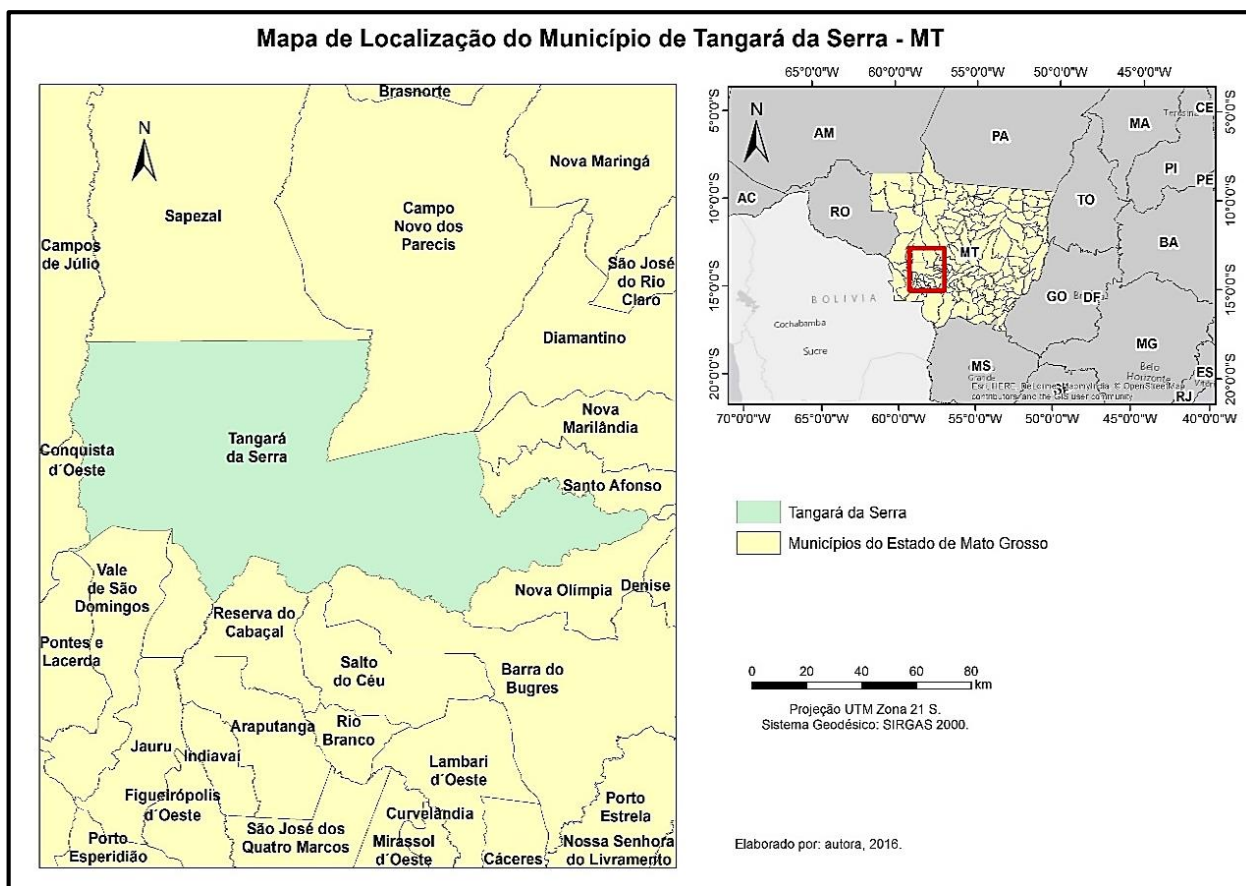
Com um trabalho de apoio ao PAA, junto aos Agricultores, extensionistas rurais e grupos de apoio ao Programa, tais como Associações Comunitárias, Prefeitura Municipal (Secretaria de Agricultura), Conselhos Municipais e Instituições participantes do PAA, poder-se-ia disseminar informações inerentes às demandas e desenvolvimento da Política no município, no sentido de se descentralizar poderes afim de se desenvolver com eficiência o trabalho gestor.

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho constitui a análise da comunicação quanto à recepção das informações, como uma tecnologia social junto ao Programa de Aquisição de Alimentos, pelos seus beneficiários fornecedores.

Área de Estudo:

A Área de estudo compreende o município de Tangará da Serra, estado de Mato Grosso, Brasil.

Figura 2: Mapa de Localização do Município de Tangará da Serra- MT.



Observa-se que o município matogrossense de Tangará da Serra, até 2015, tem crescido exponencialmente em termos populacionais, em comparação aos municípios vizinhos colonizados praticamente no mesmo período (TANGARÁ DA SERRA, 2016). Conforme França e Batista (2015), no município, encontra-se em evidência pelo poder econômico, tanto na zona rural, quanto na cidade, a população que migrou da região Sul do Brasil. A economia da população local, encontra-se pautada no setor de serviços, derivada da agricultura e também, na pecuária. Com cerca de 94 mil habitantes, Tangará da Serra em sua maior parte da população jovens entre 20 e 24 anos (IBGE CIDADES, 2016) e possui no campo inúmeras famílias que sobrevivem da agricultura familiar e que, em geral, residem em suas pequenas unidades produtivas.

METODOLOGIA

A natureza desta pesquisa é qualitativa (SEVERINO, 2000; MINAYO, 2014) baseada em um estudo de caso, que é um método de pesquisa utilizado nas mais diversas situações e que contribui com fenômenos individuais, em grupo, organizacionais, sociais e relacionados a estes; o qual permite que os investigadores compreendam características holísticas e significativas da vida real (YIN, 2010). Os sujeitos da pesquisa constituem 36, dos 123 agricultores familiares participantes do Programa de Aquisição de Alimentos no município de Tangará da Serra. Dos quais foram entrevistados os agricultores conforme a posse das suas terras, sendo eles pertencentes aos grupos intitulados da Reforma Agrária (20 agricultores), do Crédito Fundiário (6 agricultores) e Agricultores tradicionais (10 agricultores).

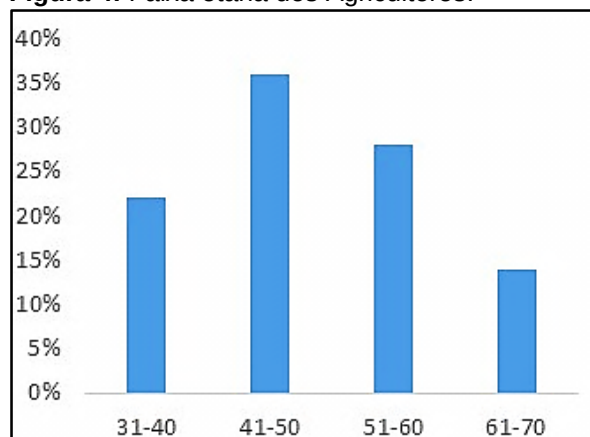
A seleção dos entrevistados se deu por meio de sorteio pelo programa *BioStat LE*, *AnalistySoft Inc*(2016) o qual pode ser obtido através de *download* gratuito na internet. Após ampla pesquisa documental em sítios eletrônicos, artigos e livros, bem como em órgãos públicos, tais quais o IBGE, CONAB, SEPLAN e SEAPA – Tangará da Serra, realizou-se o método da pesquisa qualitativa, a partir de um trabalho de campo, com caminhada e observação direta, além da aplicação de questionários semiestruturados aos agricultores familiares com perguntas abertas e fechadas. Após análise e aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa- CEP da Universidade do Estado de Mato Grosso, a pesquisa foi considerada aprovada pelo CEP/CONEP, que gerou o número 54 943816.3.0000.5166.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dos resultados da pesquisa, conforme apresenta a Figura 03, observou-se que 47% dos entrevistados são migrantes que vieram do estado do Paraná, o que representa a maioria, com relação aos outros estados, e o que pôde-se notar também pelos traços culturais, produtivos, modelos das construções e organização dos quintais.

Figura 3: Origem dos Agricultores.

Fonte: Autora, 2016.

Figura 4: Faixa etária dos Agricultores.

Dos agricultores entrevistados, 36% correspondem a adultos entre 41 e 50 anos de idade (Figura 04), também maioria entre os trabalhadores no campo do universo da pesquisa. Observou-se neste sentido que a força de trabalho no campo em função da idade dos agricultores ativos, tem sido diminuída. Tendo em vista não ter sido encontrado nesta pesquisa nenhum agricultor participante do Programa de Aquisição de Alimentos, que tenha idade inferior a 30 anos. Baixo ou nenhum índice de beneficiários Fornecedores com idades de 20 a 30 anos, coincide com trabalho realizado também em Tangará da Serra, anteriormente, em que Rambo (2016), encontrou em seu universo de pesquisa a maioria dos entrevistados entre 50 e 59 anos de idade, e também com beneficiários Fornecedores, já com idade avançada, sendo 24% dos pesquisados com mais de 60 anos.

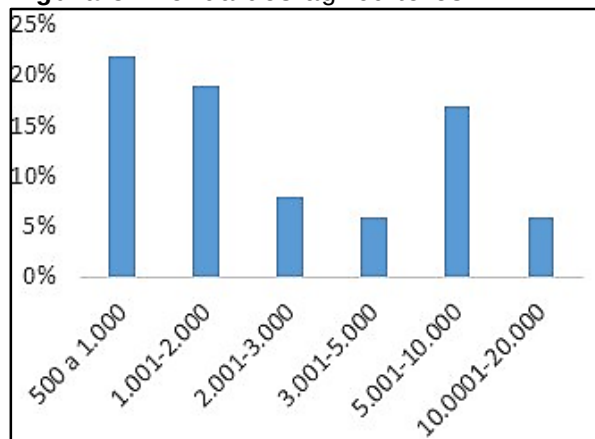
Outros levantamentos realizados em torno das políticas públicas, em função do agricultor familiar, sobre características socio-econômicas, relataram escassez de mão de obra no campo, como foi o caso de (SIMONATO et. al., 2014; MORAES e SANT'ANA, 2015). Tais dados apontam para a necessidade de ampliação da já existente discussão em torno da sucessão familiar no campo, e do diálogo como tecnologia social; principalmente, porque, nos anos atuais, muito tem-se discutido sobre o aumento generalizado da população de idosos no país, a partir dos dados do IBGE.

Assim, a população de idosos constitui próximo a 15 milhões de pessoas com 60 anos ou mais de idade, o que representa 8,6% da população brasileira. As mulheres

constituem maioria. Tais dados se relacionam com 6% dos beneficiários fornecedores da presente pesquisa que apontou para as mulheres assumindo o papel de chefes de família, mesmo com a presença do esposo no lar. 3% delas relataram tal participação como uma necessidade devido à idade avançada do esposo e outros 3% relataram que se posicionaram como chefe do lar por causa da escolaridade ser superior à do cônjuge.

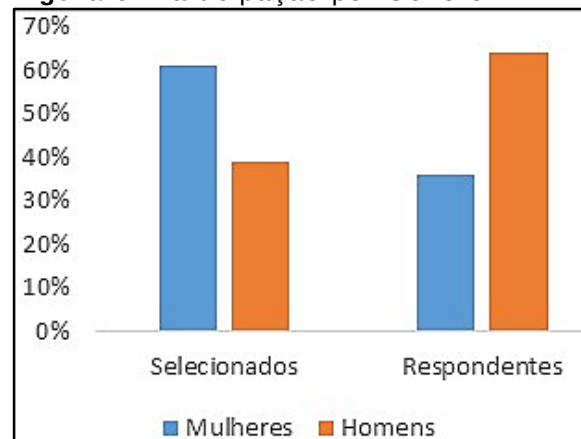
Ainda, segundo o IBGE(2016), 8,9 milhões, ou seja 62,4% dos idosos são responsáveis pelos domicílios tendo, em média, 69 anos de idade, 3,4 anos de estudo e renda média de R\$ 657,00. Nesse sentido as pesquisas relatam que o idoso ocupa, cada vez mais, um papel de destaque na sociedade brasileira (IBGE, 2016). Os dados do IBGE para renda dos idosos, de maneira geral, também coincidem com a maior média apresentada na presente pesquisa, em que dos três maiores índices de renda registrados, 22% possuem renda mensal entre 500 e mil reais; considerando-se a produção como fonte alimentícia, e 19% possuem renda entre 1.000 e 2.000 reais, sendo 17% com renda maior que 5.000 até 10.000 reais (Figura 05).

Figura 5: Renda dos agricultores.



Fonte: Autora, 2016.

Figura 6: Participação por Gênero.



Sobre o gênero dos entrevistados, a Figura 06 aponta que 61% dos selecionados para entrevista, eram mulheres. Destas, 36% responderam ao questionário.

Nesse sentido, 39% dos selecionados eram homens, mas este percentual subiu para 64%, que responderam ao questionário. Isto ocorreu pelo fato de os selecionados e entrevistados serem da mesma família, e, em alguns casos o chefe de família, homem, optou por responder as perguntas, em lugar das senhoras cadastradas no Programa.

Da profissão dos agricultores, conforme a tabela 1, entre os maiores percentuais, 19% são feirantes e 11% microempresários, o que garante uma renda extra aos agricultores além do PAA. Observa-se neste sentido, relacionando-se aos dados da Figura 05 que o trabalho extra constitui-se fundamental para os Beneficiários Fornecedores do PAA, outrora, a renda adquirida através desta política em muito colabora para a manutenção do trabalhador no campo.

De acordo com a legislação do Programa, é pertinente afirmar que o PAA foi criado para atender a pessoas em situação de insegurança alimentar e que, para a melhoria da atuação do Programa no município acredita-se que, uma análise do perfil dos Agricultores mais detalhada se faz necessária, para que o programa seja ainda mais pulverizado entre os Beneficiários Fornecedores.

Analisando por este prisma, dois pontos se fazem fundamentais para se contribuir na melhoria da execução do PAA no município. Um deles é a capacidade de orientação à Organização Fornecedora no sentido do diálogo quanto às questões sociais dos Agricultores, considerando a DAP. O outro é a fiscalização do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural- CMDR e demais Gestores que assistem ao desenvolvimento do Programa no Município. Fiscalizar, no sentido de dialogar com as famílias necessitadas o produzir banco de dados com as necessidades dos agricultores, a partir do levantamento da renda, por exemplo. A **tabela 1** chama a atenção para as profissões exercidas pelos agricultores familiares entrevistados, e sua expressiva relevância como complemento da renda mensal.

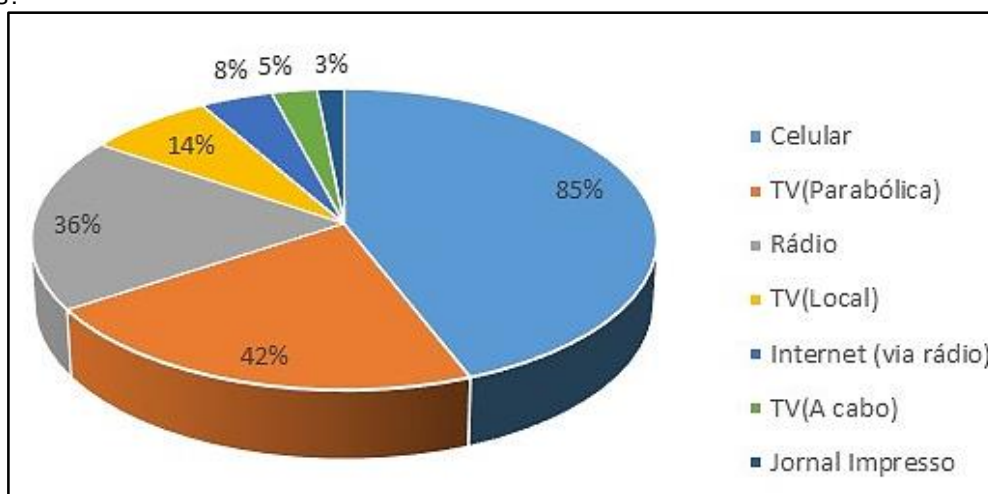
Tabela 1: Profissão dos agricultores, além da Agricultura Familiar

Profissão	Percentual da Pesquisa
Agricultor Familiar	9%
Aposentado /Seguro Doença- INSS/ Aposentado por Invalidez	8%
Construtor	11%
Comerciante	3%
Dona de Casa	19%
Feirante	19%
Médio Empresário	3%
Microempresário	11%
Operador de Máquinas	3%
Pecuarista	8%
Professor	3%
Tecnólogo em mecânica agrícola	3%

Fonte: Dados da Pesquisa de campo, 2016

O **Figura 7** corresponde à recepção de informações provenientes das mídias nacional e local acessadas pelos agricultores familiares, bem como dos instrumentos utilizados no cotidiano de trabalho no campo.

Figura 7: Representação do acesso à comunicação e conteúdo midiático pelos agricultores familiares:



Fonte: Autora, 2016

Dos instrumentos utilizados para acesso à informação descrito no **Figura 7**, de modo geral, constatou-se o telefone celular como principal instrumento de comunicação e acesso à informações referentes ao trabalho no campo. O acesso às tecnologias convencionais se destaca neste sentido, pois na atualidade, observa-se a inserção do telefone celular e da internet e sua relevância no meio rural. Conforme os respondentes, locais onde o acesso era precário ou inexistente ao uso das operadoras de telefones celulares, utilizou-se o acesso à internet móvel, através do aplicativo *Whatssap*, para o contato e comunicação privativa e também para comercialização da produção. Neste sentido, observou-se nesta pesquisa que parte dos 8% dos usuários de internet no campo, não só a utilizam para lazer, mas também para sua comunicação e trabalho.

Observou-se a televisão como segundo principal veículo de acesso às informações cotidianas. Mesmo que este percentual seja mais elevado, constatou-se no entanto que os telespectadores utilizam a antena parabólica, para uma melhor qualidade de imagem e variedade de canais, em detrimento da antena de TV local. Embora isto ocorra, 14% das residências utilizam e acompanham as notícias da TV local da região.

A pesquisa observou ainda que o rádio, mesmo não sendo atualmente o principal instrumento de comunicação utilizado por este grupo, ainda possui fundamental importância ao trabalhador no campo, pois, devida à sua mobilidade, pode ser transportado para próximo da lavoura ou área de produção e assim os agricultores tem acesso ao volume de informações produzidas por este veículo, por mais tempo. Desta forma o relataram os 36% dos respondentes que utilizam tal meio de comunicação. Constatou-se ainda que as mídias radiofônicas mais acessadas por estes trabalhadores do campo, são as locais, as quais produzem as notícias inerentes a fatos ocorridos na região de Tangará da Serra.

A **Tabela 2** compreende os percentuais obtidos das respostas dos agricultores familiares com relação à participação ao Programa de Aquisição de Alimentos no município de Tangará da Serra e das informações recebidas pelos agricultores, as quais se referem ao seu contato, opiniões e relacionamento com a Organização Fornecedora, com outros agricultores ou organizações gestoras do Programa.

Tabela 2: Participação e Recepção de informações dos agricultores familiares sobre o PAA.

Participação e recepção de informações dos Beneficiários Fornecedores sobre o PAA	Percentual da Pesquisa
Participa da Organização Fornecedora como cooperado	50%
Possuem algum cargo na Organização Fornecedora	11%
Participam das reuniões da Organização Fornecedora	22%
Inscritos no PAA, mas deixaram de entregar os produtos	86%
Estão cadastrados no PAA desde o Primeiro projeto até 2010	47%
Estão cadastrados no PAA desde 2010 até o último projeto	53%
Encontraram dificuldades para participar do PAA	14%
Satisfeitos com o PAA em Tangará da Serra desde o início do Programa no Município	14%
Satisfeitos com o trabalho da Coopervida como Organização Fornecedora	3%
Recebem informações periódicas sobre o PAA	80%
Tem contato com os coordenadores locais do Programa	64%
Conhecem outros Agricultores que participam do PAA	97%
Já tiveram contato com os beneficiários consumidores do Programa	14%
Já receberam informes (folders, cartilhas) sobre o PAA	3%
Já receberam informações sobre os números do projeto atual	8%
Já informaram alguém sobre o PAA em Tangará da Serra	50%
Recomendaria o PAA a algum Agricultor Familiar	41%
Já tiveram algum contato com a gestão estadual do PAA	33%
Conhecem o PAA como uma Política Pública do Governo Federal	11%

Fonte: Dados da Pesquisa de Campo, 2016.

De acordo com a representação e participação dos agricultores familiares ao Programa de Aquisição de Alimentos em Tangará da Serra, conforme apresentado na

Tabela 2, constatou-se, entre os maiores índices, àqueles agricultores que, conhecem e se relacionam com outros agricultores que participam do programa. Com isso, pôde-se observar que, de todos os entrevistados participantes da política, 97% conhecem algum agricultor que participa do programa, e se relaciona com ele, e que, 80% dos agricultores recebem informações periódicas sobre o PAA. Todavia, de todos os agricultores inscritos, 86% optaram por interromper as entregas de sua produção à Organização Fornecedora, porque alegaram principalmente atrasos nos pagamentos da produção, ou que já tinham valores à receber e que ainda não haviam recebido, ou ainda que os preços dos produtos estavam defasados e inferiores aos do mercado local. Neste sentido, apenas 3% dos agricultores se manifestaram satisfeitos com o trabalho da Organização Fornecedora em Tangará da Serra.

Nas entrevistas dos agricultores cadastrados antes do ano de 2010, notou-se uma saudosa recordação do período em que as associações locais eram ativas no Programa, e que, com a total assessoria da Secretaria Municipal de Agricultura, que organizava os grupos participantes do PAA, os agricultores presidentes das associações tratavam de efetuar os pagamentos em dia, o que para eles inspirava mais autonomia e também mobilidade entre si, no que diz respeito à logística dos alimentos.

Embora a SEAPA ainda possua um Contrato de Cooperação, e colete os alimentos em alguns pontos do município, como na entrada do Assentamento Antônio Conselheiro, acesso mais distante da Organização Fornecedora; agricultores alegaram ser o transporte dos alimentos um dos maiores entraves para sua participação no programa, pois, sem terem qualquer veículo de mobilidade optaram por interromper suas entregas. Foi relatado ainda, expressivas reclamações sobre um veículo que teria sido comprado pela cooperativa, através de rateio com os participantes do PAA, para transporte dos alimentos mas que, este não estaria servindo aos agricultores mais necessitados.

Apesar das dificuldades expostas, 50% dos agricultores alegaram participarem da Organização Fornecedora, como cooperados, destes, 22% são participantes ativos nas reuniões e 11% possuem algum cargo na cooperativa. Sobre sua baixa participação nas reuniões, os agricultores alegaram a pouca realização das mesmas e a não informação sobre as datas das reuniões, serem fatores que dificultavam a sua

participação. Observou-se na pesquisa que os agricultores consideram a cooperativa, Organização Fornecedora, como fonte de informações ao PAA, mas que no entanto, se encontram desestimulados com o trabalho de divulgação das informações da mesma sobre o programa.

Sobre a recepção das informações institucionais dos projetos do PAA em nível Nacional e Local, como folders e cartilhas, a grande maioria dos agricultores (tabela 2), informou não possuir acesso a estes materiais e não ter o conhecimento dos números do Programa. Analisa-se por este prisma que a falta de informação neste caso também desestimula o agricultor à participação ao Programa, pois a informação institucional, constitui ferramenta de apoio à cobrança de melhoria na organização das ações.

Necessária se faz a reflexão sobre temas, como o de comunidade os quais podem elucidar sobre a compreensão dos desentendimentos que podem ocorrer em determinados grupos. Tal temática, abordada por Bauman(2003), demonstra que, mesmo que haja o reconhecimento de uma sensação positiva e de pertencimento, do indivíduo a um determinado grupo deve-se entender que qualquer que seja a comunidade que imaginamos, ela não está ao nosso alcance. Para Bauman, viver em comunidade configura um privilégio que tem um preço ambivalente:

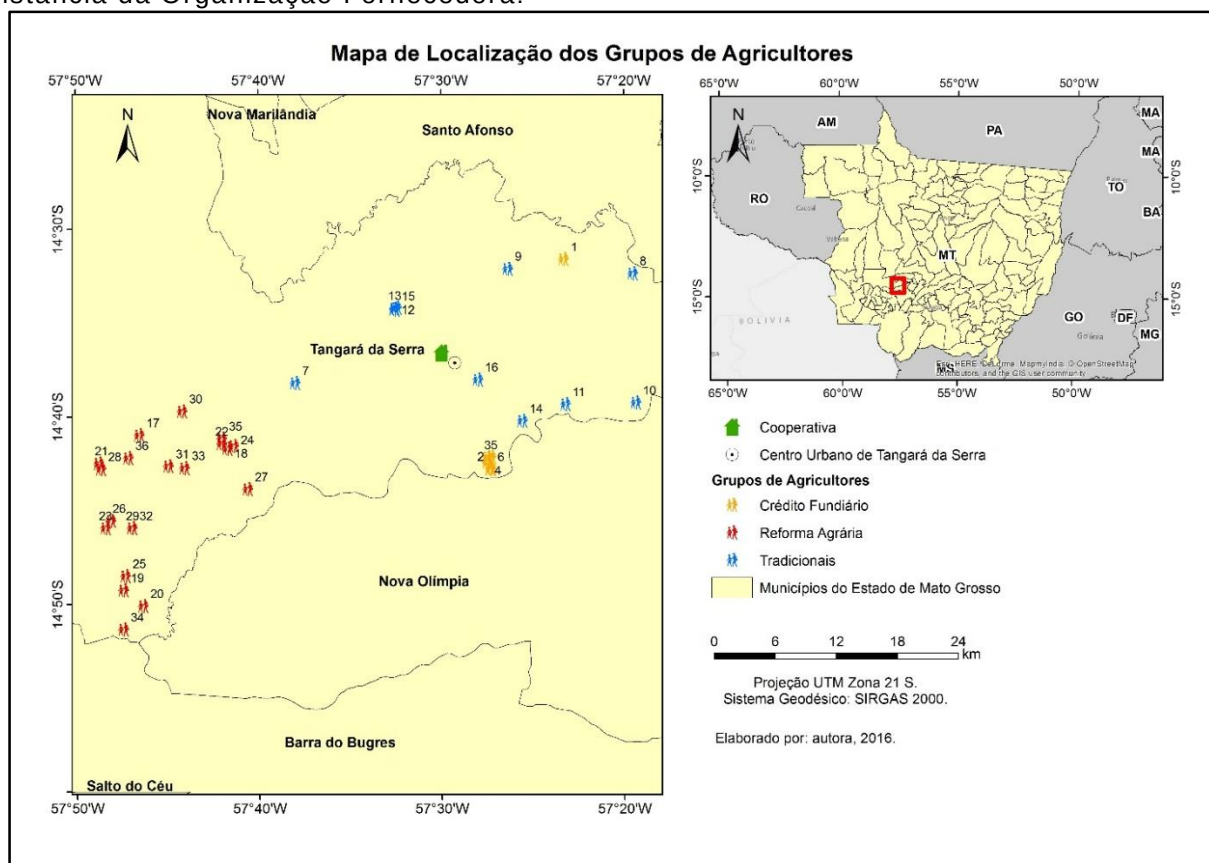
Não ter comunidade significa não ter proteção; alcançar a comunidade, se isso ocorrer, poderá em breve significar perder a liberdade. A segurança e a liberdade são dois valores igualmente preciosos e desejados que possa ser bem ou mal equilibrados, mas nunca inteiramente ajustados e sem atrito (BAUMAN, 2003, p.10).

Assim os atritos, quaisquer que sejam, poderão aparecer, pois configuram prática comum do meio comunitário e ocorrem a partir das relações do grupo. O autor afirma ainda que os movimentos pelo direito à diferença, possuem fundamental importância: “a luta pelos direitos individuais e sua alocação resulta numa intensa construção comunitária” (BAUMAN, 2003, p. 71).

É neste sentido que quando debates são formados, e tais relações proporcionam o crescimento e o amadurecimento do grupo social configurando relações necessárias para o desenvolvimento de grupos sociais como os estabelecidos no campo da Agricultura Familiar.

A **Figura 08** apresenta os agricultores familiares, organizados em grupos, conforme a posse de suas terras. Destes grupos, observou-se alguns fatores ligados à cultura, como por exemplo, a forma com que se organizam cooperativamente, também relacionados à sua produção e participação no PAA e à logística dos alimentos, considerada fator de relevância entre os Beneficiários Fornecedores. O grupo de origem no projeto de Crédito Fundiário, demonstrou maior unidade, no relacionamento entre si. Observou-se entre este grupo, que o mesmo possui uma pessoa de referência para a resolução dos problemas cotidianos na lavoura e na Associação de moradores Vale do Sol I, de onde a maioria dos agricultores deste grupo fazem parte.

Figura 8: Localização dos agricultores familiares de acordo com a posse de suas terras e distância da Organização Fornecedora:



Da história do grupo observou-se que o projeto do Crédito Fundiário só foi possível acontecer a partir de mobilização através de reuniões realizadas entre os agricultores no Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município, junto ao MDA. A maior parte do grupo, construtores, migrantes do estado do Paraná, tiveram na infância contato

com a agricultura, mas não haviam tido oportunidades de obterem terras para cultivo após sua chegada a Tangará da Serra. Os agricultores ali assentados cultivam em lotes de, aproximadamente 5 ha (hectares). A principal dificuldade encontrada pelo grupo ao participar do PAA foi descrita como o traslado dos alimentos até a cooperativa. As distâncias dos lotes até a Organização Fornecedora estão entre 11 e 15 Km(Quilômetros).

Os agricultores do grupo da Reforma Agrária, são de origem diversificada, dos estados de Alagoas, Ceará, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul. Notou-se através de observação direta e caminhada realizada no Assentamento Antônio Conselheiro, que o grupo se encontra desarticulado. O Assentamento, possui em torno de 36.0000 Ha (Hectares), divididos em 36 Agrovilas, com lotes de aproximadamente 30 Ha (hectares). Cada conjunto de Agrovilas é representado por uma Associação ou Cooperativa. Alguns agricultores relataram serem membros de Associações próximas às agrovilas em que vivem, mas outros demonstraram desinteresse em participar de qualquer associação ou cooperativa. Mesmo assim, algumas das associações, e atividades sociais foram constantemente citadas como referência no apoio ao trabalhador deste grupo, como a Associação Vale do Tarumã, Associte, Comprosc, Igreja Católica e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra- MST.

Com baixa participação dos agricultores do assentamento, o MST, após 20 anos de ocupação do local, teve seu contingente participativo enfraquecido ao longo dos anos, neste que configura o maior Assentamento de Reforma Agrária do Brasil. O ponto de encontro mais comum entre os Agricultores Familiares de todos os grupos constituem as Feiras dos Produtores, realizadas às quartas-feiras, aos sábados e aos domingos, localizadas na cidade de Tangará da Serra. Similarmente ao grupo do Crédito Fundiário, expressiva maioria dos agricultores do grupo da Reforma Agrária relataram não terem condições de trasladarem os alimentos até a Cooperativa, mas que a presença do veículo subsidiado pela prefeitura municipal atendia a esta necessidade na coleta dos produtos em alguns pontos do Assentamento. Dos principais problemas enfrentados por este grupo estava o atraso nos pagamentos dos produtos entregues e a falta de cooperativismo e participação (**Tabela 3**). A distância das unidades produtivas do

Assentamento Antônio Conselheiro até a Organização Fornecedora está entre 16 e 42 Km(Quilômetros).

A pesquisa obteve ainda reclamações advindas de 10% dos agricultores que foram cadastrados em projetos do PAA do grupo da Reforma Agrária, mas nunca entregaram seus produtos. Os agricultores alegaram que a quantidade de produção solicitada era inferior à terça parte da cota que um agricultor pode oferecer ao PAA e que, em expressivos casos eram solicitadas assinaturas para a entrega de diversos produtos não cultivados por eles.

Neste sentido, a pesquisa demonstrou desarticulação do grupo quanto à dificuldades com logística, relacionamento com a Organização Fornecedora pelo projeto no município, e em alguns casos, não adaptação à entrega dos produtos. No entanto, este grupo constitui o maior percentual cadastrado no vigente projeto do PAA.

Os agricultores tradicionais possuem as suas terras por aquisição própria, ou por herança de família. As unidades produtivas variam entre 30 e 60 Ha(Hectares) em média. Uma característica cultural predominante entre este grupo advindo de diversos estados do Brasil, bem como Mato Grosso, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná, é que as unidades produtivas em geral possuem várias casas onde vivem diferentes membros de uma mesma família, já casados e com seus filhos. Muitas vezes três gerações juntas. As feiras dos produtores também constituem ponto de encontro dos agricultores tradicionais e mais uma fonte de renda para o grupo. 90% dos agricultores entrevistados deste grupo possuem veículo próprio e algum maquinário para o trabalho na produção e entrega dos produtos. Contudo, 10% dos mesmos depende de apoio logístico e declara a desistência de participação do PAA, por causa dos atrasos nos pagamentos, má administração da Organização Fornecedora, pouca demanda de produtos solicitada e da não possibilidade de entregar os alimentos quinzenalmente. A distância da Organização Fornecedora deste grupo está entre 4 e 21 Km (Quilômetros).

Embora o percentual encontrado para problemas com logística dos produtos apresentado de maneira geral para todos os grupos seja inferior a alguns dos demais transtornos observados, a ênfase a esta demanda se deu pelo fato de a maioria dos entrevistados (86%), que se encontram no cadastro, já não estarem mais entregando sua produção ao PAA (tabela 2), por outros motivos; no entanto significativa parte dos

mesmos relataram que caso estivesse oportunidade de continuar a entregar a sua produção, não teriam condições de realizar o transporte dos alimentos até a Unidade Fornecedora quinzenalmente, pela pouca quantidade de produto solicitada periodicamente, seria inviável.

É pertinente afirmar que 25% dos agricultores relataram o reconhecimento da ausência de uma política cooperativista entre os grupos e a Organização Fornecedora.

Pode-se afirmar que o que vai definir a organização do grupo em cooperativa é o quanto mais os participantes desse processo tomarem efetivamente parte dele. Estudos de Freire sobre educação e autonomia refletem sobre a busca de libertação, a qual estabelece o homem na aprendizagem: “As dimensões do sentido e da prática humana encontram-se solidárias em seus fundamentos. E assim a visão educacional não pode deixar de ser ao mesmo tempo uma crítica da opressão real em que vivem os homens e uma expressão de sua luta por libertar-se.” (FREIRE, 1967, p. 8).

Esta análise sobre a emancipação do trabalho por meio do cooperativismo e suas relações, pode ser observada, nos dias atuais, a partir do conceito da socioeconomia solidária, que, por meio de estudos filosófico-sociológicos, aponta a constituição de atividades que podem expressar mudanças de pensamentos e paradigmas.

A partir dos estudos das relações de trabalho e sociais como os de Castells (1999), Singer (2005), Santos (2007) e Marx (2008), pode-se compreender que a socioeconomia solidária apresenta-se como um movimento social traduzido pelas ações coletivas, tendo como referência a construção de práticas sociais que contrapõem uma ideologia fundamentada e pautada somente no capitalismo, a partir de uma reflexão para o campo da organização econômica. Tais autores, assim como Barbero(2001) e Hall(2006), apontam para a reflexão de questões identitárias, as quais deve-se levar em consideração na busca pela compreensão dos grupos sociais e suas relações. Assim, conforme destaca Zart (2011) que a socioeconomia solidária é um campo em que os trabalhadores se organizam para gerar uma identidade que se traduz em termos econômicos, políticos e culturais.

Ao se discutir a comunicação que envolve este meio, compreende-se a mesma como um fator preponderante para a disseminação das ideias que perpassarão todo o contexto econômico, filosófico, sociocultural e participativo. “As relações de poder são

discutidas na organização de todo um sistema, onde a comunicação dá a vez para a participação popular” (CARVALHO et.al, 2015).

A **Tabela 3** apresenta as respostas dos agricultores com relação ao significado do Programa de Aquisição de Alimentos para os Beneficiários Fornecedores.

Tabela 3: Benefícios e Dificuldades da participação no PAA em Tangará da Serra:

Benefícios e dificuldades do PAA segundo os agricultores	Percentual da Pesquisa
Oportunidade para se escoar a produção; entrega garantida; complemento da renda; programa de benefícios do governo para os agricultores e para as escolas	61%
Conhecido apenas como programa da CONAB	14%
No município não funciona bem, se funcionasse seria muito bom	50%
Há transtornos devido à falta e atraso nos pagamentos	67%
Há dificuldades com a logística dos produtos	20%
Falta comunicação por parte da Organização Fornecedora sobre o andamento do projeto	22%
Preços defasados, abaixo do mercado	20%
Falta cooperativismo e participação	25%
Má administração da Organização Fornecedora	36%

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2016

Observou-se que 61% dos Beneficiários Fornecedores do PAA em Tangará da Serra alegaram que para eles o PAA significava um complemento para suas rendas, além de oportunidade para o escoamento da produção, porém, deste percentual, 50% relatou que “se funcionasse no município seria muito bom”. Os demais percentuais revelam, pela fala dos mesmos os motivos pelos quais se relatou o mau funcionamento do PAA no município.

O **Quadro 1** apresenta sugestões às demandas dos problemas apresentados da pesquisa com o PAA em Tangará da Serra com base nas diretrizes abordadas pelo Instituto de Tecnologia Social- ITS(2004).

Quadro 1: Adaptação das demandas sugeridas da Tecnologia Social ao PAA em Tangará da Serra- MT

Processo de tomada de decisão	As reuniões para escolha dos produtos a serem comercializados podem ser realizadas em grupo, pelas partes participantes.
Papel da população	O trabalho do PAA no município pode ser monitorado pelos Conselhos Municipais, mas que as associações e instituições participantes opinem no processo e o Agricultor Familiar se envolva, expondo suas necessidades e demandas em coletivo, por meio das Associações.
Sistemática	As assessorias, como secretarias municipais de Agricultura, Extensionistas Rurais, Associações e Cooperativas apoiem o Programa, se dirigindo aos Agricultores Familiares, por meio do diálogo das informações inerentes ao PAA.
Construção do conhecimento	Esta pode acontecer à medida em que os agricultores produzem e na troca de informações nos encontros cotidianos, seja nas associações, seja pela cooperativa gestora do PAA no município.
Sustentabilidade	O próprio PAA já possui em sua legislação incentivo à produção de orgânicos e à sustentabilidade social, abrangendo grupos de mulheres (questão do gênero) indígenas; silvicultores; agricultores assentados; pescadores artesanais etc. Assim praticando a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Há a necessidade que estas informações alcancem os beneficiários deste Programa de maneira que tais grupos sejam humanizados e informados, seja pela cooperativa, seja pela Extensão Rural praticada no município, seja pelos atores participantes e grupos de assessores aos gestores locais.
Ampliação de escala	Sabe-se que a ampliação da escala de produção e entrega de produtos ao PAA muito depende de processos políticos econômicos do governo e dos gestores locais, além do bom andamento e participação dos agricultores. Contudo entende-se que cada experiência pode ser um momento de aprendizado e que as trocas de informações realizadas pelos encontros desenvolvidos a partir de palestras; simpósios acadêmicos; reuniões dos grupos participantes a partir da cooperativa gestora e dos assessores e administradores do Programa no Município levam o PAA a se desenvolver e ampliar sua escala de comunicação.

Elaboração: Autora, 2016.

Assim, reconhece-se um caminho através da comunicação em rede na perspectiva sociológica, do contato entre diferentes grupos sociais, desde os gestores da política até os beneficiários do processo; e também a partir de uma comunicação de gestão; mas sobretudo este caminho se dará pela comunicação rural como uma tecnologia social, instrumento que funciona como fio condutor de fortalecimento do trabalho no campo, para a certeza da continuidade e desenvolvimento desta política na ponta a partir da construção de comunicação endógena que tem sido produzida ao longo das vivências dentro destas comunidades. A comunicação enquanto tecnologia social será reforçada na medida em que esta é tecida e compartilhada por toda a comunidade

como acontece com a transmissão dos saberes por meio dos contos, das orações, dos mitos, das receitas, das rodas de conversas. Há toda uma tecnologia social comunicativa que perpassa os conceitos tradicionais de tecnologia social que carecem de novas interpretações.

A Comunicação popular nas comunidades e suas relações de poder, constituem, como afirma Peruzzo (2006), uma comunicação popular denominada de alternativa, participativa, horizontal, comunitária e dialógica, dependendo do lugar social e do tipo de prática em questão. Com um único sentido: trata-se de uma forma de expressão de segmentos excluídos da população, mas em processo de mobilização visando atingir seus interesses e suprir necessidades de sobrevivência e de participação política, em busca de atingir seus objetivos, que constituem a sua manutenção no campo.

Nessa perspectiva, a autora traz à reflexão a comunicação em poder de todos, como elemento para a inclusão social, capaz de agregar valor às relações de cidadania. Assim, todos têm voz e vez no exercício de seus direitos e deveres, para utilizar a comunicação como instrumento empoderador a fim de se chegar a um interesse comum e coletivo que é a mobilização de um grupo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que, a comunicação estabelecida através do diálogo faz com que tal tecnologia esteja ao alcance de todos, por apenas necessitar de tempo, constituindo o elo necessário de contato com os agricultores familiares no campo. O incentivo da produção através do PAA impulsiona aos trabalhadores rurais uma melhor renda para sua permanência no campo. No entanto das dificuldades apresentadas, muito se deve ao relacionamento dos Beneficiários Fornecedores com a Organização Fornecedora e à logística dos produtos. É neste sentido que compreende-se que o associativismo e o cooperativismo se fazem fundamentais, no sentido da construção de associações e cooperativas que produzam seus projetos para atenderem aqueles agricultores os quais se organizam geograficamente em regiões em que não podem se deslocar apenas para entregar uma pequena quantidade de produtos quinzenalmente.

Subentende-se neste caso que o diálogo estabelecido a partir da política pública em suas camadas desde a gestão até os beneficiários fornecedores (Agricultores

Familiares) e as Unidades Recebedoras (instituições receptoras dos alimentos), contribuem fortemente para a eliminação destes gargalos e para o avanço da comunicação do Programa de Aquisição de Alimentos no campo, se geridas, sobretudo conforme a legislação. É preciso que haja humanização deste processo que não ocorre apenas com base na fiscalização das instituições, mas no conjunto das práticas que envolvem a extensão rural, o cooperativismo, o associativismo, a comunicação de gestão e a comunicação em rede.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós Graduação em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola da Universidade do Estado de Mato Grosso. À CAPES, pela bolsa de mestrado concedida a autora. A Neuri Senger (NUPES- Secretaria Municipal de Agricultura de Tangará da Serra- MT) pelo apoio à pesquisa; ao NECOMT pelo apoio financeiro oferecido a autora; ao Prefeito Municipal Fábio Junqueira e ao Secretário de Agricultura Ander Santos que possibilitaram através da Secretaria Municipal de Agricultura de Tangará da Serra- SEAPA, apoio logístico à pesquisa; ao técnico Agnaldo Soares Damacena (SEAPA), por sua ativa participação no trabalho de campo da pesquisa; e ao Grupo de Pesquisa: Cultura, Política e Sociedade – UNEMAT/CNPq pela disposição de seu acervo e pelo diálogo com os pesquisadores do mesmo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN, Z. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/aquisicao-e-comercializacao-da-agricultura-familiar>> Acesso em: 03.08.2015.

BARBIERI, José Carlos; RODRIGUES, Ivete; IWATA, Luís Fumio. A emergência da tecnologia social: revisitando o movimento da tecnologia apropriada como estratégia de desenvolvimento sustentável. **Rio de Janeiro/São Paulo revista RAP**, 2005.

BIOSTAT LE, Analyst Soft Inc. Disponível em: <<https://www.analystsoft.com/br/products/biostat/download.phtml>>. Acesso em: 01/05.2016

BOURDIEU, Pierre; MICELI, Sergio. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. Trad. Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CONAB. **Transparência Pública do PAA- Programa de Aquisição de Alimentos**. Disponível em: <<http://consultaweb.conab.gov.br/consultas/consultatransparenciapaa.do?method=consultarCPRMunicipio&novaConsulta=true>>. Acesso em: 12/01/2016

CUSTÓDIO, Marta Battaglia et al. Segurança alimentar e nutricional e a construção de sua política: uma visão histórica. **Segurança alimentar e nutricional, Campinas**, v. 18, n. 1, p. 1-10, 2011

IBGE. Censo Agropecuário 2006. Agricultura familiar. Primeiros resultados: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

IBGE CIDADES. **Mato Grosso**. Tangará da Serra. Infográficos: evolução populacional e pirâmide etária. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?lang=&codmun=510795&search=mato-grosso|tangara-da-serra|info%20gr%20ficos:-evolu%20-%20populacional-e-pir%20mide-et%20ria>>. Acesso em: 14/07/2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Perfil dos Idosos responsáveis pelos domicílios**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/25072002pidoso.shtm>>. Acesso em: 12/01/2017.

ITS (Instituto de Tecnologia Social). **Reflexões sobre a construção do conceito de tecnologia social.** In: DE PAULO, A. et al. Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

FRANÇA, Raimundo; BATISTA, Isaías. M. **Fronteira dos Sonhos: Migração, Trabalho e Política de Identidade em Terras Mato-Grossenses.** Cáceres: Ed. Unemat, 2015.

FRIEDRICH, Odilo.A. **Comunicação Rural: Proposição crítica de uma nova concepção.** 2 ed. Brasília, Embrapa, 1988.

GUILHOTO, Joaquim et al. PIB da agricultura familiar: Brasil-Estados. **Available at SSRN 1803225**, 2011.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOFFMANN, Rodolfo. Determinantes da Insegurança Alimentar no Brasil: Análise dos Dados da PNAD de 2004. **Segurança alimentar e nutricional**, v. 15, n. 1, p. 49-61, 2008.

KUNSCH, Margarida M. K. **Planejamento de Relações Públicas na Comunicação Integrada.** 3 Ed. São Paulo: Summus, 2003.

LESSER, Jeff. **A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil.** Unesp, 2001

MATTEI, Lauro et al. **Impactos do PRONAF análise de indicadores.** IICA, Brasília (Brasil), 2005.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política.** Trad. e Introd. Florestan Fernandes. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 14. Ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MOSCOVICI, Serge. **Representaciones sociales.** Universidad Complutense de Madrid, 1981.

MORAES, M. D.; SANT'ANA, A. L. Características socioeconômicas do Assentamento Banco da Terra, Nova Xavantina (MT): uma análise sob a ótica da adoção ou construção de conhecimentos. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 53, n. 4, p. 589-606, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1234-56781806-9479005304002>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

PAIVA, Raquel. **O Espírito Comum: Comunidade, Mídia e Globalismo.** Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

PERUZZO, Cicília. M. K. **Revisitando os conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária.** In: INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – UnB – 6 a 9 de setembro de 2006: Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/116338396152295824641433175392174965949.pdf>>. Acesso em: 13/01/2017.

RAMBO, José Roberto. **Produzir e Vender? O caso do Programa de Aquisição de Alimentos de agricultores familiares de Tangará da Serra – MT**, UNESP: Ilha Solteira, 2016 Disponível em: <http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/143091/rambo_jr_dr_ilha.pdf?sequence=3>. Acesso em: 12/01/2017.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** São Paulo: Cortez, 2000.

SINGER, P. A. Recente ressurreição da Economia Solidária no Brasil. In: SANTOS, B. de S (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, 514 p.

SODRÉ, Muniz. Por um conceito de minoria. **Comunicação e cultura das minorias.** São Paulo: Paulus, p. 11-14, 2005.

VALENTE, F.L.S. **Do combate à fome à Segurança Alimentar e Nutricional: o Direito Humano à Alimentação Adequada.** In: Direito Humano à Alimentação Adequada: desafios e conquistas. São Paulo: Cortez Editora, 2002; p.40-43.

TANGARÁ DA SERRA. História de Tangará. Disponível em: <<http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/turismo/Historia/>> Acesso em : 09/04/2016.

TIBURI, Márcia. **Como conversar com um fascista: reflexões sobre o cotidiano autoritário brasileiro.** Rio de Janeiro, 2016.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** Tradução Ana Thorell; revisão técnica Claudio Damascena. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010

YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova**, v. 67, p. 139-190, 2006.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, a pesquisa com o PAA no município de Tangará da Serra demonstrou que, do atual projeto que se encontra em execução no município, de certa forma o Programa se encontra carente da comunicação como uma Tecnologia Social de desenvolvimento, pautada no diálogo das informações, da comunicação em rede e da ação de se comunicar através do diálogo.

A comunicação se encontra verticalizada e extremamente burocratizada, fortemente estabelecida entre gestores e Unidades Executoras do programa; no que diz respeito ao contato com as associações e cooperativas, o qual ocorre majoritariamente em âmbito administrativo e documental. E também no caso da SUREG com os agricultores, em que visitas para fiscalização existiram, mas os agricultores se encontram desassistidos quando se diz respeito às informações institucionais do PAA.

Desde a gestão até os agricultores familiares atualmente cadastrados no Programa, gargalos foram detectados, como a ausência de Comunicação entre as esferas Federal e Estadual, no que tange à comunicação com o Agricultor Familiar e *feedback* da política pública na ponta; necessidades de contato e troca de informações entre as assessorias de imprensa dos outros Ministérios atuantes no programa. Observou-se ainda ausência de articulação entre os gestores das instituições envolvidas com o PAA no município, e não se percebeu qualquer atuação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, no PAA em Tangará da Serra.

Dentre as possíveis sugestões da pesquisa está a organização dos entes públicos na articulação para descentralização do projeto do PAA para projetos de menor valor, com assessoria e fomento à participação coletiva, fortalecimento das associações e assessoria à criação de cooperativas próximas aos locais de residência dos associados. A pesquisa observou ainda efetiva participação do NUPES – Núcleo da Economia Solidária, gerido pela Secretaria Municipal de agricultura, na assessoria a algumas instituições, para o reestabelecimento de cooperativas do município. Este fato se faz importante no que diz respeito ao apoio à articulação a outros novos beneficiários fornecedores e sua participação ao PAA.

Além deste, observou-se ainda a possibilidade de fomento na articulação de palestras e eventos locais na temática do cooperativismo aos agricultores e grupos

sociais do município, através do Núcleo de Estudos das complexidades do Mundo do Trabalho- NECOMT, relacionado à economia Solidária, advindo da Universidade do Estado de Mato Grosso, presente em Tangará da Serra; além do departamento de Agronomia da Instituição. Entende-se que estes podem ativamente unidos aos gestores municipais e assessores da política como a Empaer, contribuir para a humanização dos sujeitos com relação à política pública, ao empoderamento do trabalhador do campo, no sentido do fomento à criação de projetos junto à pequenas associações as quais se disponibilizassem à participação e desenvolvimento da política no município.

APÊNDICES



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE TANGARÁ DA SERRA
PPGASP - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO
SENSU EM AMBIENTE E SISTEMAS DE PRODUÇÃO
AGRÍCOLA**



Entrevista aos gestores participantes do Programa de Aquisição de Alimentos

Esta é uma pesquisa acadêmica desenvolvida no Programa de Pós- Graduação em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola da Unversidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), por Kelly Sinara Alves de Carvalho. Sua opinião é de suma importância para a compreensão da “Comunicação como Tecnologia Social no Programa de Aquisição de Alimentos em Tangará da Serra- MT” Conforme normas éticas da Universidade, os nomes dos respondentes serão mantidos em sigilo.

Nome do entrevistado:

Instituição/ Instância:

Cargo/Função:

1. Na sua opinião, como funciona a comunicação no Programa de Aquisição de Alimentos em termos de sua criação (comunicação de gestão e institucional) e eficiência (logística e funcional)?

2. De que forma o senhor (a) percebeu o PAA e o desenvolvimento da comunicação dele até os dias de hoje?

3. Em sua opinião quais pontos a comunicação no PAA precisa ser melhorada?

4. De que forma é gerida a comunicação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) por meio da sua instituição? Como se dá a sua participação neste processo? _____

5. Quais são os instrumentos utilizados pela sua instituição para a divulgação das informações recebidas para o desenvolvimento do PAA? _____

6. Existe algum canal de *Feedback* (retorno) das informações recebidas dos agricultores e dos consumidores beneficiados desta política?

7. Como é realizada a comunicação interna entre os participantes da gestão do PAA, na sua instituição? Como funciona a gestão da informação da política conforme as normativas?

8. Existe algum tipo de comunicação informal entre o senhor e outros gestores do PAA? Como ela funciona?

9. Há alguma análise de efetividade e qualidade destas informações e de como elas chegam aos Agricultores Familiares e aos consumidores beneficiados pela política. Se efetivamente elas chegam, como é realizada?

10. Qual o papel que a sua instituição tem ou poderia ter na articulação da comunicação das políticas em torno da Agricultura Familiar? Universidades, Sindicatos, Secretarias Municipais, conselho estadual. _____



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE TANGARÁ DA SERRA
PPGASP - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO
SENSU EM AMBIENTE E SISTEMAS DE PRODUÇÃO
AGRÍCOLA**



Formulário de perguntas aos agricultores familiares participantes do Programa de Aquisição de Alimentos, no município de Tangará da Serra, estado de Mato Grosso.

Nome:	Sexo:
Idade:	Escolaridade:
Chefe da família:	Nº de filhos:
Nº de residentes do domicílio:	Renda familiar:
Nº de residentes que trabalham:	Quem participa do PAA:

Sobre a propriedade, a produção, conhecimentos gerais e cultura local:

Esta é uma pesquisa acadêmica desenvolvida no Programa de Pós- Graduação em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), por Kelly Sinara Alves de Carvalho. Sua opinião é de suma importância para a compreensão da “Comunicação como Tecnologia Social no Programa de Aquisição de Alimentos em Tangará da Serra- MT” Conforme normas éticas da Universidade, o nomes dos respondentes serão mantidos em sigilo.

1. Foi o Senhor quem construiu a casa em que vive aqui? Há quanto tempo vive nesta propriedade? _____
2. O Senhor possui pequenas construções como paiol, por exemplo? Quais? _____
3. Como o senhor organiza o quintal no entorno da sua casa, como aprendeu a fazer assim? Quem toma conta deste quintal? _____
4. O que significa esta propriedade para o senhor? _____
5. O senhor participa de alguma atividade social aqui onde vive? Possui religião, qual? O que o Senhor entende como o seu papel de participação nestas atividades? _____
6. Sobre a sua produção, o Senhor já tinha experiência com agricultura antes? Há quanto tempo produz neste local? Como adquiriu esta experiência? _____
7. Quais alimentos o senhor produz para consumo próprio?

Quais o senhor comercializa?

Quais o Senhor fornece para o PAA?

7. O Senhor já recebeu alguma visita técnica de um Agrônomo? Quais informações o senhor obteve deste profissional? _____

8. O senhor tem alguma pessoa de referência para pedir ajuda para resolver problemas na sua produção? Quem é esta pessoa? _____

9. O Senhor já ouviu falar do PRONAF? Possui este financiamento? Qual a modalidade? Para que o utiliza? Em que ano foi realizado o último PRONAF? Possui algum tipo de dívida vinculada ao PRONAF? _____

10. O senhor tem acesso a algum outro financiamento particular? Qual? Para quando está previsto o término? _____

11. O senhor possui alguma necessidade básica como saúde, educação, energia elétrica, irrigação, centro ou associação comunitária, trator? Assistência técnica à sua produção... Possui problemas nestas áreas? Como resolve estes problemas? Contando do maior para o menor, de 10 a 1 quais são as necessidades prioritárias que o senhor tem aqui? _____

12. O Sr. Participa da feira do produtor? Quais os produtos o senhor comercializa na feira? _____

13. Qual é o significado de família para o Senhor? _____

Sobre o PAA, recepção de informações e atividades produtivas enquanto saída de informações:

1. Como o Sr(a) ficou sabendo sobre o projeto do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)? Há quanto tempo o Sr(a) trabalha com o PAA? _____

2. Quais instrumentos de comunicação o Sr(a) utiliza cotidianamente no trabalho? Contando de 1 a 5 que mais utiliza, quais com maior frequência? _____

3. Como o Sr(a) recebe as informações sobre o projeto do PAA? _____

4. O Sr(a) exerce outra atividade com a qual trabalha que complemente a sua renda além da participação no PAA? Qual? _____

5. Que significado tem o trabalho no PAA para o senhor? De que forma ele é importante? _____

6. O senhor encontrou alguma dificuldade para participar do PAA? Qual? _____

7. Que meios o senhor utiliza para se informar sobre o PAA? _____

8. Quais meios de comunicação o senhor tem acesso atualmente, aqui em sua propriedade? Como é o acesso a eles? Ótimo, bom, regular ou ruim? Qual o senhor julga que é o mais importante para o senhor? Por quê? _____

9. Quais tecnologias ou atividades particulares o senhor utiliza em sua produção e na comercialização dos produtos de sua propriedade? Quais técnicas agrícolas utiliza? Como obteve as informações para cultivar como trabalha? _____

10. Faz parte de Associação ou cooperativa? Como o senhor participa desta Associação ou Cooperativa? Que tipo de participação é a sua? _____

11. Quais produtos o senhor comercializa para o PAA atualmente?Quais já comercializou?Sabe por que não comercializa mais?_____
12. Tem contato com os consumidores dos produtos do PAA? Que contato é esse? Onde?_____
13. Tem contato com os coordenadores locais do programa?_____
14. Tem contato ou alguma informação sobre os coordenadores estaduais? Que tipo de contato?_____
15. Para o senhor, o que o PAA precisa melhorar? Quais os pontos positivos ou negativos do programa?_____
16. O senhor já apresentou alguma ideia pra algum grupo que participa do PAA?Qual e por quê?_____
17. O senhor conhece outros produtores que participam do Programa?O senhor tem algum tipo de relacionamento de amizade ou comercial com eles?_____
18. O senhor acredita que outras pessoas possam participar do PAA?_____
19. O senhor conhece a estrutura do PAA, como ele funciona? O que o senhor sabe sobre ela?_____
20. O Senhor recebe informes (alguma informação) dos números do Programa, sobre como vai ser ano que vem, no próximo projeto?_____
21. O Senhor já informou alguém sobre o PAA?_____
22. Quem o senhor julga que seja uma pessoa referência para se informar sobre o PAA?_____
23. O senhor Tem algum tipo de recomendação para que possa participar do PAA? Como o senhor ficou sabendo destas recomendações?_____
24. De maneira geral como o Sr. Compreende o que é o Programa?_____



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE TANGARÁ DA SERRA
PPGASP - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO
SENSU EM AMBIENTE E SISTEMAS DE PRODUÇÃO
AGRÍCOLA**



Roteiro de entrevista com os gestores das instituições beneficiadas consumidoras do Programa de Aquisição de Alimentos, no município de Tangará da Serra, estado de Mato Grosso.

Nome do respondente:
Cargo do respondente:
Nome da Escola pesquisada:

Esta é uma pesquisa acadêmica desenvolvida no Programa de Pós- Graduação em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), por Kelly Sinara Alves de Carvalho. Sua opinião é de suma importância para a compreensão do estudo da “Comunicação como Tecnologia Social no Programa de Aquisição de Alimentos em Tangará da Serra-MT” Conforme normas éticas da Universidade, o nomes dos respondentes serão mantidos em sigilo.

Sobre a qualidade das informações recebidas nas instituições:

1. O senhor(ora) conhece como funciona o Programa de Aquisição de Alimentos? Já recebeu algum tipo de informação sobre o PAA? Se sim, por meio de quem, ou de quais meios de comunicação?

2. Em que estado de conservação o senhor(ora) recebe os produtos oriundos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)?

3. Se recebe em mau estado de conservação, qual a sua reação?

4. O senhor(ora) tem ou já teve algum contato com os Agricultores que entregam os produtos na sua instituição? Como é este contato?

5. O senhor(ora) tem ou já teve algum contato com a cooperativa responsável pelo PAA em Tangará da Serra? Como é este contato? _____